



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR

KÉLVIA MAYARA CISNE DOS SANTOS MACHADO

ANÁLISE DO IMPACTO E CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA-EAD
NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FORTALEZA

2024

KÉLVIA MAYARA CISNE DOS SANTOS MACHADO

ANÁLISE DO IMPACTO E CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA-EAD
NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará como requisito à obtenção do título de mestre. Área de concentração: Políticas Públicas. Orientador: Prof. Dr. Maxweel Veras Rodrigues

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- M131a Machado, Kélvia Mayara Cisne dos Santos.
Análise do impacto e contribuição da educação a distância - EAD nos cursos de graduação da Universidade Aberta do Brasil na Universidade Federal do Ceará / Kélvia Mayara Cisne dos Santos Machado. – 2024.
152 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Fortaleza, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Maxweel Veras Rodrigues.
1. Educação à Distância. 2. Territorialização educacional. 3. Transformação social. 4. Política pública. 5. Acesso educacional superior. I. Título.

CDD 720

KÉLVIA MAYARA CISNE DOS SANTOS MACHADO

ANÁLISE DO IMPACTO E CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA-EAD
NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará como requisito à obtenção do título de mestre. Área de concentração: Políticas Públicas. Orientador: Prof. Dr. Maxweel Veras Rodrigues

Aprovada em: 30/09/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Maxweel Veras Rodrigues
(Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Sidney Guerra Reginaldo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Francisca Leiliane Sousa de Oliveira
Universidade Federal do ABC Paulista (Externo)

A Deus.

Ao meu esposo Epaminondes Pinheiro

À minha mãe Francisca

In Memoriam de Aldemir Brito, meu pai.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que diariamente me fortalece e cuida de mim. Pela oportunidade de concluir mais uma etapa da minha vida, que mesmo nos momentos mais difíceis, sempre esteve ao meu lado.

Ao meu esposo, Epaminondes Pinheiro, pelo seu amor, paciência e compreensão durante todo período e que sempre me inspira a ser uma pessoa melhor todos os dias. Uma pessoa maravilhosa.

À minha mãe, luz da minha vida, meu apoio incondicional, sempre me guiando e acreditando que a educação mudaria minha vida.

O Aldemir Brito (in memoriam), meu pai. Tão cedo partiu ao encontro de Deus, que com seu amor, luta, dedicação, suporte e segurança, me trouxeram até aqui. Sempre batalhou pela minha educação.

À Universidade Federal do Ceará que, através do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC), concedeu esta oportunidade de cursar o mestrado, incentivando a qualificação a todos nós que integramos esta instituição.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Maxweel Veras Rodrigues, pelo apoio e incentivo durante o desenvolvimento deste trabalho.

A todos os professores do POLEDUC pelos conhecimentos transmitidos nas disciplinas

Aos professores da banca examinadora, Profa. Dra. Francisca Leiliane Sousa de Oliveira e Prof. Dr. Sidney Guerra Reginaldo, pela disponibilidade e pelas valiosas colaborações e sugestões às quais nortearam o desenvolvimento e a conclusão desta pesquisa.

A Lara Cavalcante e Vilenilsa Matos pelo grande apoio nessa jornada.

Aos meus amigos de trabalho da Pró-reitoria de Extensão, pelo apoio, força e companheirismo, em especial, a Camila Flores, minha companheira de estudos; Leandro Oliveira; Waleska Nunes; Amanda Laiz; Thiago Sales; Andressa Silva; Rubênia Abreu; Aline Viana; Ariana Andrade;

A minha chefia imediata, Prof. Dr. Estevão Fernandes e Profa. Dra. Bernadete Porto pela confiança depositada em mim, pelo apoio e incentivo.

Aos colegas da turma de mestrado, por todo apoio e companheirismo nas aulas, em especial Adelanía Guedes, Monalisa Menezes e Djeanne Soares que pela união e força, sempre apoiando umas as outras.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

A contribuição e o impacto da Educação a Distância - EAD vêm desenvolvendo uma missão crucial na expansão da oferta do ensino, democratização e transformação espacial e social através do acesso educacional superior. O entendimento da territorialização educacional, a partir da EAD é primordial no que tange a expansão universitária. A partir da mediação das tecnologias, na superação das barreiras geográficas, unindo instituições ao contexto social, aproximando as pessoas e transformando o contexto local em que se inserem. Tal realidade vem ganhando escopo, principalmente, nas Instituições de Ensino Superior - IES. O estudo propôs analisar o papel da referida modalidade educacional dos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará - UFC sob o sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB. O estudo fundamentou-se desde o entendimento da importância das políticas públicas educacionais voltadas a educação tecnológica, inserida ao contexto de Educação a Distância e territorialização dessa política pública de ensino. Classificado como trabalho qualiquantitativo permitindo o levantamento e qualificação das informações a respeito do assunto. Como resultados, atingiu os objetivos por meio da análise do impacto da UAB/UFC, evidenciou o público atendido por essa política e a expansão do ensino superior pelos polos UAB da UFC, durante os anos de atuação e sua relação com os municípios sedes dos polos, além de analisar a contribuição dessa política pública no estado do Ceará. O estudo evidenciou os locais com vazios institucionais de ensino superior e aplicação metodológica que, a partir da integração da análise espacial, permitiu identificar áreas do território com necessidade e condições de receber políticas de EaD voltadas para o acesso à educação superior público.

Palavras-chave: educação à distância; territorialização educacional; transformação social; política pública, acesso educacional superior

ABSTRACT

The contribution and impact of Distance Education - EAD have been developing a crucial mission in the expansion of the teaching offer, democratization and spatial and social transformation through higher educational access. The understanding of educational territorialization, based on EAD, is essential when it comes to university expansion. Based on the mediation of technologies, in overcoming geographical barriers, uniting institutions to the social context, bringing people together and transforming the local context in which they are inserted. This reality has been gaining scope, mainly, in Higher Education Institutions - IES. The study proposed to analyze the role of the aforementioned educational modality of the undergraduate courses of the Federal University of Ceará - UFC under the Open University of Brazil - UAB system. The study was based on the understanding of the importance of public educational policies aimed at technological education, inserted in the context of Distance Education and territorialization of this public education policy. Classified as a qualitative-quantitative work, allowing the collection and qualification of information on the subject. As a result, the objectives were achieved through the analysis of the impact of UAB/UFC, highlighting the public served by this policy and the expansion of higher education by the UAB/UFC centers during the years of operation and its relationship with the cities where the centers are located, in addition to analyzing the contribution of this public policy in the state of Ceará. The study highlighted the locations with institutional gaps in higher education and methodological application that, based on the integration of spatial analysis, allowed the identification of areas of the territory with the need and conditions to receive distance education policies aimed at access to public higher education.

Keywords: distance education; educational territorialization; social transformation; public policy; higher education access

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo” Educação como prática da liberdade, Freire, 1979.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Mapa de localização dos cursos da Universidade Aberta do Brasil – UAB Ceará.....	23
Figura 2	- Expansão do número de cursos de graduação na modalidade EAD.....	71
Figura 3	- Revisão teórica e conceitual.....	87
Figura 4	- Coleta e processamento de dados.....	89
Figura 5	- Critérios de análise.....	91
Figura 6	- Indicadores.....	92
Figura 7	- Modelo de dados.....	95
Figura 8	- Alunos ativos por polos UFC 2023.....	105
Figura 9	- Vazios geográficos de atuação UAB no Ceará.....	108
Figura 10	- Mapa da população ao redor dos polos e nos municípios.....	109
Figura 11	- Espacialização do número de alunos matriculados no Ensino Médio 2023.....	112
Figura 12	- Espacialização das Universidades e Faculdades no Estado do Ceará.....	116
Figura 13	- População com nível superior/mestrado e/ou Doutorado.....	118
Figura 14	- Porcentagem da população com nível superior em proporção ao índice demográfico populacional.....	120
Figura 15	- Indicadores Econômicos.....	122
Figura 16	- Ocupação da população nas empresas.....	125
Figura 17	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em Educação no Ceará.....	127
Figura 18	- Distribuição espacial das empresas relacionadas com ciência e tecnologia.....	130
Figura 19	- Produto da análise espacial integrada dos vazios geográficos UAB....	135

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Quantitativo de alunos ao longo dos anos UAB/UFC.....	99
Gráfico 2	- Quantitativo de alunos por cursos UAB/UFC durante os anos de 2006 a 2020.....	100
Gráfico 3	- Total de discentes formados por ano UAB/UFC.....	101
Gráfico 4	- Total de alunos formados por cursos ofertados.....	102
Gráfico 5	- Total geral de alunos formados por polos – Períodos 2011 a 2023.....	103
Gráfico 6	- Distribuição dos cursos com alunos ativos em 2023.....	104

LISTA DE QUADRO

Quadro 1	- Distribuição do quantitativo de cursos por polo UAB Ceará.....	24
Quadro 2	- Quantitativo de cursos ativos/aluno por município.....	26
Quadro 3	- Principais acontecimentos históricos a respeito da Universidade Aberta no Mundo.....	36
Quadro 4	- Diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE em relação com EAD.	46
Quadro 5	- Objetivo geral e objetivos específicos do Eixo Habilitador (A).....	50
Quadro 6	- Contribuições e aplicabilidades da EAD.....	55
Quadro 7	- Análise histórica 1904-1923.....	58
Quadro 8	- Análise histórica 1939-1941-1970.....	58
Quadro 9	- Análise histórica 1971 – 1985.....	59
Quadro 10	- Análise histórica 1980 – dias atuais.....	60
Quadro 11	- Síntese da evolução legislativa da EAD no Brasil (Século XX -1950 – 1999).....	62
Quadro 12	- Síntese da evolução legislativa da EAD Brasil (Século XXI - 2001 – 2009).....	63
Quadro 13	- Síntese da evolução legislativa da EAD Brasil (Século XXI - 2010 – 2017).....	64
Quadro 14	- Síntese da evolução legislativa da EAD Brasil (Século XXI - 2018 – 2023).....	66
Quadro 15	- Desafios e metas na esfera governamental.....	73
Quadro 16	- Desafios e metas na esfera das Universidades Federais.....	74
Quadro 17	- Visão geral da classificação dos tipos de pesquisa proposto.....	81
Quadro 18	- Classificação do tipo de pesquisa.....	81
Quadro 19	- Classificação metodológica da pesquisa x referência teórico.....	84
Quadro 20	- Proposta da pesquisa.....	84
Quadro 21	- Etapas do procedimento metodológico proposto.....	84
Quadro 22	- Descrição dos indicadores.....	93
Quadro 23	- Polos UAB/UFC com alunos ativos em 2023.....	105
Quadro 24	- Novos polos UAB em processo de regulamentação no Estado do Ceará.....	107

LISTA DE TABELA

Tabela 1	- Exemplo de análise comparativa de indicadores entre Brasil e países desenvolvidos.....	48
----------	--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EAD	Educação a Distância
TIC'S	Tecnologias da Informação e Comunicação
UAb	Universidade Aberta
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFC	Universidade Federal do Ceará
URCA	Universidade Regional do Cariri
UVA	Universidade Vale do Acaraú
IFCE	Instituto Federal do Ceará
FUNECE	Fundação Universidade Estadual do Ceará
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
CAPES	Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Ensino Superior
CIEB	Centro de Inovação para a Educação Brasileira
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
PNE	Plano Nacional de Educação
PIB	Produto Interno Bruto
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PISA	Programme for International Student Assessment
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais AnísioTeixeira
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MGI	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
SisUAB	Sistema de Universidade Aberta do Brasil
SinDigital	Sistema Nacional para a Transformação Digital
E-Digital	Estratégia Brasileira para a transformação digital
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
MEC	Ministério da Educação
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
IES	Instituição de Ensino Superior
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

SUMÁRIO

1	- INTRODUÇÃO.....	18
1.1	- Definição do Problema.....	22
1.2	- Objetivos.....	28
<i>1.2.1</i>	<i>- Objetivo Geral.....</i>	<i>28</i>
<i>1.2.2</i>	<i>- Objetivos específicos.....</i>	<i>28</i>
1.3	- Estrutura do Trabalho.....	29
2	- CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE UNIVERSIDADE ABERTA NO MUNDO.....	30
2.1	- Principais contextos históricos, conceitualizações, classificações no que tange à discussão de Universidade Aberta.....	30
2.2	- Ensino Virtual no processo educacional.....	37
2.3	- Considerações.....	41
3	- POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL.....	41
3.1	- Reflexões sobre a Educação no Brasil.....	45
3.2	- Considerações.....	51
4	- A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - EAD COMO POLÍTICA PÚBLICA.	51
4.1	- Educação a distância (EAD) no Brasil.....	56
4.2	- Regulamentos que norteiam a implementação e desenvolvimento da EAD.....	62
4.3	- Democratização da educação superior na EAD.....	68
4.4	- Considerações.....	75
5	- TERRITORIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD.....	75
5.1	- Considerações.....	79
6	- METODOLOGIA DO ESTUDO.....	80
6.1	- Metodologia da Pesquisa.....	80
6.2	- Método Proposto.....	84
<i>6.2.1</i>	<i>- Procedimentos de revisão teórica metodológica e processual.....</i>	<i>86</i>
<i>6.2.2</i>	<i>- Coleta e processamento de dados.....</i>	<i>89</i>
<i>6.2.2.1</i>	<i>- Modelagem e análise de dados.....</i>	<i>90</i>
<i>6.2.3</i>	<i>- Metodologia de escolha de áreas para implementação e desenvolvimento do ensino EAD e das UABs no Ceará.....</i>	<i>94</i>

6.3	- Considerações.....	96
7	- APLICAÇÃO DO MÉTODO PROPOSTO.....	96
7.1	- Etapa 1: Procedimentos de revisão teórica metodológica e processual..	96
7.2	- Etapa 2: Coleta e processamento de dados.....	97
7.3	- Etapa 3: Modelagem e análise de dados.....	111
7.3.1	- <i>Análise integrada de dados da educação.....</i>	112
7.3.2	- <i>Análise integrada de dados da economia.....</i>	121
7.3.3	- <i>Análise integrada de dados sociais.....</i>	127
7.4	- Etapa 4: Metodologia de escolha de áreas para implementação e desenvolvimento do ensino EAD e das UABs no Ceará.....	133
7.5	- Considerações.....	137
8	CONCLUSÃO.....	137
	REFERÊNCIA.....	140

1 INTRODUÇÃO

A sociedade é formada por sua capacidade de renovação e adaptação. Com advento das novas tecnologias da informação e comunicação surge uma ampla variedade de formas e modelos de educação, dentre elas, a Educação à Distância, que necessitou de diferentes políticas públicas para dar conta das necessidades da sociedade.

As políticas públicas, segundo Marques e Farias (2018) são formuladas como resultado de conjuntos de ações implementadas pelo Estado, com o objetivo de atender às necessidades da sociedade, levando em consideração as circunstâncias que a envolvem conforme seu contexto.

Pensa-se na ideia de concepção de um Estado voltado para formulações de ações que afetam diretamente a sociedade. O mesmo ente propunha-se alcançar o bem estar social e econômico da população, bem como, cumprindo como um dos seus papéis principais, o equilíbrio de uma sociedade mais justa.

A temática política pública pode ser encontrada por diferentes segmentos governamentais, dentre as quais, a Educação. É fundamental essa delimitação dos segmentos para melhor entendimento do delineamento desta pesquisa.

Nesse sentido, a política pública educacional propõe como tema central a garantia ao equilíbrio das necessidades específicas, com objetivo de diminuição das desigualdades desenvolvidas ao longo do tempo na sociedade.

Em primeiro lugar, a educação é considerada fundamental e um direito de todos os cidadãos, desempenhando um papel de extrema relevância para o pleno desenvolvimento pessoal e para qualificação profissional, conforme assegurada pela Constituição Federal (Brasil, 1988), através da educação, proporciona aos indivíduos, acesso ao conhecimento e às informações cruciais para suas vidas pessoais e profissionais.

A partir do exposto, a educação é um direito humano que deve ser acessível em qualquer localização geográfica, na superação das barreiras territoriais para a expansão das diferentes modalidades de ensino, gerando dignidade humana e uma melhor produção do espaço geográfico.

Além disso, em outras palavras, quanto maior o acesso à educação e aos conhecimentos, maior será o grau de desenvolvimento de uma sociedade. É pensar nas potencialidades e difusão de conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento humano e exercício da cidadania.

A educação, hoje, é moldada pelo entrelaçamento tecnológico em seu meio, transformando significativamente o ensino e aprendizagem ao longo dos anos, principalmente, marcada pela inserção diante das novas abordagens e metodologias de ensino e aprendizagem por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

As TICs desempenham papel crucial no que concerne às transformações tecnológicas educacionais. Trabalhadas de maneira eficiente, traz inúmeros benefícios, refletindo na qualidade e democratização no meio educacional. Por esse caminho de educação tecnológica, está inserido o modelo de Educação a Distância - EAD.

Há tempos, o referido modelo vem se adequando aos anseios da sociedade, atendendo a uma amplitude bem maior de número de estudantes em comparação ao ensino presencial, com objetivo de acompanhar as mudanças em um mundo tão globalizado e informacional, ou seja, cada vez mais se adaptando às constantes transformações, principalmente no mundo educacional.

Nessa perspectiva, o ensino superior tem sido impactado pela imersão tecnológica nos últimos tempos, e refletida diretamente, não somente na forma de ensinar e aprender, mas possibilitando e expandindo para outras localidades, abrangendo a democratização educacional.

No que diz respeito ao acesso educacional superior, direciona-se para a compreensão da Universidade Aberta. Internacionalmente, as Universidades Abertas são identificadas como instituições que oferecem programas por meio da modalidade de educação a distância, com objetivo de facilitar o acesso à educação superior através de métodos de ensino e aprendizagem virtuais, o que abrange as necessidades e recursos educacionais adequados em todo mundo.

Valem ressaltar que nessas instituições encontram-se estruturas próprias, informações sobre os cursos, processos de admissão e demais requisitos em sítios institucionais, bem como, metodologias pedagógicas, seus princípios históricos e evolução institucional.

A respeito da mediação pedagógica de ensino dessas instituições, infere-se a respeito do processo do ensino a distância nas instituições de ensino superior, tratada com a forma de ensinar do processo maior da Educação a Distância, sem esquecer a respeito do ensino virtual.

Concebido de forma mais específica do ensino a distância, o ensino virtual desempenhando um papel fundamental no que tange a democratização do ensino, principalmente, voltada para as instituições de ensino superior, promovendo a participação

das atividades educacionais aos envolvidos, exclusivamente trabalhando com tecnologias digitais. No caso, descreve-se, então, o entendimento da educação a distância como estudo geral.

Portanto, voltado o direcionamento para políticas públicas ao ensino superior, a universidade aberta por meio da modalidade de ensino virtual visa contribuir para o estabelecimento de ações e/ou diretrizes institucionais e governamentais, com objetivos de proporcionar maiores oportunidades, promovendo a inclusão e a qualidade de ensino por meio do desenvolvimento do conhecimento e formação de profissionais.

No Brasil, tem-se o estabelecimento da política pública de educação superior tecnológica, denominadas de Universidades Abertas do Brasil. Objetivando ampliar e interiorizar, principalmente, os cursos de graduação para as diferentes localidades geográficas, e, conseqüentemente, contribuindo para a transformação sociocultural do espaço geográfico, diante das diversidades e demandas de profissionais cada vez mais qualificados de cada região.

Esta pesquisa é pertinente para contribuir com o desenvolvimento científico em relação aos cursos de graduação de ensino a distância ofertados pela Universidade Federal do Ceará, em parcerias com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), compreendendo o impacto da transformação social a qual esta política pública é inserida.

É importante frisar que, a efetivação da política pública de ensino a distância no Brasil tornou-se possível por meio da normatização principal que ocorreu a partir da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, a qual, além de instituir como um dos seus princípios básicos de gestão democrática de ensino público, também se alicerçou, mais especificamente, no artigo 80 da referida lei no qual “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a vinculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada (...)” (BRASIL, 1996).

Por conseguinte, essa política pública resultou no crescimento significativo do EAD em todo o Brasil, tornando-se como referência de modalidade educacional digital adotado em regiões de alcance geograficamente remota, principalmente.

Proporcionando ingresso, por exemplo, ao ensino superior para muitas pessoas que anteriormente consideravam essa oportunidade como algo impossível ou inacessível tendo como justificativa a falta de tempo ou de restrições geográficas.

Continuando nessa linha de raciocínio, e com a finalidade de proporcionar maior viabilidade e democratização na educação de ensino superior, e como parte estratégica de expansão e melhoria do referido ensino, foi efetivado, através do poder público e, em parceria

com as instituições públicas de ensino superior, o Sistema de Universidades Abertas do Brasil - UAB (Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006).

Estabeleceu em seu artigo primeiro que o referido sistema tem como norte principal amplificar e descentralizar o acesso à educação superior no país, objetivando no desenvolvimento da modalidade de educação à distância a expansão e interiorização da oferta de cursos e programas nessa área (BRASIL, 2006).

Nessa perspectiva, a Universidade Federal do Ceará, em atenção ao atendimento inicial da normatização básica de educação nacional que trata da política pública de ensino a distância, desenvolveu e potencializou a criação da referida modalidade como forma de democratizar e de amplificar os conhecimentos, transpassando as barreiras estruturais físicas associadas ao ensino presencial.

Nesse sentido, foi impulsionado na universidade o desenvolvimento e aplicação da metodologia digital, oportunizando esse ensino aprendizagem aos discentes de forma flexível, acessível e democrática, objetivando o aprimoramento contínuo, mais ainda, da qualidade no ensino superior.

Existem várias maneiras de abordar a temática política pública e sua relação com o ensino a distância voltada à educação superior, a qual nesse estudo utiliza a Geografia como base para estudar a relação entre espaço geográfico e a sociedade. Nesse contexto da pesquisa, propondo representações da realidade por meio de análises espaciais como forma de acompanhamento das UABs.

Diante disso, a análise do alcance do ensino dos cursos de graduação deve ser retratada buscando a espacialização geográfica da Educação à Distância no ensino superior, assim como, agregando a análise da qualidade dessa expansão. Essa estratégia é de grande relevância para compreender o impacto desse ensino sob o olhar da descentralização, interiorização e democratização desse processo educacional.

O Estado do Ceará possui, atualmente, 68 polos da Universidade Aberta do Brasil – UAB (CAPES, 2023), nos quais são ofertados cursos de diferentes instituições públicas, dentre elas, da Universidade Federal do Ceará – UFC.

A UFC ofertou 6 cursos de graduação na modalidade virtual sob a gerencia do Instituto UFC Virtual, com distribuição em 13 polos, dentre os quais se tem os seguintes polos: Aracoiaba, Beberibe-Centro, Caucaia-Araturi, Caucaia-Itambé, Caucaia-Novo Pabussu, Fortaleza, Itapipoca-Coqueira, Jaguaribe-Nova Brasília, Maranguape-Guabiraba, Quixeramobim-Centro, Russas-Ipiranga, São Gonçalo do Amarante e Sobral Derby Clube (UFC, 2023).

Dentro do contexto do estudo, propõe analisar a abrangência do ensino de graduação na modalidade ensino a distância (EAD) através da espacialização geográfica da Universidade Aberta do Brasil - UAB com a oferta de cursos UAB administrados pela UFC e na transformação do ambiente social.

No que tange a justificativa dessa pesquisa, tem relevância sob a ótica de três pontos importantes em benefício para a instituição, a dizer:

1) Possibilitará a análise direta da dimensão do alcance geográfico do ensino virtual por meio da Universidade Aberta do Brasil dos cursos de graduação ofertados pela UFC, evidenciando as problemáticas e destacando as potencialidades dos cursos na modalidade a distância.

Esse estudo possibilita a formulação de planos e direcionamentos para melhorar a eficiência desse sistema de ensino permitindo, a formulação de estratégias para atuação social, econômica e de melhorias na aplicação de ferramentas tecnológicas, portanto, entrelaçando e fortalecendo o lema, a missão, os valores e o compromisso educacional da universidade, ou seja, impactarão de forma direta e benéfica a sociedade, a ciência e a própria instituição.

2) Apesar das diversas vertentes quanto ao estudo da política pública de ensino a distância, ainda é escassez de pesquisas com essa abordagem na perspectiva deste trabalho.

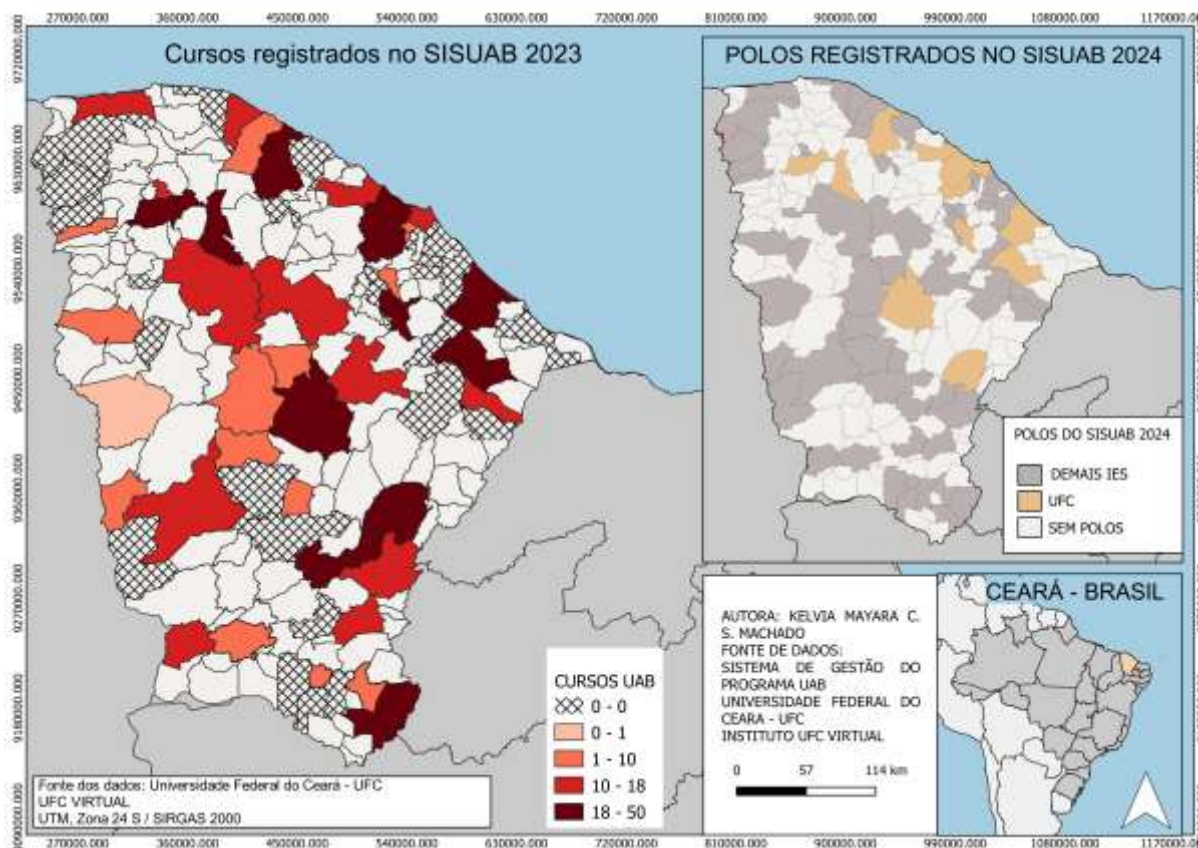
3) Quanto a motivação para pesquisa dessa abordagem de estudo, remete-se a experiência da pesquisadora como aluno, na modalidade de ensino a distância de pós-graduação, com especialização em Metodologias do Ensino a Distância.

1.1 Definição do problema

Como ponto de partida da definição do problema, o mapa a seguir (Figura 1) apresenta o quantitativo de polos de Universidade Aberta do Brasil – UAB, a distribuição e abrangência espacial no Estado do Ceará.

Vale ressaltar que nesse primeiro momento, é apresentado o panorama geral na perspectiva de todas as modalidades de cursos (bacharelado, extensão, licenciatura, sequência de complemento de estudos, tecnológico, especialização, aperfeiçoamento, mestrado e doutorado) ofertados pelas instituições de ensino superior público em parceria com o programa Universidade Aberta do Brasil no estado do Ceará (Figura 1).

Figura 1 - Mapa de localização dos cursos da UAB Ceará



Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Em conformidade com a figura 1, fica evidenciado menor concentração de UABs na porção sul e oeste do Estado, com registro de polos sem oferta de cursos, demonstrando, com isso, uma irregularidade na distribuição dessa política pública no Ceará.

Pode ser observado que os sertões cearenses e o Vale do Jaguaribe possuem áreas sem ofertas de cursos, existindo outros pontos com 1 polo por município e 2 municípios com melhor oferta de cursos de graduações a distância.

Em contrapartida, o município de Fortaleza, assim como a mesorregião metropolitana, e o município de Sobral são as áreas de maior incidência de distribuição de polos e quantitativo de cursos registrados pela Universidade Aberta do Brasil – UAB no SISUAB, refletindo no desenvolvimento social, político e econômico local.

Em consonância com o que foi exposto e para melhor entendimento, segue abaixo o quadro 1 referente à distribuição do quantitativo de cursos por polo UAB no Estado do Ceará evidenciando em conjunto com a figura 1 que municípios fora da região metropolitana distribuídos pelo estado como Quixeramobim, Aracoiaba, Beberibe, Brejo Santo, Iguatu, Itapipoca, Jaguaribe possuem elevado número de cursos e municípios da região

metropolitana como Maranguape, Mauriti, Orós, Russas, Sobral, São Gonçalo, Maranguape e Fortaleza que também possuem maior numero de polos e oferta de graduações.

Atualmente, existem 68 municípios com polos com ou sem ofertas de cursos em diferentes modalidades, sendo a maior oferta com registro de, respectivamente, de 33 a 50 cursos em um único município. Em contrapartida, existem municípios com registros de apenas 1 a 10 cursos por município, demonstrando, nesse sentido, a distribuídos de forma irregular em todo o estado.

Observa-se, também, que no quadro abaixo traz o número de 25 municípios sem nenhum registro de cursos ofertados UAB, em que, os municípios com mais de um curso registrado pode ter mais de uma instituição vinculada e mais de um polo dentro do município.

Quadro 1 - Distribuição do quantitativo de cursos por polo UAB no Ceará.

Município	Quantidade de Cursos por polo	Município	Quantidade de Cursos por polo
Acaraú - Aquiraz Aracati - Barbalha Baturité - Cascavel Crato - Euzébio Pacajus - Pires Ferreira Tianguá - Viçosa do Ceará	Sem oferta de curso	Granja - Horizonte Itapajé - Missão Velha Mombaça - Morada Nova Nova Russas - Pacatuba Pacoti - Parambu Tabuleiro do Norte – Trairi - Várzea Alegre	Sem oferta de curso
Amontada	9	Icó	17
Aracoiaba	19	Meruoca	15
Assaré	2	Milagres	2
Boa Viagem	5	Orós	28
Beberibe	42	Piquet Carneiro	7
Brejo Santo	20	Quiterianópolis	4
Camocim	17	Quixadá	17
Campos Sales	13	Quixeramobim	44
Canindé	13	Iguatu	19
Caucaia	33	Russas	23
Crateús	1	São Gonçalo do Amarante	18
Fortaleza	18	Maranguape	20
Sobral	42	Tauá	11
Itarema	15	Ubajara	

Itapipoca	50	Mauriti	4
Jaguaribe	15	Lavras da Mangabeira	16
Limoeiro do Norte	12	Madalena	8
Mauriti	23	Santa Quitéria	17
Lavras da mangabeira	2	Canindé	3
Ipueiras	2	Redenção	4
Pedra Branca	4	Maracanaú	8
Boa viagem	2		

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Pode-se inferir que a distribuição das UABs no espaço geográfico é irregular demonstrando que as estruturas educacionais devem ser levadas em consideração em todas as áreas que necessitam dessa política pública educacional.

Perante o exposto, fica evidenciado que, proporcionalmente, quanto mais distante das áreas urbanas centrais, como Fortaleza e região Metropolitana e o município de Sobral, mais diminuem as ofertas de cursos.

Ademais, as universidades públicas como Fundação Universidade Estadual do Ceará - Funece, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, Universidade Federal do Ceará - UFC e Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Universidade Regional do Cariri - URCA e Instituto Federal do Ceará - IFCE são responsáveis pela gestão, direção e validação dos cursos inseridas no sistema UAB no Ceará.

Vale ressaltar que todos os cursos são ofertados de forma virtual, no entanto, para dar maior apoio e suporte aos alunos existem polos presenciais, no tocante ao fortalecimento da implementação e oferta dessa política pública de ensino superior à sociedade.

A partir desse panorama geral, os polos geridos pela UFC são foco principal da dissertação por ser um recorte que se distribui no Ceará com abrangência de cursos em todas as regiões administrativa, assim como, essa universidade é uma entidade federal que pode interligar diretamente as políticas públicas existentes com as UABs.

Nesse sentido, os principais cursos ofertados pela UFC de 2011 a 2023 passaram por áreas administrativas e de formação de professores em diferentes polos, somando o total de 9 graduações (Administração, Administração Pública, física, letras–espanhol, letras–inglês, letras–português, matemática, pedagogia, química).

Esses cursos foram distribuídos em 31 polos no Estado o Ceará com diferentes administrações responsáveis pelos locais de aplicação dos encontros presenciais, envolvendo

a federação, o estado e os municípios (Quadro 2 e Figura 1).

Quadro 2 - Quantitativo de cursos ativos/aluno por município.

N	Polo/ Administração responsável	Alunos ativos 2023
1	ARACATI (POLO ESTADUAL)	
2	ARACOIABA (POLO ESTADUAL)	Ativo
3	BARBALHA (POLO ESTADUAL)	
4	BEBERIBE (POLO ESTADUAL)	Ativo
5	BREJO SANTO (POLO ESTADUAL)	
6	CAMOCIM (POLO ESTADUAL)	
7	CAMPOS SALES (POLO MUNICIPAL)	
8	CAUCAIA -ARATURI (POLO MUNICIPAL)	Ativo
9	CAUCAIA -ITAMBÉ (POLO MUNICIPAL)	Ativo
10	CAUCAIA -NOVO PABUSSU (POLO MUNICIPAL)	Ativo
11	FORTALEZA (POLO ESTADUAL)	Ativo
12	FORTALEZA IMPARH	
13	IPUEIRAS (POLO MUNICIPAL)	
14	ITAPIPOCA (POLO MUNICIPAL)	Ativo
15	JAGUARIBE (POLO ESTADUAL)	Ativo
16	JUAZEIRO DO NORTE (POLO ESTADUAL)	
17	LIMOEIRO DO NORTE (POLO MUNICIPAL)	
18	MARANGUAPE (POLO ESTADUAL)	Ativo
19	MERUOCA (POLO MUNICIPAL)	
20	MISSAO VELHA (POLO ESTADUAL)	
21	OROS (POLO MUNICIPAL)	
22	PIQUET CARNEIRO (POLO ESTADUAL)	
23	QUITERIANOPOLIS (POLO MUNICIPAL)	
24	QUIXADA (POLO MUNICIPAL)	
25	QUIXERAMOBIM -CENTRO (POLO MUNICIPAL)	Ativo
26	QUIXERAMOBIM -FATEC (POLO ESTADUAL)	
27	RUSSAS (POLO ESTADUAL)	Ativo
28	SÃO GONCALO DO AMARANTE (POLO ESTADUAL)	Ativo
29	SOBRAL (POLO ESTADUAL)	Ativo
30	TAUA (POLO MUNICIPAL)	
31	UBAJARA (POLO MUNICIPAL)	

Fonte: Elaboração própria a partir de UFC (2024)

Dessa maneira, dos 68 municípios com polos para oferta de cursos no Estado do Ceará, a UFC contribuiu entre 2011 a 2023 com 31 polos, ofertando cursos de nível superior em parceria com as entidades envolvidas na Universidade Aberta do Brasil.

No entanto, em 2023 a Universidade Federal do Ceará – UFC possuía apenas 13 polos com alunos ativos, em 6 cursos. Nesse sentido, ao analisar a atuação dessa instituição, é pertinente levar em consideração o espaço tempo de 12 anos com cursos ofertados.

Cabe ressaltar que, a maior modalidade desses cursos é voltada para licenciaturas nas diferentes áreas dos conhecimentos, proporcionando a expansão do acesso ao ensino e buscando a redução das desigualdades educacionais.

Conforme consta em Brasil (2006) entre os objetivos do sistema UAB destaca-se o seguinte art. 1º, inciso I que discorrendo que essa política pública deve

“oferecer, prioritariamente, cursos de licenciaturas e de formação inicial e continuada de professores da educação básica”.

A partir do que foi apresentada, a dissertação segue o caminho de análise dos municípios com polos da Universidade Aberta do Brasil – UAB no Estado do Ceará, especificamente, aos polos que possuem atuação da Universidade Federal do Ceará – UFC com o propósito de realizar um retrato sobre a expansão dessa política pública ao longo do tempo, e demonstrando como essa política educacional pode se desenvolver para outros municípios cearenses.

Nesse sentido, é pertinente compreender a análise da expansão do ensino dos cursos de graduação à distância da UFC no espaço que se insere, devendo ser considerada como essencial tanto do ponto de vista da gestão quanto para estratégia, visando subsidiar a linha de ação, implementação e acompanhamento dessa política pública no próprio escopo de desenvolvimento institucional.

Por conseguinte, por meio da referida análise espacial, propor a possibilidade de discussão voltada para as questões da efetividade da política pública ora abordada.

A normatização por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/1996 como marco inicial da política pública de ensino a distância, possibilitou o desenvolvimento de projetos e programas nas instituições públicas de ensino superior voltada para formação de profissionais nos mais diversos lugares e tempo (BRASIL, 1996).

Constantemente, a forte procura por melhor qualificação através do acesso ao ensino superior, vem tornando essa modalidade de ensino cada vez mais importante na formação humana. Portanto, analisar essa política pública inserida no escopo institucional da Universidade Federal do Ceará pode evidenciar o grau de importância para a instituição cujo objetivo, nesse sentido, é a potencialização da formação e da qualificação da sociedade por meio do acesso democrático ao ensino superior (UFC, 2023).

Segundo Silva, Santos e Sousa (2021) evidenciam-se a modalidade de ensino a distância como uma proposta de inclusão digital cuja finalidade é alcançar o maior número de pessoas, oferecendo oportunidade e qualificação, ressaltando a ideia de democratização e expansão de acesso à educação, consubstanciado com a ideia que consta no Decreto 9.057/17 (BRASIL, 2017), o qual regulamentou mais recente, o art. 80 da Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996) em atendimento, mais direcionado às exigências legais sobre a educação a distância.

A prática de ensino a distância vem ganhando força nas instituições de ensino superior à medida que proporciona o acesso à educação, transcendendo as barreiras

geográficas e, também, expandindo para lugares onde pessoas possam ter acesso aos cursos e que possam se qualificar.

Segundo Serpa (2011) reforça a ideia de que existindo particularidade intrínseca do conhecimento geográfico relacionada às políticas públicas, com certeza, reside na dimensão espacial que envolve essa temática.

Considerando as constantes mudanças aperfeiçoadas ao longo do tempo em relação a essa modalidade de ensino, atrelada ao forte envolvimento na vida das pessoas conforme Silva, Santos e Sousa (2021) possui o objetivo de atender não apenas ao cumprimento da legalidade, mais também de promover a inclusão digital e redução da exclusão social local e regional.

No entanto, é relevante obter mais informações sobre espacialização geográfica do ensino por meio dessa modalidade, fornecendo bases de informações em relação ao impacto social e expansão dos cursos de forma qualitativa.

Ou seja, retratar a territorialidade da educação a distância no que tange ao expansionismo educacional e as possibilidades de reflexos socioeconômicos para as localidades com ou sem inserção dessa política pública.

Com base nisso, supre-se a necessidade de responder a seguinte pergunta norteadora da pesquisa: Como o ensino virtual ofertado pelos cursos de graduação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) na Universidade Federal do Ceará contribui para a ampliação de oferta e democratização do acesso à educação e conseqüente modificação do ambiente social em que se insere?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a contribuição do ensino virtual ofertado pelos cursos de graduação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) na Universidade Federal do Ceará para a ampliação de oferta e democratização do acesso à educação e transformação socioeconômicos e culturais do ambiente em que se insere.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Analisar o quantitativo de público alcançado pelo Projeto da Universidade Aberta do Brasil no Estado do Ceará em relação à Universidade Federal do Ceará (UFC);
- b) Estudar de forma qualitativa a expansão dos polos da UAB/UFC no Estado

do Ceará, incluindo os desafios enfrentados, estratégias de implementação e impactos sociais na territorialização dessa política pública;

c) Estabelecer modelos geoespaciais de dados que represente o alcance do ensino das UAB/UFC no espaço geográfico do Ceará.

d) Identificar as áreas do Estado do Ceará que necessitam e podem receber cursos de nível superior das UABs/UFC.

1.3 Estrutura do trabalho

O referido trabalho será fundamentado em sete capítulos. O primeiro se refere à introdução inicial a qual contextualiza todo tema central do estudo, com apresentação de definições, teorias de diferentes autores, informações de fontes oficiais, apresentando, em seguida, a problematização, os objetivos gerais e específicos.

O segundo, terceiro, quarto e quinto capítulo tratam do referencial teórico. Para esse propósito, um capítulo será direcionado na apresentação das principais definições de políticas públicas, assim como, trabalhado a política pública central voltada para o tema de ensino a distância, alicerçada por normativos e fontes oficiais direcionadas para o ensino superior público.

Logo depois, será apresentado o capítulo voltado para as questões da referida política pública no Brasil. E para agregar ao capítulo acima, será trabalhada a questão da democratização e expansão da educação como estratégia de ampliação e acesso ao ensino superior a distância no Brasil e institucional, consubstanciada com a espacialização geográfica do alcance do ensino.

No sexto capítulo, será abordada a metodologia empregada neste estudo, tal como, o desenvolvimento do método de aplicação, com análises do método desenvolvido. No sétimo são apresentados os resultados esperados para esta pesquisa

Toda a estruturação desse trabalho está embasada em diferentes alicerces científicos em fontes de dados teóricas e no seu encadeamento metodológico para alcançar resultados que demonstrem um modelo o mais próximo possível da realidade.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE UNIVERSIDADE ABERTA NO MUNDO

Neste capítulo são discutidos os aspectos teóricos a respeito da Universidade Aberta voltada a partir das principais conceitualizações, classificações, embasando teoricamente o estudo dessa pesquisa.

2.1 Principais contextos históricos, conceitualizações, classificações no que tange à discussão de Universidade Aberta.

Pensar em educação é refletir na possibilidade de mudanças na sociedade e, principalmente, na realidade das pessoas, uma vez que molda, transforma e fortalece a relação social estrutural, gera mudanças de paradigmas, influenciando no aspecto democrático e autônomo no que diz respeito, não somente para formação, mas para a vida do indivíduo.

Segundo Freire (1987) ressalta a ideia de educação como pilar estrutural para sociedade, a qual se insere no dinamismo estrutural e movimento dialético do processo histórico de produção da forma humana, destacando a educação como libertadora relacionando-se dentro do dinamismo e relação recíproca entre o mundo e o homem.

É crescente e relevante à aplicabilidade de política pública educacional, não somente para expandir e democratizar o acesso ao ensino superior, por exemplo, com vistas a garantir que todo cidadão tenha acesso ao conhecimento e à informação.

Mitigar as desigualdades econômicas e sociais, evidenciando, que a educação é uma área que reflete em grande impacto social devido a sua relevância, atingindo diretamente a dinâmica de qualquer sociedade (Hayashi, Dos Santos Soeira, Custódio, 2020; Silveira e Bornia, 2024). É evidente a importância da educação para a sociedade tendo em vista possibilitar a transformação econômica, política e social.

Face ao exposto, cada vez mais urge a importância de políticas públicas voltadas para a educação. É fundamental a relevância estatal no compromisso de ofertar o ensino de forma ampla e gratuita na educação escolar no ensino básico, formado pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio à educação superior (Brasil, 1996), reforçando, segundo (Ferreira, 2024) compromisso na qual a sociedade precisa se adaptar e aperfeiçoar diante das novas tecnologias e trabalhando com todas as ferramentas disponíveis em prol ao acesso educacional.

Nesse sentido, segundo o entendimento de Dias e Pinto (2019) a educação, ao longo da história, vem passando por grandes remodelações tanto espacial como temporal,

entretanto, em diferentes lugares e tempos distintos, modificando a sociedade constantemente. Ressalta-se que, embora a educação venha permeada por toda história de forma geral, o seu processo educativo torna-se diferente em resposta às particularidades de cada sociedade, tempo e espaço.

Para corroborar com o entendimento acima, Santos (1992, p. 41) já reafirmava muito antes que “Somente a História nos instrui sobre o significado das coisas. Mas é preciso sempre reconstruir, para incorporar novas realidades e novas ideias ou, em outras palavras, para considerarmos o Tempo que passa e tudo muda”. Ou seja, adaptabilidade diante das transformações na sociedade.

Inferindo que as variações dos processos educativos, dentre elas, as práticas de ensino a distância, permitem entender que, essas diferentes abordagens são adaptadas às determinadas situações de cada realidade, preparando o indivíduo para interação social, permitindo que o seja participante, devendo ser de forma democrática e acessível a todos, dos deveres e fazeres nas conjunturas políticos, econômicos científicos e culturais, contribuindo, para as diversas moldagens da educação na sociedade (Dias e Pinto, 2019; Lopes, 2020).

Partindo da premissa de que a educação é um caminho de oportunidades e aprendizados através do acesso a diferentes modalidades de ensino cujo objetivo é alcançar e contribuir para o desenvolvimento da sociedade por meio da expansão educacional.

À vista disso, é pertinente o levantamento teórico sobre o que é a Universidade Aberta - UAb, sob um olhar amplo de educação superior de forma mais acessível e flexível diante das constantes mudanças da sociedade, seguindo como ponto de partida de entendimento deste trabalho, objetivando alcançar a educação através da expansão, regionalização e democratização do ensino quaisquer que seja os níveis de atuação (CEAD, 2024; Brasil, 1996).

Antes mesmo de partir para as principais conceitualizações e caracterizações a respeito da Universidade Aberta, é relevante compreender que o processo evolutivo desse assunto não é novidade, seja como um programa governamental e política pública a nível nacional, ou mesmo, em ações de iniciativa privada, esse assunto já é discutido há muito tempo por diferentes sociedades e instituições internacionais.

Para Monteiro (2021) é pertinente observar na história o desenvolvimento da rede de comunicação como caminho de busca por conhecimentos, por desenvolvimento político, econômico e científico e progredindo em conformidade com as transformações ocorridas em cada sociedade a seu tempo. Desde o tempo das cavernas na história da arte rupestre já existindo a necessidade de comunicação através de pinturas nas paredes.

Com o avançar da história, Salvino (2021) destaca a escrita como meio de comunicação pioneira no que diz respeito à comunicação à distância, tratada como a tecnologia da época antes mesmo do surgimento do telefone, rádio e telégrafo sem fio. Ressalta ainda, que o modo de correspondência, desde a antiguidade tinha a capacidade de aproximar as pessoas. Segundo o entendimento de Barros *et al.* (2008, p. 28), ressaltam no estudo que:

[...] Percorrendo os caminhos da história, observamos que na Mesopotâmia, no Egito e na Índia, na Grécia e em Roma, já se encontrava uma rede de comunicação escrita que permitiu um significativo desenvolvimento da correspondência. Inicialmente as cartas eram registros de problemas e fatos do cotidiano pessoal e coletivo, aos poucos passaram a transmitir informações científicas que, de forma intencional ou não, destinaram-se à instrução e ao conhecimento de algo.

Portanto, inferindo-se que há muito tempo nessas sociedades já desempenhavam um papel extremamente importante no que diz respeito à comunicação, no caso, a história da escrita por meio de correspondências, permitindo a troca de informações entre os povos, conectando as pessoas na construção diária dos conhecimentos, ideias, experiências, portanto, desenvolvendo a comunicação das informações como avanço tecnológico da época.

Face ao exposto, segundo Klein *et al.* (2020), ao longo da história da humanidade, a sociedade perpassou por grandes avanços tecnológicos, processando de maneira adequada, se torna uma ferramenta essencial na transformação social, assim como, contribui, por exemplo, na área educacional, possibilitando maior acesso ao conhecimento e à informação.

Os referidos autores destacam, ainda, que “a educação está diretamente relacionada aos acontecimentos da sociedade e assim, também à tecnologia e à globalização, Klein *et al.* (2020, p.282)” inferindo a adaptabilidade da sociedades com as grandes transformações no mundo.

Permeado pelo contexto histórico educacional, esses avanços acima foram de suma relevância para busca de informações, ideias por toda sociedade, tornando-se como base para a difusão dos conhecimentos por instituições de ensino em todo o mundo, como ponto de partida para explicar sobre essa questão sob a perspectiva do ensino superior, as universidades.

Nesse aspecto, Sousa (2021) traz as principais concepções sobre o que é universidade, desde o pensamento de Platão e Aristóteles como local de diálogo e discussão, a periodização da história da universidade, perpassando desde o tempo das escolas medievais, sistema de feudalismo, renascimento, iluminismo e desdobrando-se nos tempos atuais, com suas metodologias pedagógicas, estruturas e filosofias.

O referido autor salienta que, embora existissem diferenças entre as instituições tanto no âmbito funcional, como estrutural, ainda sim, serviu como fundamento para o que se conhece de instituição na atualidade, isto é, a universidade, como instituição de ensino, perpassou por enormes mudanças, destacando o elevado nível de resistência a partir das transformações pelo impacto do desenvolvimento científico no tempo e no espaço.

Coadunando com características de cada momento histórico, Sousa (2021) apresenta uma concepção geral de universidade que é caracterizada como:

Devido à sua natureza e ao caráter da elevada proatividade que possui, a universidade é concebida como uma instituição dotada da possibilidade de autotransformar, mediante o desenvolvimento de capacidades diversas orientadas para a mudança. Desenvolvendo-se de maneira associada a padrões culturais profundamente distintos, os quais ganham concretude em diferentes épocas e regiões do mundo, essa instituição tem marcado presença na sociedade por meio de processos de grande complexidade (Sousa, 2021, p. 65).

Face ao exposto, evidencia-se a importância da universidade como espaço de difusão dos conhecimentos, embora, por muito tempo, estivesse associado seu ingresso para os que detinham as melhores condições financeiras e inacessíveis para grande massa populacional, Simos (2013) ressalta a expansão de inúmeras Universidades ao longo do tempo em todo o mundo.

Fernandes (2024) enfatiza mais ainda que a educação superior vem perpassando por grandes desafios por décadas, tomando como um dos seus objetivos principais a formação e capacitação profissionais qualificadas diante das constantes transformações no mundo. Justifica-se, então, a necessidade de criação de outros modelos de universidade como forma de expandir e democratizar o acesso ao ensino.

Justifica-se, então, a necessidade de criação de outros modelos de universidade como forma de expandir e democratizar o acesso ao ensino, cujos objetivos são a redução da descontinuidade espaço-temporal e com sistema de aprendizagem própria como plano principal de formação cidadão, por meio da valorização permanente da qualidade de materiais e constantes transformações da comunicação multimídia, destacando-se este último como elemento fundamental neste modelo de ensino desde o início (Fernandes, 2021).

Direciona-se para as chamadas Universidades Abertas¹ - UAbs. Segundo Morosini e Corte (2021), destacando-se como proposta de consolidação institucional, com a finalidade fornecer educação para as diferentes localidades, possuindo sedes próprias cuja

¹ Universidade Aberta: UAb, Universidade Aberta do Brasil: UAB

finalidade é de levar a educação, a qualquer lugar e em qualquer momento para o maior número de pessoas, por meio de materiais e tecnologias diversas, e salientando a existência de inúmeras universidades abordando essa política em todo mundo.

Segundo Morosini e Corte (2021) a título de conhecimento, a primeira Universidade Aberta surgiu em 1969, chamada de *Open University*² fundada e mantida pelo governo inglês, classificada como a pioneira no que tange a modalidade do ensino a distância - Ead³.

Além disso, destacam outras universidades abertas espalhadas ao redor do mundo, com estrutura física própria, com metodologias de ensino próprias, dentre elas o ensino e aprendizado no formato de ensino a distância, com diferentes abrangências e públicos, por exemplo: *Open Universities Australia*⁴, 1993; *Open University of Israel*⁵, 1971; *Open University of Japan*⁶; *Universidade Aberta de Portugal*⁷, 1988; *Greece Hellenic Open University, na Grécia*⁸, 1992; *The Intercultural Open University (educação a distância)*⁹1981, dentre outras.

Ao contrário do que se pensa sobre as Instituições de Ensino Superior conhecidas, as Universidades Abertas apresentam características próprias, leis de bases educativas e metodologias de aprendizagens, mas sempre almejando a formação de profissionais ao longo do tempo, por meio do acompanhamento tecnológico de cada época (Carmo, 2010). Para reforçar a ideia anterior, Fernandes (2021) reafirma que:

[...] a UA tem como singularidade o facto ter experimentado, diacronicamente, sistemas de mediação radicados na transmissão por via telefónica, radiodifundida e pelo correio postal. Logo, os modelos a distância não nasceram nem da interatividade potenciada pela conectividade das tecnologias e da comunicação em rede, [...] mas de um percurso evolutivo gradual e constituído, como muitos afirmam, por diferentes gerações de Educação a Distância (Fernandes, 2021, p. 225).

Nesse sentido, Pereira *et al.* (2007) reforçam que os avanços tecnológicos impulsionam o ensino a distância a adotar abordagens diferenciadas, remodelando a mediação tecnológica para ampliar as interações nas perspectivas do ensino inseridas ao ambiente de

² <https://www.open.ac.uk/>

³ Ensino a distância: Ead, Educação a Distância: EAD

⁴ <https://www.open.edu.au/>

⁵ <https://www.openu.ac.il/en/pages/default.aspx>

⁶ <https://www.ouj.ac.jp/en/>

⁷ <https://portal.uab.pt/>

⁸ <https://www.eap.gr/en/>

⁹ <https://www.ioufoundation.org/about-iou-foundation/>

instituições superiores. Atualmente, a ampliação das comunicações online proporcionou novos cenários virtuais de ensino-aprendizagem.

A partir das análises a respeito dos exemplos de Universidades Abertas ao redor do mundo acima, evidencia-se potenciais características com várias ofertas pedagógicas de cursos, adequando através de nova dinâmica compreendida pelo sistema virtual de Universidade Aberta, sejam elas curso de graduação, pós-graduação e cursos livres nas mais diversas áreas.

Possibilitando a flexibilização, autonomia e a interatividade nos estudos ofertados por diferentes recursos de aporte de materiais, alcançando, qualificando e atendendo ao maior público beneficiado ao redor do mundo, proporcionando que a Universidade Aberta seja vista como fator de desenvolvimento econômico e social em cada lugar, a partir da formação, conduzindo as pessoas à atualização dos conhecimentos diante das mudanças globais.

Vale ressaltar que, como nos outros países, as primeiras experiências no que tange a inserção de tecnologia computacional, a partir do cenário educacional, surgiram nas universidades, mais precisamente na década de 1970, (Klein *et al.*, 2020). É válido lembrar que, hoje, diferentemente das instituições acima, no Brasil a Universidade Aberta foi criada como Projeto governamental chamada de Universidade Aberta do Brasil-UAB, em 2005 pelo Ministério da Educação, e atualmente é gerenciada pela CAPES (Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Ensino Superior).

Com o passar dos séculos, cabe lembrar que as transições tecnológicas na sociedade ocorreram de forma heterogênea, perpassando desde as correspondências, livros impressos, correios, rádio, TV ao advento da internet com os computadores, os quais as tecnologias evoluíram e se transformaram, alterando o comportamento e as práticas sociais da sociedade.

Desde a transcrição do século passado, o modo e a especificação do ensino a distância - Ead é diferente em cada país, existindo grandes diversidades de aplicação de Ead, modelos e problemáticas no mundo quando se observa o modo dos países e atuação destes com a realidade (Barros, 2008; Kenski, 2020; Nunes, 2009). Contudo, Costa *et al.* (2022) destacaram que:

Embora importante essa informação, destacar-se-á os marcos históricos que consolidaram a Educação a Distância a partir do século XVIII. Vale ressaltar, porém, que, apesar das referências antigas, é a partir do século XIX que a EaD começa a ganhar notoriedade, encontrando o seu auge no século XXI, especialmente no ano de 2020 (Costa *et al.*, 2022, p. 62).

É crucial compreender um pouco mais sobre os principais momentos históricos que norteiam a temática da Universidade Aberta pelo mundo, corroborando que a prática de ensino à distância perpassa pela linha temporal da história humana, e justificando o estudo sob essa ótica aqui no Brasil (Quadro 3).

Quadro 3 - Principais contextos históricos a respeito das Universidades Abertas no mundo.

Ano	Descrição
1728	Aulas por correspondência ministradas, Gazette de Boston, (EUA);
1891	Curso sobre segurança de minas;
1924	Criação da Escola Alemã por Correspondência de Negócios;
1938	Ensino da recepção do Código Morse desenvolvimento de novas capacidades laborais nas populações que migraram em grande quantidade do campo para as cidades na Europa em reconstrução. 2º guerra mundial;
	Atualmente, dezenas de Instituições superiores ofertam cursos na modalidade a distância;
1840	Grã-Bretanha ofereceu um curso de taquigrafia por correspondência;
1880	Cursos preparatórios para concursos públicos;
1884	Cursos de contabilidade;
1910	A Universidade de Queensland, na Austrália, inicia programas de ensino por correspondência. Atualmente, existem dezenas de programas de educação a distância, desde aqueles dedicados à educação fundamental até cursos de graduação e pós-graduação;
1920	As universidades de Oxford e Cambridge, na Grã-Bretanha, ofereceram cursos de extensão;
1928	A BBC começa a promover cursos para a educação de adultos usando o rádio.
1930	No Brasil, meados de 1930;
1930	Oferta de cursos a distância na Rússia;
1930	No Japão, há relatos de cursos por correspondência desde o século XIX, no entanto foi somente em 1930, houve registros de uma grande quantidade de cursos por correspondência;
1922, 1946	Nova Zelândia, primeiro trabalho com estudo ead por meio de correspondências. Em 1946, cursos profissionalizantes;
1950	Na Indonésia, primeiro trabalho de Ead no aperfeiçoamento de professores;
1969	Primeira Universidade a Distância na Inglaterra (<i>Open University</i>);
1979	Na Universidade de Havana, implantação do Ensino a Distância;
1973	Campus organizado como uma rede de telecomunicações na <i>Athabasca University</i> ;
1985	Em Bangladesh implantada com base na organização de um programa de pós-graduação em educação oferecido, a partir de 1985, pelo National Institute of Educational;
1950	A República Popular da China mantém programas de educação a distância desde o início da década de 1950;
1962	Projeto-piloto da Universidade de Délhi;
1972	Primeira Universidade a Distância na Espanha;
1976	Primeira Universidade a Distância na Venezuela;
1980	Programa Diversificado a Distância do Seminário Bíblico Latino-americano;
1984	Primeira Universidade Aberta da Holanda
1988	A primeira Universidade Aberta em Portugal.

Fonte: Adaptado de Nunes (2009); Alves, 2024.

A partir do exposto, observam-se as inúmeras contribuições no que tange a criação das Universidades Abertas ao redor do mundo há tempos, e demais bases de informações que gira em torno do ensino a distância, com objetivo de promover os mais variados tipos de conhecimento.

Atualmente, existem diversas instituições superiores voltadas para o modelo de Universidade Aberta, direcionado aos diferentes cursos, desde cursos livres, à pós-graduação e destacando ser um local não somente como centro de conhecimento, mas como instituições superiores conectadas dentro de uma rede mundial, incentivando a participação ativas das pessoas, construção e a difusão de conhecimentos e informações, (Pereira et al., 2007; Júnior, Neto, Dos Santos, 2021).

Diante disso, depreende-se que as abordagens educacionais vêm se direcionando e se adaptando cada vez mais pelo contexto atual de avanços tecnológicos, as quais informação e conhecimento caminham lado a lado em uma conjuntura das grandes demandas da sociedade, contribuindo para as transformações do modo de vida do indivíduo, assim como, afetando também o ambiente escolar de ensino. No estudo de Fernandes *et al.* (2024) afirmam que:

A Realidade Virtual (RV) tem se mostrado uma tecnologia promissora na transformação de diversos setores, dentre eles o educacional, apresentando um potencial significativo para revolucionar o ensino superior. A utilização desta tecnologia no ambiente acadêmico não é apenas uma tendência tecnológica, mas uma evolução metodológica que responde às demandas contemporâneas por experiências de aprendizagem mais engajadoras, imersivas e eficazes (Fernandes *et al.*, 2024, p. 2).

Bezerra *et al.* (2019); Klein *et al.* (2020); Martins (2021) entendem que a tecnologia vem como aporte essencial na conjuntura educacional amplificando as oportunidades de aplicação dos conhecimentos, ressaltando que a tecnologia, qualquer que seja ela, modifica o espaço e o sentido temporal e modificando as relações sociais, tanto de forma positiva, como negativa.

2.2. Ensino Virtual no processo educacional

Ao discutir sobre as universidades aberta no tópico anterior, é entender essa temática no que tange o ensino virtual e suas respectivas repercussões no processo educacional na sociedade em suas diferentes dimensões.

A realidade do ensino virtual está cada vez mais presente no meio social, favorecendo que o universo da *web* se torne um campo vertiginoso à produção de conhecimentos e informações, destacando que esta realidade vem avançando cada vez mais nas instituições educacionais, alterando o modo de agir e de comunicar perante as suas

práticas e formas metodológicas, e transformando a dinâmica do trabalho e toda relação social (Martins, 2021; Santos, 2023).

É válida também, a observação sob a perspectiva do ensino, inserindo-se esse modelo nos diferentes níveis educacionais (Brasil, 2017). Coadunando com essa realidade virtual, observa-se a questão do acesso à internet e ao computador como basilares para acessibilidade no mundo do ensino virtual.

Para reforçar o entendimento a respeito do processo educacional em meio ao universo tecnológico, é importante levantar a diferenciação entre os conceitos de ensino virtual e ensino remoto. Segundo o Centro de Inovação para a Educação Brasileira – CIEB as principais diferenciações giram em torno da especificidade de cada uma, embora ambos serem virtuais, mas trabalham com métodos e metodologias bem diferentes.

Enquanto que o ensino virtual é fundamentado por meio de trabalho mais sistematizado, desenvolvendo solução no que tange ao processo de ensino e aprendizagem na aplicabilidade de metodologias, mediante o ensino e aprendizagem de forma síncrona ou assíncrona, o ensino remoto, muito trabalhado durante a pandemia COVID-19, é proposto como suporte, principiante, emergencial para mobilizar e planejar ações pedagógicas frente ao contexto de isolamento social (CIEB, 2020).

Portanto, nos últimos anos houve um aumento significativo de inclusão de pessoas, oportunizando a obtenção desses suportes, e corroborando para a construção de circulação de diversas informações para todo o território e estabelecendo novas formas de comunicação (Santos, 2023).

Para fortalecer o entendimento acima, foi instituída a Lei nº 14.533, de 11 de Janeiro de 2023 que trata sobre Política Nacional de Educação Digital objetivando levar acesso digital a população, principalmente as mais vulneráveis, trabalhando nos seguintes eixos de atuação: inclusão digital, educação digital, capacitação, especialização digital e pesquisa digital.

Trata-se da importância desse assunto para compreender que o ensino virtual perpassa pelas questões de acesso mínimo de rede internet e ferramentas computacionais. Entende-se então a relevância de trazer mais políticas públicas relacionadas a esse ponto para que se possa almejar a democratização virtual.

Infere-se, então, que é inegável abordar a questão educacional sem pensar nas mais variadas possibilidades que o ensino virtual pode oferecer, tornando-se tendência e emergindo a transformação social, causando, por exemplo, impacto na economia local por meio do acesso educacional à população, ressalta-se que:

Atualmente, políticas públicas voltadas para a educação tem sido objeto de ampla discussão, sempre associadas aos conceitos de carências sociais e direitos de cidadania, observando-se uma maior ênfase em busca de estratégias educacionais, reforçadas pela convicção de que o domínio do conhecimento é à base do desenvolvimento de qualquer país, representada por uma maior diversificação dos inúmeros sistemas educacionais desenvolvidos ao longo das últimas décadas (Hayashi; Soeira; Custódio, 2020, p.3).

Vale destacar que, a inovação tecnológica no meio educacional tem por objetivo a melhoria da prática de ensino já existente do processo de ensino-aprendizagem, sem haver anulação daquele que já há tempos vem dando resultados.

Nesse aspecto, as tecnologias digitais no ensino virtual, se desenvolvem em meio à expansão dos recursos digitais, coadunando ao processo educacional, vêm como aporte de aprimoramento inserido ao processo de ensino-aprendizagem de forma que a educação tem se tornado cada vez mais acessível, nesse sentido, esteja ancorada na ideia de acesso ao ensino de maneira democrático do conhecimento e da informação (Mello, 2023; Cavalcante Júnior, Quiroz Neto, Santana dos Santos, 2021).

Sob o ponto de vista conceitual, o ensino virtual também denominado de ensino online, aprendizagem virtual, e-learning que, segundo Xavier (2020), vem contribuindo na disseminação acelerada das informações e do conhecimento, principalmente nas instituições de ensino as quais vêm aderindo a crescente forma de aprendizado, ou seja, “[...] as formas de ensinar e aprender ganha novos espaços dentro deste novo contexto de ensino e aprendizagem, permitindo um conhecimento mais significativo e colaborativo nesses ambientes virtuais”, acessados através de conexão com a internet e uso de plataformas ou navegadores” (Meyer, p. 191, 2022; Pacheco et al., 2021).

Entende-se, portanto, que o ensino virtual deve ser pautado por metodologias ativas sob a perspectiva educacional, permitindo a construção e participação, direcionando, como instrumento, de desenvolvimento cognitivo e social dos envolvidos, e não somente focado no ensino transmissível de uma única mão, construindo um ensino virtual mais alinhado com as necessidades educacionais, trabalhando com as tecnologias digitais no sentido dar ampla melhoria no processo de ensino e aprendizagem (Moran, 2018; Klein *et al.* 2020; Neuenfeldt, 2021; Chilge, 2023).

No decorrer das discussões apresentadas, alguns pontos foram observados para melhor compreender quanto às conceitualizações e caracterizações a respeito do assunto ao encontro do entendimento e relevância dessa temática. Entre elas, Sousa *et al.* (2020, p. 212) considera que o ensino virtual “[...] é caracterizada por poder ofertar um ensino de qualidade

para diferentes níveis de uma população que apresentam alguma dificuldade de acesso ao ensino regular”. Ou seja, direciona para a acessibilidade populacional no que tange a oferta de políticas públicas educacionais tecnológicas.

Ademais, outra definição a ser considerada no que tange ao ensino virtual direciona-se para a conceitualização e características segundo Meyer (2022, p.194). “um conjunto de ferramentas e recursos orientados a um processo de ensino e aprendizagem”. A autora reflete sobre as facilidades de interação por meio das mais variadas trocas de comunicação e conhecimento, trabalhada como umas das formas de ensino por meio de cenários pedagógicos.

Em suma, existe uma vasta literatura para compor as características e definições do ensino virtual sob a perspectiva de aprendizagem inserida nessa modalidade de ensino. A abordagem desse assunto ainda se entende para apresentação das principais ferramentas ou plataformas específicas que auxiliam essa modalidade.

Face ao exposto, segundo estudo de Oliveira *et al.* (2020), ressaltam que atualmente existe uma gama de plataformas digitais que vem ganhando espaço na sociedade para compor ou auxiliar o processo de ensino e aprendizagem dos envolvidos no ensino virtual.

Sob o ponto de vista dos diferentes níveis de ensino, principalmente, o ensino superior, evidenciam-se algumas ferramentas digitais, por exemplo: Skype, zoom, meet, Google classroom, Google meet, Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), plataforma moodle, Cursos Online Abertos e Massivos (MOOCs), Plataforma Solar, dentre outros, constituindo, plataformas online, cada uma com estruturação e didática própria e que possibilitam o acesso virtual de cursos em seus diferentes níveis institucionais nacionais e internacionais. (Klein *et al.*, 2020; Pacheco *et al.*, 2021; UFC, 2024).

Para corroborar com entendimento a respeito das plataformas digitais, no Brasil foi instituído por meio da Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016, a qual estabelece em seu art. 2º, §4º que:

As instituições de educação superior, bem como os órgãos e as entidades da Administração Pública direta e indireta, que financiem ou fomentem a educação superior a distância, devem assegurar a criação, a disponibilização, o uso e a gestão de tecnologias e recursos educacionais abertos, por meio de licenças livres, que facilitem o uso, a revisão, a tradução, a adaptação, a recombinação, a distribuição e o compartilhamento gratuito pelo cidadão, resguardados os direitos autorais pertinentes, (Brasil, 2016).

Compreende-se então que o fomento à educação superior na modalidade a distância é pertinente à medida que se busca por novas configurações de ensino e aprendizagem a partir de licenças livres as quais possam assegurar as disponibilidades de plataforma gratuita aos seus cidadãos.

Por fim, o estudo a respeito de ensino virtual e suas principais ferramentas é um campo vasto de literaturas, principiando desde o levantamento conceitual às caracterizações. Evidencia-se então que o ensino virtual trouxe novos modos de pensar e fazer a educação, proporcionando diferentes estilos e ambientes de ensino e aprendizagem e amplificando o acesso ao conhecimento. (Oliveira *et al.* 2020; Meyer, 2022; Klein *et al.*, 2020).

2.3 Considerações

Face ao exposto, observou-se neste capítulo a compreensão a respeito da Universidade Aberta ao redor do mundo, partindo da importância da educação para a sociedade, permeando pela contextualização do conceito de universidade ao redor do mundo, assim como, evidenciando as principais características e definições de Universidade Aberta e concebendo a importância para a sociedade como estrutura de ensino que contribui para o desenvolvimento social e econômico.

Nesse sentido, o capítulo 2 discutiu sobre a abordagem sobre o ensino virtual no contexto tecnológico no ensino superior e sua evolução ao longo do tempo e nos dias atuais, se direcionando e se adaptando cada vez mais ao contexto de avanços tecnológicos.

Portanto, se faz necessário a compreensão do que se denomina ensino virtual, conceitualizando e caracterizando como forma de entender esse tópico para elucidação dessa pesquisa e base para o desenvolvimento dos demais capítulos e discussões da dissertação. Seguindo para o próximo ponto a respeito da Contribuição da Política Pública na Educação.

3 POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL

O propósito deste tópico é fornecer um panorama a respeito das principais definições relacionadas às políticas públicas educacionais por meio das literaturas que norteiam esse tema.

Tendo em vista a extensa quantidade de obras, propõe-se aqui não exaurir toda essa vastidão de leituras, mas contribuir com a conceitualização de forma *lato sensu* de política pública cujo objetivo é traçar uma linha de raciocínio com foco no objetivo principal

desta pesquisa, assim como, levantar contribuições a respeito da política pública educacional voltada para modalidade à distância. Objetivando neste momento, estudo de alguns autores que contribuíram e que vem atuando nessa linha de pensamento.

Partindo-se para o entendimento inicial desta pesquisa, a compreensão de política pública vem permeando por muito tempo, sobre diferentes perspectivas de análises, aspectos e ressignificação ao longo dos anos, cujo objetivo é a adequação por diversas vertentes dentro de determinada sociedade, voltada para cada contexto histórico, social, econômico e cultural, assumindo papéis em diversos segmentos políticos.

Ademais, segundo o entendimento de Viegas, Santana e Noda (2020) não se pode pensar em política pública na perspectiva de reducionismo e isolamento de autores, tempo e acontecimentos, mas no constante movimento das ideias de forma interrelacionadas para se alcançar os objetivos planejados, propondo manutenção e implementando de forma responsável, resultando em processo em que as ações que vão para além do núcleo estatal (Viegas, Santana e Noda, 2020; Oliveira, Faria e Burci, 2019).

Como forma de ampliar essa abordagem, alguns autores norteiam essa ótica com a finalidade de agregar as proposições das políticas públicas sob diferentes pontos de vistas, para enfatizar a ideia acima, não existem uma única ou a melhora linha de pensamento para definição de políticas públicas, destacando as inúmeras acepções e tipologias com diferentes aplicabilidades na sociedade (Alves, Eliane *et al*, 2023; Aguilar Villanueva, 1992; Souza, 2006). Portanto, direciona-se para linha de pensamento no campo educacional e, objetivando a ideia central desta pesquisa.

Destaca-se que nos últimos tempos, o tema política pública vem ganhando mais espaço e escopo nas mais diversas literaturas, multiplicando-se em diversos trabalhos acadêmicos e científicos, assim como vem reacendendo sua relevância em diferentes segmentos da sociedade, perpassando por campos multidisciplinares como, por exemplo, social, política, econômica, educacional e fixando diferentes formulações e conceitos, vinculando-as com as grandes mudanças que vêm ocorrendo na sociedade brasileira.

Pesquisadores de diversas disciplinas (economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais), por exemplo, compartilham interesses e contribuem para avanços na área de políticas públicas, cujo objetivo é inserir um governo ativo nas suas ações e decisões sobre o assunto em diferentes segmentos (Arretche, 2003; Souza, 2006).

Nesta perspectiva, a política pública pode estabelecer a relação com a ideia de governo-ação, refletindo que as políticas públicas são responsabilidade estatal, podendo ir,

além disso, e envolver decisões compartilhadas com a sociedade, não devendo ser implementadas de qualquer forma ou isolada, isto é, segundo Gonçalves (2022, p. 122) entende que a política pública é “[...] a soma das atividades do Estado que age diretamente ou indiretamente, com intuito de estimular transformações sociais”, refletindo diretamente na responsabilização estatal para com a aplicabilidade de políticas públicas.

Destaca-se que a operacionalização e resultado mútuo entre os atores políticos, governamentais e sociais são essenciais para formulação, aceitação e implementação das políticas públicas com objetivo de alcançar a proteção e efetivação dos direitos dos cidadãos.

A colaboração e participação de todos nas tomadas de decisão e implementação das políticas públicas é relevante para que se obtenham maiores resultados positivos relacionados à política implementada, por exemplo, a Política Educacional e seus desdobramentos em ações ativas direcionadas à sociedade, contribuindo para a diminuição das desigualdades sociais e desenvolvimento do bem-estar social e econômico da população pela busca de uma sociedade mais justa (Brasil, 1988; Hofling, 2001; Souza, 2006; Villanueva, 1996; Oliveira; Guerra Filho; Catarini, 2024).

Associado ao desenvolvimento e formulação de políticas públicas e com foco no objetivo principal desta pesquisa, tem-se a contextualização de políticas públicas educacionais. Destaca-se de antemão que inter-relação entre três pilares: Política Pública, Política Social e Política Educacional.

O entendimento de política social neste momento encontra-se no sentido de âncora para melhor compreender que a política educacional também é pública e social, e reforçando a ideia de que as políticas públicas são inerentes à existência de um Estado Social, na busca por justiça social e na construção de sociedades mais democráticas. (Viegas, Santana e Noda, 2020; Oliveira, Guerra Filho, Catarini, 2024). Para melhor compreensão, Oliveira, Guerra Filho e Catarini (2024) enfatizam que:

Os principais objetivos do Estado Social envolvem o combate à necessidade e à pobreza, a garantia de uma renda mínima para assegurar a dignidade humana, a promoção da igualdade para reduzir a dependência, a segurança contra os riscos sociais e o fomento da prosperidade econômica. Esses objetivos podem ser resumidos em: (a) assegurar segurança econômica e social; (b) reduzir diversas formas de desigualdade; e (c) combater a pobreza (Oliveira; Guerra Filho; Catarini, 2024, p. 6).

Para reforçar essa ideia acima, de acordo com a Constituição Federal “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos

desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988, art. 6.), reforçando nesse aspecto o fortalecimento do eixo educacional para a sociedade.

Nesse contexto, Santos e Vasconcelos (2023) corroboram com o pensamento de que a educação é prioritária, estratégica, urgente e alvo de variadas políticas públicas cujo objetivo é atender o coletivo com mais qualidade e equidade.

A educação é considerada área de extrema relevância para o desenvolvimento da sociedade. Corroborando com a ideia, Oliveira, Guerra Filho, Catarini (2024, p.8) enfatizam que “uma das áreas em que as políticas públicas têm um impacto significativo é a educação”. No entanto, mais do que a aplicabilidade de forma legal, é a efetividade real da política pública educacional voltada para o coletivo na busca por melhores condições de vida e transformação das pessoas.

Além disso, a Constituição Federal do Brasil representa um dos marcos mais significativo no contexto do desenvolvimento e implementação dos direitos fundamentais, principalmente voltadas para as políticas públicas direcionadas à educação brasileira.

A partir disso, cabe ressaltar também a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, considerada um importante instrumento legislativo educacional na busca pela valorização e reconhecimento de uma educação para todos, desempenhando um papel de relevância na universalização e acesso à educação, vale ressaltar que, essa lei objetiva maior efetivação e consolidação das políticas públicas educacionais (Alves, Eliane *et al*, 2023; Santos, Vasconcelos, 2023; Oliveira, Guerra Filho, Catarini, 2024).

Agregando ao que foi exposto, a educação é um bem público e solidário, parte do cuidado do Estado à responsabilidade de zelar pela coletividade em diferentes atores que formam a coletividade, ou seja, todos os cidadãos e o conjunto da sociedade como um todo (Dias Sobrinho, 2013).

Coadunando com a ideia anterior, as políticas educacionais brasileiras são norteadas por esses balizadores jurídicos para a construção e desenvolvimento de planos, diretrizes e estratégias sem descartar ações posteriores que vinham contribuindo em prol da construção das políticas públicas educacionais a todos, ou seja, como orientação oficial para melhorias educacionais no Brasil conforme Mota Júnior (2016) sem descartar outras contribuições.

Vale frisar que, segundo o entendimento de Viegas, Santana e Noda (2020) no campo educacional, os programas e projetos advindos de planos, diretrizes e estratégias governamentais são considerados ações ou aspectos de atividade estatal para se atingir a finalidade de aplicação da política pública na sociedade, portanto, é de suma relevância o

entendimento dessa ideia para se ter uma melhor avaliação na implementação nos principais contextos sócio-políticos e econômicos por meio do envolvimento de toda esfera da sociedade.

Segundo o entendimento de Santos e Vasconcelos (2023) dentre as vastas áreas abrangentes nas políticas públicas educacionais, encontra-se a educação tecnológica, formuladas nas mais diferentes esferas de poderes com objetivo de melhorar a vida de todo coletivo.

Para reforçar o entendimento acima, Oliveira, Guerra Filho e Catarini (2024) entendem que as políticas públicas além de serem consideradas cruciais para o atendimento das necessidades da sociedade, elas representam, dentro de um conjunto maior a construção de ações, de programas, de projetos e de estratégias desenvolvidas em conjunto com Estado para assegurar as condições necessárias para o exercício dos direitos fundamentais básicos.

Considerando as ideias ações, projetos, programas e atividade de implementação governamental, direciona-se para a ideia de Programa Educacional a Distância delineada no foco de aplicabilidade da política pública desenvolvida neste trabalho.

Portanto, no próximo tópico serão abordadas algumas reflexões sobre a Educação e sua importância para a sociedade, posteriormente interligando com a política pública da Educação a Distância-EAD.

3.1 Reflexões sobre a Educação no Brasil

Ao discutirmos sobre educação é fundamentado identificar e definir os principais conceitos e ideias que envolvem essa temática transcorrendo sobre como esse tópico afeta às políticas públicas e suas atuações na sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/1996 traz em seu escopo a seguinte definição no Art. 1º “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 1996). Conforme o Plano Nacional de Educação (2014) são diretrizes deste plano para a educação dentro de 10 anos coadunando com metas para serem alcançadas relacionadas com o desenvolvimento da Educação a Distância (Quadro 4).

Quadro 4 - Diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE em relação com EAD

Inciso	Diretriz	Relação com o ensino EAD
I	Erradicação do analfabetismo;	Possibilidade de formação de professores para educação básica.
II	Universalização do atendimento escolar;	Possibilidade de atingir a população sem acesso físico aos cursos regulares.
III	Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;	Acesso ao ensino e possibilidade de melhorar a qualidade e formação da população com acesso ao ensino superior público pela UAB.
IV	Melhoria da qualidade da educação;	Busca constante pelo melhor desempenho e condições de ensino aprendizagem nas plataformas de ensino.
V	Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;	Formação de profissionais mais qualificados e com acesso ao ensino superior.
VI	Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;	Democratização da EAD.
VII	Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;	Acesso ao ensino superior em seu tripé ensino, pesquisa e extensão.
VIII	Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;	Gestão e implementação de recursos no ensino superior EAD.
IX	Valorização dos (as) profissionais da educação;	Possibilidade de formação, qualificação e continuidade dos estudos de docentes em diferentes níveis e locais.
X	Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (Brasil, 2014)	Acesso à educação independente da localidade e possibilidade de extensão do ensino aos estudantes que não podem ter acesso ao ensino regular.

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Brasil (2014).

Nesse aspecto, todas as diretrizes educacionais são baseadas na legalidade em suas bases constitucionais como o PNE, assim como, no que tange a Constituição Federal, a Educação é tratada como:

[...] um direito social, de competência comum dos quatro entes federativos (União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios), direito de todos e dever do Estado e da família, em colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Vale lembrar que, o sistema brasileiro educacional moldou-se por muito tempo, pelo péssimo acesso e pela desigualdade de redistribuição de políticas públicas educacionais em diversas regiões, inferindo no favorecimento por quem tem mais poder aquisitivo em detrimento daqueles que têm menos (Hayashi; Soeira; Custódio, 2020))

A partir disso, é necessário compreender que a desigualdade econômica na sociedade reflete diretamente na educação, tendo em vista que, a mesma detém o papel estratégico de suma relevância na sociedade, a qual impulsiona o desenvolvimento e

crescimento socioeconômico, bem como, uma forma de assegurar a participação da população na vida econômica e social por meio da educação para todos os cidadãos, pensamento este que, atualmente, é consenso internacional (Scavazza; Angela Sprenger, 2009).

Na tabela 1, reflete a realidade de alguns países referente à área educacional em comparação com a situação brasileira.

Dentre os indicadores estão: Resultado do PIB¹⁰ em 2022 de cada país na perspectiva do dólar, PIB *per capita*¹¹ com base no ano de 2022, Índice de Desenvolvimento Humano - IDH¹² (2021), atrelado ao ranqueamento¹³ na perspectiva dos países mais desenvolvidos em relação ao Brasil, Percentual do PIB em relação aos gastos públicos com a educação de cada país para fins comparativos (2020)¹⁴ e por fim, cálculo do PISA (2022) Programme for International Student Assessment, ou Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)¹⁵.

¹⁰ PIB: Produto Interno Bruto: é a totalidade dos bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano (IBGE, 2024). No caso aqui, é considerado um indicador que reflete o comportamento econômico em sua totalidade, no entanto, para efeitos comparativos, há outros índices como parâmetros que são destacados que refletem na área educacional e que esse reflexo é melhor compreendido na perspectiva da visão do PIB. Fonte: <https://pais.es.ibge.gov.br/>. Acesso 22 mar.2024.

¹¹ PIB per capita: Conforme IBGE (2024): Medição entre o quantitativo geral do PIB pelo número total dos habitantes, isto é, se cada indivíduo de um país recebesse partes iguais dentre outros estudos, assim, medindo o grau de desenvolvimento econômico de uma determinada região. Fonte: <https://pais.es.ibge.gov.br/>. Acesso 22 mar.2024.

¹² Índice de Desenvolvimento Humano - IDH: Segundo o IBGE, essa métrica compara indicadores de países no que tange os seguintes itens: riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros. Fonte: <https://pais.es.ibge.gov.br/>. Acesso 22 mar.2024.

¹³ Ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano: Fonte da central de dados do Human Development reports: <https://hdr.undp.org/data-center/country-insights#/ranks>. Acesso em: 22 mar.2024.

¹⁴ Percentual do PIB em relação aos gastos públicos com a educação. Fonte: <https://pais.es.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 mar.2024.

¹⁵ Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa): A cada três anos esse relatório de estudo comparativo é organizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), fornecendo informações a respeito do desempenho dos estudantes na faixa etária dos 15 anos. O Pisa avalia três domínios – leitura, matemática e ciências, ressalta-se que a cada ano há um parâmetro de dados nos três domínios, assim, no ano de 2022, respectivamente tem-se como parâmetro: Matemática: 472, Leitura: 476 e Ciências: 485. O Inep é o órgão responsável pelo planejamento e a operacionalização da avaliação no país, representando o Brasil perante a OCDE Pisa 2022 – (Pisa 2021 para 2022 e do Pisa 2024 para 2025). Fonte1: <https://gpseducation.oecd.org/CountryProfile?primaryCountry=BRA>, Acesso em: 22 mar.2024. Fonte 2: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 22 mar.2024.

Tabela 1 - Exemplo de análise comparativa de indicadores entre Brasil e países desenvolvidos

Países	PIB <i>Current US\$</i> (2022)	PIB <i>per capita</i> (2022) <i>Current US\$</i>	IDH (2021) Ranking	Gastos Públicos com Educação % do PIB (2020)	Cálculo do PISA (2022) - Matemática: 472 - Leitura: 476 - Ciências: 485 Em comparação à média dos países da OCDE. - Média Simples (MS)
Estados Unidos	25.462.700.000.000	76.398,59	0,921 20º	6,05	M - 465, L - 476, C - 499 MS: 480
Japão	4.231.141.201.863,17	33.815,32	0,925 24º	3,42	M - 532, L - 516, C - 547 MS: 531
Alemanha	4.072.191.736.089,51	48.432,46	0,942 7º	4,66	M - 475, L - 480, C - 492 MS: 482
Reino Unido	3.070.667.732.359,21	45.850,43	0,929 15º	5,53	M - 489, L - 494, C - 500 MS: 494
França	2.782.905.325.624,52	40.963,84	0,903 28º	5,5	M - 474, L - 474, C - 487 MS: 478
Itália	2.010.431.598.465,38	34.157,99	0,895 30º	4,27	M - 471, L - 482, C - 477 MS: 476
Brasil	1.920.095.560.995,06	8.917,67	0,754 89º	5,96	M - 379, L - 410, C - 403 MS: 397

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Através dos dados acima, é possível observar que o Brasil encontra-se no patamar desfavorável em relação a alguns países mais desenvolvidos do mundo no que se refere à questão educacional, a métrica aferida tanto pelo IDH inserindo-se no 89º no ranking mundial, como o PISA, apresentando os menores índices métricos.

Quanto aos Gastos Públicos com Educação em % do PIB, em comparação ao que foi apresentado, o Brasil investiu cerca de 5,96% do PIB como prioridade educacional no ano de 2020, é possível observar que, proporcionalmente, as grandes potências apresentam trilhões de dólares a mais que o Brasil no que tange a porcentagem de gastos públicos com a educação, calculada pela mínima porcentagem.

Vale lembrar também que, segundo o último Relatório do Quarto Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação¹⁶ (INEP, 2022) o qual correlacionando com as metas definidas pelo PNE é de ampliação do investimento público em

¹⁶ Neste documento é trabalhado com 56 indicadores relacionando-se com todas as etapas e modalidades da educação brasileira, fornecendo dados para cada uma das 20 metas do Plano Nacional de Educação cujo início se deu desde 2014. No ano de 2015, foi publicado um documento preliminar apresentando os indicadores. Desde então, relatórios bianuais de monitoramento foram publicados em 2016, 2018 e 2020. O próximo relatório será publicado ainda em 2024.

educação pública, atingindo 7% do (PIB) até 2019 e 10% do PIB até 2024, esta meta ainda encontra-se não atingida para o momento, sendo imprescindível, para essa última informação, que seja lançado o próximo relatório de monitoramento para 2024 para aferição dos dados do último ano do prazo final.

Cabe ressaltar que essa porcentagem reflete o comparativo de investimento em educação para cada país relacionada ao % do PIB para educação a nível mundial¹⁷. Infere-se então, que no Brasil existem disparidades educacionais bem marcantes influenciando diretamente nos resultados dos desempenhos internacionais em comparação aos outros países (Costa, 2024; Silveira; Bornia, 2024),

Ao analisarmos os dados da tabela 1 fica registrado que os investimentos e desenvolvimento social do país não devem ser vistos somente em curto prazo, pois a qualidade da educação oferecida na atualidade irá determinar o desenvolvimento das futuras gerações, e ignorar essa questão é determinar como a economia e a sociedade brasileira irá seguir (Costa, 2024). Além disso, o Brasil apresenta:

[...] um vasto potencial econômico e uma rica diversidade cultural, ainda tem um longo caminho a percorrer em termos de otimização de seus investimentos em educação. Sem uma abordagem estratégica e sustentável para a educação, corre-se o risco de perpetuar ciclos de disparidades socioeconômicas e perder oportunidades valiosas de crescimento (Costa, 2024, p. 10) .

Vale ressaltar que a educação é muito mais do que formação e capacitação educacional ou propulsora econômica, social e cultural de determinada sociedade, ela proporciona o norte para a realidade das pessoas, é a transformação do indivíduo, de si mesmos.

Segundo Lopes (2020); Júnior, Cisne (2023); Ferreira (2024) compreendem que o não investimento de verbas públicas voltadas para esta área, é excluir os indivíduos participantes do contexto social, mostrando os gastos governamentais podem apresentar a real intenção de desenvolvimento de melhoria ou não, destacando-se, então, a necessidade de investimento, melhorias e estratégias formais de aplicabilidade de políticas públicas nessa área em um país tão desigual em níveis socioeconômicos.

Posto isso, em relação à ideia anterior, constantemente, busca-se a resolução ou a mitigação dessas diferenças por meio da efetivação e aplicabilidade de inúmeras políticas públicas voltadas para o enfrentamento desses desafios e, proporcionar melhor qualidade e democratização educacional para a população.

¹⁷ Observação do banco mundial de dados (The World Bank).

Outro ponto a ser destacado, se relaciona à questão de inclusão social e econômica através de políticas públicas educacionais na área digital, é lembrar que, no Brasil é cada vez mais recorrentes iniciativas governamentais de inclusão digital para a população. Tais esforços visam criar estratégias, possibilitando que mais pessoas se beneficiem com acesso ao conhecimento por meio da inclusão digital em todo país.

Além disso, consta dentre os objetivos dessas iniciativas, o desenvolvimento econômico e social sustentável e inclusivo, com inovação, aumento de competitividade, de produtividade e dos níveis de emprego e renda no País (Brasil, 2024).

Por meio Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), foi instituído o Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018, a qual estabelece o Sistema Nacional para a Transformação Digital (SinDigital) na composição do documento que trata da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital).

Este documento base o qual apresenta a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital) no ciclo de 2022 – 2026 possui como objetivo principal “[...] aproveitar o potencial das tecnologias digitais para promover o desenvolvimento econômico e social sustentável e inclusivo, com inovação, aumento de competitividade, de produtividade e dos níveis de emprego e renda no País” (Brasil 2024), estrutura-se por eixos temáticos, dentre os quais, o eixo (A) - Infraestrutura e acesso às tecnologias de informação e comunicação, conforme consta na imagem abaixo (Quadro 5).

É perceptível a preocupação governamental em permitir que mais pessoas se beneficiem com acesso ao conhecimento por meio da inclusão digital, com isso, influenciando fortemente a amplificação do EAD em meio a um quadro de tanta exclusão digital existente no Brasil.

Quadro 5 - Objetivo geral e objetivos específicos do Eixo Habilitador (A)

Eixos Habilitadores	Objetivo geral (Decreto nº 9.319/2018 e suas alterações)	Objetivos específicos (Decreto nº 9319/2018 e suas alterações) (Brasil, 20182)
A. Infraestrutura e acesso as Tecnologias de Informação e comunicação.	Ampliar o acesso da população à internet e às tecnologias digitais, com qualidade de serviço e economicidade.	Levar redes de transporte de dados de alta capacidade a todos os municípios brasileiros.
		Expandir as redes de acesso em banda larga móvel e fixa, em áreas urbanas e rurais.
		Disseminar as iniciativas de inclusão digital.

Fonte: Adaptado de Brasil (2024).

A partir disso, outras ações de inclusão digital para a população do Ministério da Gestão e da Inovação e Serviços Públicos (MGI), destacam-se: ProInfo, Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), Programa Cidades digitais, Computadores para Inclusão, Programa Wi-Fi Brasil, Investimentos em Inclusão Digital, Programa Banda Larga nas Escolas - PBLE, Programa de Conectividade Rural, Projeto Cidadão Conectado, instituição do Sisuab (Sistema Universidade Aberta do Brasil), Programa Um Computador por Aluno, dentre outras iniciativas.

Para esse estudo, é importante o entendimento sobre a temática no sentido de que a aplicabilidade da política pública educacional tecnológica deve coincidir com as ferramentas mínimas necessárias que alcançar a essência do objetivo que gira em torno da educação a distância, assim como permeando dentro do contexto educacional dos cursos de graduação de ensino superior na modalidade virtual.

3.2 Considerações

No tocante ao capítulo 3, foi apresentado reflexões a respeito da temática política pública para entendimento de que a educação permeia em sua essência como uma política pública que cujo objetivo é a busca por uma sociedade mais justa a partir das aplicabilidades de diferentes vertentes educacionais.

Direcionando para o entendimento dos diferentes processos educativos na sociedade como forma de almejar a democratização e a universalização do ensino. Nesse sentido, é pertinente a contextualização desses fatos no que diz respeito à educação a distância - EAD como política pública no próximo capítulo, com a finalidade de alinhar à temática desta dissertação.

4 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - EAD COMO POLÍTICA PÚBLICA

Compreender a educação a distância como uma política pública social ora estudada é entender que é a possibilidade de acesso daqueles que almejam entrar no ensino superior público, e como uma das diferentes barreiras existentes, é a questão geográfica, com boa parte da população brasileira vivendo longe das universidades ou indisponibilidade de tempo. Como uma das formas de transpor essas dificuldades é dar a oportunidade para a formação de profissionais com o ensino a distância (Brasil, 2017; Alves, 2011; Moares *et al.*, 2021).

Para tanto, a educação a distância vem atravessando transformações na dinâmica educacional e social, ocorrendo em diferentes meios da sociedade ocorrendo a quebra de paradigmas e o surgimento de propostas educativas (Baraúna, Arruda, Arruda, 2012).

Justamente com as condições e conjunturas tecnológicas em cada época, são adotadas medidas para o fortalecimento do sistema educação brasileiro, com objetivo de suprir a necessidade social de formação e capacitação humana como forma de mitigar a desigualdade ao acesso educacional, atendendo ao maior número de pessoas simultaneamente, isto é, transformando-se como instrumento de política pública, influenciando não somente a área educacional, mas como toda a sociedade (Baraúna, Arruda, Arruda, 2012; Reis, 2015; Lopes, 2020).

É necessário partir do princípio do contexto temporal com a evolução histórica, sobre os conceitos e as teorias a respeito da educação a distância, ressaltada por Silvano (2023) como sendo relevante observar as diferentes tentativas de contribuições a respeito da conceitualização dessa modalidade por inúmeros autores ao longo dos anos e por diversas realidades discutidas no meio científico, demonstrando diferentes gerações e aplicabilidades para o ensino a distância, com diferentes contribuições ao longo dos anos até a atualidade e prognósticos futuros a respeito dos conceitos, expressões, teorias e características.

Foram sendo construídos diferentes modelos pedagógicos a respeito da Educação a Distância por décadas, em torno do processo de ensino e aprendizagem entre professor e aluno por diferentes instituições. Recebeu, ainda, diferentes contribuições, não se resumindo somente por uma linha de raciocínio, abordando desde a análise e a aferição da qualidade dos cursos na modalidade a distância, até a ramificação e alcance do ensino de forma espacial (Silvano, 2023).

Relacionando ao desenvolvimento formal, insta salientar que, em conformidade com Decreto no 9.057, de 25 de maio de 2017, oficialmente, considera-se Educação a distância como:

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (Brasil, 2017).

Consoante ao exposto a respeito da definição governamental e de cunho legal, outras conceitualizações podem ser abordadas como, por exemplo, a ideia de Moore e Kearsley (2007) os quais entendem que:

Educação a Distância é o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local do ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas. Os principais aspectos a serem enfatizados a respeito dessa definição [...] aprendizado e ensino, aprendizado que é planejado, e não acidental, aprendizado que normalmente está em um lugar diferente do local de ensino, comunicação por diversas tecnologias (Moore; Kearsley, 2007, p. 2).

Tão logo, compreende-se que, historicamente, a Educação a Distância é marcada por grandes destaques que influenciaram e alteraram o seu desenvolvimento. Segundo o entendimento de Lourenzo (2019, p.9) afirma que “Com certeza a EaD já não é mais um futuro por estar presente em diversos ambientes de educação. A tendência é a de que ela ocupe um espaço cada vez maior nos modelos de aprendizagem disponíveis para as pessoas”,

A educação a distância é ressignificada tanto nos aspectos metodológicos como na construção do processo de ensino e aprendizagem em diferentes níveis de ensino (ensino básico, ensino superior, agregando treinamentos empresariais e plataforma de oferta de cursos governamentais, este último tomando, por exemplo, a ENAP¹⁸) com autorização de cursos e funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância (Brasil, 2017).

Agregando ao exposto, a LDB de 1996 é uma importante diretriz da educação, em conjunto com a implementação do Plano Nacional de Educação - PNE aprovado pela Lei 10.172/2001 (Brasil, 2001), ressaltou o requerimento de ações para formação e aperfeiçoamento dos profissionais da educação, assim como, busca a democratização e universalização do ensino, com demandas relacionadas à expansão e melhoria do Ensino a Distância – EaD, como aliada para cumprimento das metas estabelecidas, pois:

No processo de universalização e democratização do ensino, especialmente no Brasil, onde os déficits educativos e as desigualdades regionais são tão elevados, os desafios educacionais existentes podem ter, na educação a distância, um meio auxiliar de indiscutível eficácia. Além do mais, os programas educativos podem desempenhar um papel inestimável no desenvolvimento cultural da população em geral. Ao introduzir novas concepções de tempo e espaço na educação, a educação a distância tem função estratégica: contribui para o surgimento de mudanças significativas na instituição escolar e influi nas decisões a serem tomadas pelos dirigentes políticos e pela sociedade civil na definição das prioridades educacionais (Brasil, 2001).

¹⁸ ENAP - Escola Nacional de Administração Pública: escola do governo federal, que oferta cursos de aperfeiçoamento e qualificação e formação dos servidores públicos sobre a administração pública no formato ead, buscando a transformação da administração pública por meio da competência, do conhecimento, da inovação, da atitude, do resultado e valor, servido a sociedade na inovação e alcançando resultados

Para a contribuição ao que se refere à legislação brasileira, tem-se fundamentado no atual Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024, meta nº 12, BRASIL, 2014), aprovado pela lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, o qual traz a previsão de:

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

É perceptível uma vertente muito forte voltada para o EAD como política pública de inclusão social e econômica de qualificação de inúmeras pessoas no Brasil, objetivando a mitigação das desigualdades sociais e criando oportunidades ao maior número de pessoas para acesso ao conhecimento e a informação, apesar das dificuldades para maior efetivação no território nacional (Reis, 2015; Ramos 2024).

Partindo dessa lógica, é cada vez mais crescente a discussão relacionada à educação a distância desde o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) regulamentada a partir do art. 80, colocando esse item em evidência no currículo educacional formal.

Contudo, vale ressaltar que, a realidade tecnológica vem avançando por diversos setores, modificando cenários de forma célere, alterando a forma de produção e interação social, ou seja, estando em evidência perante o cenário educacional atual, sendo inquestionável o seu crescimento e desenvolvimento (Bordim; Borges, 2022). Ademais, a educação precisa se inteirar conforme as suas necessidades e realidades, prezando pela sua essência, assim:

[...] não significa cairmos em mera louvação tecnológica, ocultando suas contradições, paradoxos e ambivalências. Informar-se é a primeira porta a ser aberta; a segunda é buscar, na medida do possível, lutar pela incorporação de recursos para colocar a educação em sintonia com o nosso tempo (Santaella, 2020, p. 157).

Nesta perspectiva, é necessário discutir de forma responsável e cuidadosa sobre o caráter expansionista dessa modalidade educativa, se fazendo necessária atenção no sentido de não cair em “louvação tecnológica”, para não traçar uma linha de pensamento a qual o EAD seria a solução mágica para todos os problemas educacionais brasileiros, e conseqüentemente, coadunando em descredibilidade, na medida com que essa política pública se desenvolve e se expande por todo país de forma expressiva (Rodrigues; Andriola, 2021; Santaella, 2022).

Para isso, é relevante ressaltar que, para resguardar e controlar, minimamente, a qualidade de ensino dessa modalidade, a regulamentação por parte do poder público é crucial para o cumprimento dos pontos regulatórios pelas instituições de ensino, assim como, agregando na acreditação dessa política pública no meio educacional, buscando solucionar as necessidades, reconhecimento e qualidade de ensino e formação profissional e humana (Rodrigues; Andriola, 2021; Santaella, 2022; Bordin; Borges, 2022).

Diante do exposto, é notório que, nos últimos anos, o interesse estatal e institucional é crescente por esta modalidade de ensino por todo o Brasil, em nível de política pública educacional de acesso ao ensino, como parte da formação e ensino-aprendizagem. Além disso, Moore e Kearsley (2007) ressaltam outras necessidades com objetivo de atender de forma democrática à população, vale ressaltar que são pontos exemplificativos, evidenciando a importância de conhecer o EAD e as suas diferentes aplicabilidades e propostas (Quadro 6).

Quadro 6 - Contribuições e aplicabilidades da EAD

Pensamento (Moore e Kearsley)	Descrição sobre a contribuição da EAD
• Acesso crescente a oportunidades de aprendizado e treinamento;	Possibilidade de realizar cursos e formações em diferentes locais independente da distância dos centros educacionais.
• Proporcionar oportunidades para atualizar aptidões;	Possibilita oportunizar e democratizar o acesso ao conhecimento aperfeiçoamento e melhorando os níveis de ensino da população.
• Melhorar a redução de custos dos recursos educacionais;	Facilidade de aplicar e disseminar conhecimentos por meio de cursos regularizados e com controle de qualidade.
• Apoiar a qualidade das estruturas educacionais existentes;	Ações de apoio na formação profissional, na educação formal e na qualidade do ensino.
• Melhorar a capacitação do sistema educacional;	Possibilita dar suporte ao ensino regular atendendo ao público que não possui acesso ao ensino formal presencial.
• Nivelar desigualdades entre grupos etários;	Possibilita dar acesso aos grupos sociais distantes dos grandes centros de educação e aqueles que não tiveram acesso ao ensino regular por motivos de trabalho e tempo.
• Direcionar campanhas educacionais para públicos-alvo específicos;	Permite estabelecer ações para formação de público como docentes, gestão pública e outros com a finalidade de formação complementar.
• Proporcionar treinamento de emergência para grupos-alvo importantes;	Alternativa para dar acesso a cursos rápidos e de difícil implementação por motivo de emergência como pandemia a COVID-19.
• Aumentar as aptidões para a educação em novas áreas de conhecimento;	Formação em segunda graduação ou cursos de formação continuada.
• Oferecer uma combinação de educação com trabalho e vida familiar;	Dar acesso ao público que por diferentes motivos não continuaram sua formação acadêmica e profissional.
• Agregar uma dimensão internacional à experiência educacional	Possibilita intercâmbios e acesso ao ensino em diferentes idiomas e áreas do planeta com a globalização.

Fonte: Autora - adaptado de Moore e Kearsley (2007, p. 8).

Nesse caminho, é cada vez mais crescente nos meios de comunicação o número de reportagens associada à temática de ensino a distância demonstrando que a população está em processo de adaptação, não sendo mais uma novidade ou estranhamento social, no

entanto, permanecendo com o pensamento de que ainda há diversos desafios ainda a ser superados, urgindo essa discussão na instituição de ensino superior para não ficar de fora desse processo de formação.

Inferindo-se que segundo Sales (2020) que a Educação a Distância está em processo constata-se de mudança no contexto de ensino nas instituições educacionais cujo objetivo é a ampliação da possibilidade comunicacional educativa por meio da difusão e compartilhamento do conhecimento, como forma de acesso democrático ao sistema educacional.

Como parte dessa contextualização, parte-se a seguir dos principais acontecimentos no que concerne à educação a distância no Brasil como forma de agregar a linha de raciocínio deste trabalho.

4.1 Educação a Distância (EAD) no Brasil

Neste tópico procura-se levantar o entendimento dos principais acontecimentos em relação à Educação a Distância, como forma de corroborar para fundamentação teórica dessa ação governamental que se tornou uma das mais relevantes políticas públicas de acesso à educação em seus diferentes níveis, principalmente, o superior.

Destaca-se aqui, que esse panorama histórico transcorre os marcos mais significativos do processo evolutivo, contribuindo tanto na perspectiva temporal, como espacial da educação a distância no Brasil, inserindo-se, posteriormente, no meio educacional de ensino formal.

O estudo sobre a EAD perpassa, por diferentes pontos de vistas de autores no sentido de compreender a implementação e evolução e suas contribuições nos diversos panoramas de ensino-aprendizagem, considerando a dinâmica de transformação tecnológica, assim como, mudanças socioculturais da sociedade, observando-se como instrumento para além da construção e acesso ao conhecimento. Esse processo possibilita permitir a realização e análise da formação educacional e profissional, além de diferentes dimensões pessoais.

O processo de implementação da dinâmica da Educação a Distância vem transcorrendo de forma heterogênea, dependendo muitas vezes das tecnologias de cada época, tendo em vista as diversas peculiaridades de cada sociedade, determinadas pelas transformações no tempo e no espaço, modificando as relações sociais e culturais (Santos, 2011).

Consonante ao exposto, a modalidade tecnológica de informação e comunicação envolve o processo de ensino e aprendizagem por diversos lugares e tempos, com a finalidade de impulsionar a educação em seus diferentes níveis, por exemplo, em meio a sociedade mais organizada, globalizada em rede informacional, nos meios de comunicação desde as principais reformulações ocorridas na década de 90 no Brasil. Dentre as mais marcantes mudanças, o advento da internet, constituindo-se como fenômeno dinâmico que vem evoluindo ao longo do tempo, e merecendo uma atenção especial nas literaturas, (Santos, 2011; Carneiro 2010; Silva; Carvalho, 2022; Brasil, 2017).

Compreende-se, portanto, que o impacto de EAD vem ganhando espaço ao longo dos anos e nas diferentes sociedades, impulsionando principalmente na área educacional de ensino, apresentando sua trajetória própria, que atualmente, apresenta diretrizes legais próximas as modalidades presenciais de ensino superior. Segundo Rocha (2022), entende que a inserção dessa modalidade não fixa somente trabalhar com as tecnologias na realização de cursos técnicos, mas, busca atender a perspectiva educacional de ensino a distância como proposta de práticas e abordagem pedagógicas educativas que atendam as necessidades do mercado de trabalho e de toda a sociedade.

Portanto, no que tange à evolução histórica da educação a distância no Brasil, as literaturas levantam os primeiros resquícios de introdução dessa modalidade, de forma a tangenciar os principais acontecimentos sob o ponto de vista de cada autor de referência, coadunando não somente a conjunção histórica, mas classificando como gerações e suas remodelações em cada época.

Assim como, Costa *et al.* (2022) discorre que apesar das primeiras menções e documentações acerca da experiência da educação a distância no Brasil no início do século XX, provavelmente houve tentativas antes a esse período, no entanto, reforça que, as faltas de fontes mais precisas dificultam a análise dessa prática.

A seguir, serão apresentados alguns destaques da EAD no Brasil no século XX, segundo a cronologia de Alves (2009), tangenciando com as ideias das gerações de Moore e Kearsley (2007) para melhor contextualização sob essa perspectiva.

Na perspectiva acima, além da visão de Alves (2009) no que diz respeito a cronologia, tem-se as cinco gerações de Moore e Kearsley (2007) com objetivo de entender a ordem dos acontecimentos. Nos quadros 6,7 e 8 seguem o encadeamento de representativo da referida linha de pensamento e acontecimentos que abriram caminho a educação a distancia.

Nessa perspectiva, é basilar para o entendimento da pesquisa apresentar um recorte de eventos históricos sobre a EAD no Brasil no século XX, segundo Alves (2009), Rocha (2022),

Moore e Kearsley (2007), Goelzer, Silva e Sousa (2023), Torres (2009), Lima (2014), Costa (2017) e Bizzo (2009).

Período inicial (1904 -1923) segundo Alves (2009), assim como, 1ª e 2ª Geração conforme a concepção de Moore e Kearsley (2007) que evidenciam o desenvolvimento de estruturas para a Educação a Distância (Quadro 7).

Quadro 7 – Análise histórica 1904 - 1923

<ul style="list-style-type: none"> • Cursos profissionalizantes de datilografia por correspondências por meio de jornais de circulação da época no Rio de Janeiro, caracterizando como uma educação a distância mais individualizada e de ensino particular.
<ul style="list-style-type: none"> • Instalação das Escolas Internacionais para oferta de cursos oferecidos voltados para as pessoas que estavam em busca de empregos, especialmente nos setores de comércio e serviços (1904).
<ul style="list-style-type: none"> • Henrique Morize e Edgard Roquette-Pinto lideraram um grupo para a Fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro liderado, com objetivo para a educação popular por meio de programas educativos. Nessa época, destacava-se “Pelo uso de rádio e televisão, com baixa ou quase nenhuma interação entre professores e alunos, exceto quando relacionada a um curso por correspondência; agregou o áudio e audiovisual 31 apresentação de informações aos alunos a distância” (Moore, Kearsley 2007, p.32).
<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de Radiodifusão Educativa (MEC) “A educação via rádio foi, dessa maneira, o segundo meio de transmissão a distância do saber, sendo apenas precedida pela correspondência”
<ul style="list-style-type: none"> • Inúmeros programas, especialmente os privados, foram sendo implantados a partir da criação, em 1937, do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação.” (Alves, 2009, p.9).
<ul style="list-style-type: none"> • Segundo Goelzer, Silva e Sousa (2023), desde década de 1920, o Brasil intensificou seu caminho no que se refere à educação a distância, trabalhando com métodos de correspondências e ampliando também para rádio e televisão.

Fonte: Autora - baseado em Alves (2009).

Período intermediário (1939 - 1941 - 1970) segundo Alves (2009), assim como, 2ª, 3ª e 4ª Geração conforme a concepção de Moore e Kearsley (2007) demonstram avanços na criação de novas regulamentações e envolvimento institucional (Quadro 8):

Quadro 8 – Análise histórica 1939 - 1941 - 1970

<ul style="list-style-type: none"> • Instituto Monitor (1939), Fundado por Nicolas Goldberger, em São Paulo, ofertando cursos profissionalizantes a distância por correspondência. Instituto Universal Brasileiro (1941).
<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Sistema de Rádio Educativo Nacional (SIRENA) cujo objetivo era produzir programas educativos transmitidos por diversas emissoras (1957).
<ul style="list-style-type: none"> • A igreja católica, por iniciativas próprias, criou diversos programas radiofônicos, inclusive, em parceria com o Governo Federal (1958 -1961). Por exemplo, Arquidiocese de Natal no Rio Grande do Norte lançou um sistema de radiodifusão, dentre outras articulações das emissoras católicas junto à CNBB, cujo sucesso inspirou a criação do Movimento Nacional de Educação Básica (MEB), em 1958.
<ul style="list-style-type: none"> • Início do Movimento de Educação de Base-MEB (1958), educação em massa por meio de politização, assim como, na educação e alfabetização de adultos e na educação de base.
<ul style="list-style-type: none"> • Instituição do Código Brasileiro de Comunicação (Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962), a nível nacional, com objetivos de transmissão de programas educativos pelas emissoras de radiodifusão, e televisão educativa (1962). Vale ressaltar que as Universidades e Fundações receberam apoio para instalação dessas redes educativas.
<ul style="list-style-type: none"> • No Rio Grande do Sul, criou-se a Fundação Padre Landell de Moura (1967), configurando como núcleo de educação a distância para a época.

<ul style="list-style-type: none"> • Decreto n.º 65.239, de 1969, que criou o Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais – SATE, em âmbito Federal, o qual cria Estrutura Técnica e Administrativa para a elaboração do projeto de um Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais, incluindo rádio, Televisão e outros meios.
<ul style="list-style-type: none"> • Na década de 70, percebem-se as várias iniciativas de modelos de televisão educativa com objetivos voltados para programação cultural e de tele-ensino, nas instituições de ensino superior.
<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Minerva (1970), oferta de cursos profissionalizantes de forma metódica, a nível nacional.

Fonte: Autora - baseado em Alves (2009).

Período moderno (1970 - 1985) segundo Alves (2009), assim como, 4ª, 5ª e conforme a concepção de Moore e Kearsley (2007) apresenta desenvolvimento nas ferramentas de ensino e maior consolidação legal e institucional, assim como, popularização de diversos seguimentos da área (Quadro 9):

Quadro 9 – Análise histórica 1971 - 1985

<ul style="list-style-type: none"> • Associação Brasileira de Teleducação-ABT (1971), criada por um grupo de profissionais da área de radiodifusão, destacando-se também como a pioneira nos programas de pós-graduação a distância, lembrando que em 1980, o Governo Federal credencia o ABT para ministrar cursos de pós-graduação por meio de ensino tutorial, 12 cursos estavam em funcionamento, sendo dividido por diferentes áreas de conhecimentos, perdurando por 2 anos e prorrogada por mais 18 meses. Atualmente seu objetivo gira em torno do desenvolvimento qualitativo da tecnologia educacional.
<ul style="list-style-type: none"> • Programa Nacional de Teleducação-Prontel (1972), por meio do Decreto nº 70.066, de 26 de janeiro de 1972.
<ul style="list-style-type: none"> • Televisão Educativa (1972), encerrando as atividades em 2007.
<ul style="list-style-type: none"> • Fundação do Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação - IPAE (1973), influenciou em grande relevância na reflexão sobre a importância da EAD no mundo e no Brasil, e no desenvolvimento e acompanhamento dessa modalidade até os dias atuais. Além disso, auxiliou na criação da Secretaria do EAD, vinculada à Presidência da República e que posteriormente foi incorporada ao MEC.
<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Logos, com objetivo de formação de professores leigos com recursos do MEC e em parceria institucional de prefeituras municipais (1973).
<ul style="list-style-type: none"> • No Ceará, é criada a TV Ceará cujo objetivo é voltado para os cursos das antigas 5ª a 8ª séries por meio de material televisual, impresso e monitores e há também a criação do Instituto Padre Reus, na oferta de cursos profissionalizantes em diversas áreas de conhecimento. (1974).
<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Nacional de Teleducação (1976), pelo SENAC, voltado para rádio e televisão, destacando a oferta de cursos por meio de material instrucional na capacitação de pessoas voltadas para o comércio.
<ul style="list-style-type: none"> • Como último dos destaques, ocorreu a criação do Telecurso, uma iniciativa da Fundação Roberto Marinho (1977), com algumas experiências com rádio e TV, voltadas para a educação supletiva a distância.
<ul style="list-style-type: none"> • Experiência EAD a nível superior de Ensino
<ul style="list-style-type: none"> • UnB ofereceu alguns cursos de curta duração de extensão na metodologia a distância, no período entre 1979 e 1985.

Fonte: Autora - baseado em Alves (2009).

Dessa maneira, o período 1980 – dias atuais e continuação das gerações 4º e 5º demonstram a transição entre as décadas demonstram evoluções técnicas e culturais que desdobraram ao desenvolvimento até os dias atuais perpassando formas de ensino e diminuindo seus prejulgamentos em relação às mudanças de gerações que utilizam o ensino Ead até os dias atuais (Quadro 10).

Quadro 10 – Análise histórica 1980 - dias atuais

•	Década de 1980: Primeiras experiências de “Universidade Aberta” nas Instituições Federais de Ensino Superior com oferta de cursos de curta duração, classificando como Cursos de Extensão, de maneira individual ou em parceria/ consorciada, exemplo do caso da Universidade Aberta do Nordeste (UANE), em 1983, em Fortaleza, consórcio de 20 entidades de ensino superiores públicas e privadas do Nordeste.
•	Em 1983, pelo SNAC, desenvolveu uma série de programas radiofônicos, objetivando orientação na área comercial e de serviços, classificando como projeto “Abrindo Caminhos”.
•	1º Encontro Nacional de Educação a Distância pelo Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação na Área de Aprendizagem a Distâncias-IPAE
•	Promulgação da Constituição Federal de 1988
•	Década de 1990, advento da internet no Brasil.
•	Meados de 1990, despertar das Universidades para o EAD por meio das novas tecnologias aplicadas a nível educacional.
•	Pioneirismo na oferta do curso de graduação em pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1992).
•	Instituição de grupo de estudos para criação da Universidade Aberta de Brasília (1993), por meio do Decreto 14619 de 02/03/1993.
•	A Universidade de Brasília (UNB) propôs o Consórcio Interuniversitário de EAD (1995)
•	Criação do Centro Nacional de Educação a Distância-CEAD pelo SENAC (1995).
•	(1995) Associação Brasileira de Educação a Distância-Abed
•	Criação da TV escola vinculada ao MEC com objetivo de capacitação e aperfeiçoamento de docentes da rede pública dos ensinos fundamental e médio (1996).
•	Primeira experiência trabalhando por meio de videoconferência em programa de pós-graduação na Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC (1996).
•	Na Universidade Federal do Ceará, têm-se os primeiros resquícios da modalidade EAD a partir de 1997, por meio de projetos aplicados por grupos de pesquisa em educação a distância.
•	No período 1988/91, procedeu-se à informatização e à reestruturação do sistema EAD e, em 1995, foi fundado um setor destinado somente à EAD, denominado de Centro Nacional de Educação a Distância (Cead).
•	Associação Brasileira de Educação a Distância-Abed (1996).
•	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394 de 1996, legitimando a Educação a Distância no artigo 80.
•	Fundação da Secretaria de Educação a Distância vinculada ao MEC na perspectiva de trabalhar diretamente com a política pública voltada para democratização, acesso, e qualidade educacional. (1996).
•	Regulamentação do Sistema Universidade Aberta do Brasil por meio do Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006.
•	Primeira chamada pública para mestrado EAD (2010).
•	Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017

Fonte: Autora - baseado em Alves (2009).

A partir dos quadros é possível observar que a Educação a Distância perpassou diversos momentos históricos no Brasil. Na visão de diferentes contribuições, perpassando desde os cursos de correspondências, rádio, televisão ao advento da internet na criação dos computadores. Além disso, algumas instituições privadas, organizações não governamentais e a própria igreja proporcionaram a oferta de cursos no sentido de estimular a inserção da população, principalmente na área educacional.

Nesse sentido, foi a partir da década de 1990 que houve uma maior representação das Instituições de Ensino Superiores brasileiras voltadas para o processo educativo na

modalidade virtual, propiciado pelo desenvolvimento da internet por meio das Tecnologias da Informação e da Comunicação - TICs, a possibilidade de surgimento de cenários para além do espaço e tempo síncrono na qual se tem a participação dos atores no processo educativo e por meio da comunicação instantânea (Costa, 2017; Silva; Carvalho, 2022).

Também, é possível inferir que devido às grandes transformações tecnológicas impulsionadas pelo dinamismo científico ao longo do tempo, no que tange, principalmente, a comunicação, alinhada, em seguida, pelo surgimento e lançamento da internet, na perspectiva de Kipnis (2009, p. 2014) de “mundo do capitalismo global e flexível” sob a ótica educacional político e social, proporcionou outros meios para obtenção dos conhecimentos, formação e capacitação, além de novas formas e relações sociais diante das novas tecnologias da informação no meio educacional (Burci *et al.*, 2017).

Vale destacar que, no que tange ao uso das tecnologias de informação e comunicação, oficializou-se por meio do Decreto nº 5.622/2005 a caracterização do EAD pelo meio acima:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Enfatizando que o decreto acima foi revogado passando a valer o Decreto atual nº 9.057, de 25 de maio de 2017, o qual traz em seu bojo a releitura do artigo 1º de forma mais atualizada (Brasil, 2005; Brasil 2017).

Nesse ponto, é importante ser destacado a partir da análise histórica acima que a Educação a Distância está diretamente ligada ao movimento constante da sociedade e ao avanço das TICs e as diferentes necessidades do meio técnico, científico e informacional.

É importante destacar que o tópico apresenta os principais fatores que contribuíram no contexto histórico e que, atualmente, vem agregando dentro do sistema educacional como política pública de EAD, justificando o rompimento das barreiras físicas, espaciais e sociais para redução das desigualdades de oferta de cursos de capacitação, na formação inicial e continuada de profissionais da educação básica, e também, acesso ao ensino superior, por exemplo, provendo acesso ao conhecimento e ao ensino de cursos superiores (Bordin; Borges, 2022; Silva; Sousa, 2023; Rodrigues; Andriola, 2021).

No próximo tópico traz o levantamento da síntese da evolução legislativa do EAD no Brasil para compreensão da importância dessa política pública educacional ao longo dos anos e como foi sendo remodelado o processo de normatização, trazendo reflexos para sistema de ensino e aprendizagem educacional brasileiro.

4.2 Regulamentos que norteiam a implementação e desenvolvimento da EAD

Nesse tópico tem como objetivo o estabelecimento das bases legais que norteiam a modalidade de Educação a Distância ao longo dos anos, corroborando para importância dessa política pública nesta pesquisa e nas literaturas.

Ao traçar o entendimento de normativos, tem-se a compreensão da significância e impacto nas políticas públicas educacionais no que tange ao acesso ao ensino, contribuindo nas mudanças políticas e sociais no decorrer dos anos e do espaço. Este último justificando conforme a ação humana, e modificando e diferenciando os espaços e o seu entorno em relação a aplicabilidade das tecnologias (Santos 1992).

Abaixo, seguem as sínteses dos principais normativos que vem norteando o EAD no Brasil, ao longo dos anos e refletindo na construção dessa modalidade como política pública educacional (Quadros 11, 12, 13 e 14).

Quadro 11 - Síntese da evolução legislativa da EAD no Brasil (Século XX – 1950 a 1999)

Período	Legislação/ Base legal	Descrição/Determinação/aplicação
1951	Decreto 29.741/51, de 11 de julho de 1951	Instituiu a comissão para criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como Fundação ligada ao Ministério da Educação (MEC) e que tem missão a expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) no Brasil como um dos seus objetivos. Vale ressaltar que em 2007, como uma de suas atribuições, passou a atuar na formação de professores da educação básica.
1972	Decreto nº 70.066, de 26 de Janeiro de 1972	Dispõe sobre o Programa Nacional de Teleeducação (PRONTEL) e dá outras providências, com o objetivo de integrar, em âmbito nacional, as atividades didáticas e educativas, por intermédio do Rádio, da Televisão e outros meios, de forma articulada com a Política Nacional de Educação.
1993	Decreto 14.619 de 02/03/1993.	Constitui Grupo de Trabalho para estudar a viabilidade e as implicações da criação da Fundação Universidade Regional do Distrito Federal — URB e da implantação da Universidade Aberta do Distrito Federal - UnAB/DF
1994	Decreto de 11 de Janeiro de 1994	Foi criada, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, comissão encarregada de estudar e propor alternativas para a integração do Programa Nacional de Educação à Distância com os meios oficiais de comunicação,
1994	Decreto Nº 1.237, De 6 de Setembro de 1994	Foi criado, no âmbito da Administração Federal, sob a coordenação do Ministério da Educação e do Desporto, o Sistema Nacional de Educação à Distância - SINEAD.
1996	Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996	Estabelecimento das diretrizes e bases da educação nacional. (LDB)

1998	Decreto nº 2.494, de 10 de Fevereiro de 1998	Regulamentou o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e definiu a modalidade EAD.
1998	Decreto nº 2.561, de 27 de Abril de 1998	Altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A partir do Quadro 11, ficam demonstrados as primeiras iniciativas no que tange as tratativas da EAD no Brasil com destaque para a instituição da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que atualmente vincula todas as informações do ensino a distância e sistematizando o sistema Universidade Aberta do Brasil. Além disso, vale destacar o estabelecimento, em 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com foco na regulamentação oficial de iniciativas e desenvolvimento de Programas de ensino a distância para todos os níveis e modalidades de ensino.

Vale destacar que foi a partir de 1990 que houve o advento da internet no Brasil, perpassando por esse momento importante que, desde então, acelerou mais ainda o uso das tecnologias da informação e comunicação na perspectiva educacional.

Quadro 12 - Síntese da evolução legislativa da EAD no Brasil (Século XXI – 2001 a 2009)

Período	Legislação/ Base legal	Descrição/Determinação/aplicação
2001	Lei nº 10.172, de 9 de Janeiro de 2001	Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.
2001	Resolução nº 3 de abril de 2001 do Conselho Nacional de Educação	Estabelece Normas Para Funcionamento De Cursos De Pós-graduação
2004	Portaria nº4.059	Estabelecimento de critérios e exigências além da infraestrutura, corpo docente qualificado.
2004	Portaria nº 4.361	Definiu os critérios para credenciamento e para recredenciamento da IES para oferta de cursos superiores a distância.
2005	Decreto n.º5.622/2005	Regulamenta o artigo 80 da LDB nº9394/1996. Novas definições do conceito de EAD
2006	Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

2006	Decreto nº 5.800, de 8 de Junho de 2006	Instituiu o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.
2007	Portaria Normativa Nº2	Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

No que concerne ao Quadro 12, o estabelecimento mais ainda da assertividade das leis no fulcro da modalidade de ensino a distância no escopo educacional, principalmente voltada para o ensino superior, desde o funcionamento de cursos de pós-graduação na modalidade Ead, infraestrutura, qualificação de corpo docente, a procedimento de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância

Outro ponto de destaque foi no PNE de 2001 o qual versou sobre o processo de universalização e democratização do ensino, ressaltando a realidade brasileira dentro do escopo de nível educacional e trazendo a educação a distância com o papel inestimável no desenvolvimento cultural da população, perpassando por mudanças significativas dentro da instituição escolar e retomada como ponto de pautas (prioridade) nas mais diversas bases educacionais.

Por fim, em 2005 é marcada pela atualização do regulamenta do artigo 80 da LDB nº9394/1996, com novos conceitos e direcionamento a respeito da EAD. E em 2006, a instituição do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, oficializando com um sistema integrado por universidades públicas, ofertando cursos de nível superior sob a modalidade Ead, e tendo como prioridade a formação inicial e continuada de professores da educação básica (Brasil, 2024).

Quadro 13 - Síntese da evolução legislativa da EAD no Brasil (Século XXI – 2010 a 2017)

Período	Legislação/ Base legal	Descrição/Determinação/aplicação
2010	Decreto nº 7.385, de 8 de Dezembro de 2010	Instituiu, no âmbito do Ministério da Saúde, o Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - UNASUS, com a finalidade de atender às necessidades de capacitação e educação permanente dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde - SUS, por meio do desenvolvimento da modalidade de educação a distância na área da saúde.
2010	Aprovação no Conselho Universitário (Consuni)	Em 2010 foi aprovada pelo Conselho Universitário (Consuni), a mudança de regime do Instituto UFC Virtual, que se tornou a 16ª unidade acadêmica da Universidade Federal do Ceará.

2011	Decreto Nº 7.589, de 26 de Outubro de 2011	Instituiu, no âmbito do Ministério da Educação, a Rede e-Tec Brasil com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País.
2014	Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014	Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE
2016	Resolução CNE/CEB nº 1, de 2 de fevereiro de 2016	Define: Diretrizes Operacionais Nacionais para o credenciamento institucional e a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino.
2016	Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016	Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.
2016	Portaria nº 183, de 21 de Outubro de 2016	Regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).
2017	Portaria nº 15, de 23 de Janeiro de 2017	Altera regulamento das diretrizes para a concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta (UAB).
2017	Instrução Normativa nº 2, de 19 de Abril de 2017	Estabelece procedimentos de pagamento e parâmetros atinentes à concessão das bolsas UAB regulamentadas pela Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, e pela Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017.
2017	Decreto nº 9.057, de 25 de Maio de 2017	Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, além de revogar os seguintes dispositivos: Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005; e, art. 1º do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.
2017	Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017	Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores à distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A partir do Quadro 13, é possível observar os seguintes acontecimentos importantes e que vem contribuindo e influenciando até hoje. No escopo institucional da UFC, em 2010 foi aprovada, pelo Conselho Universitário, a 16ª unidade acadêmica, a Instituto UFC Virtual, cuja missão é potencialização do acesso para o ensino de qualidade e democrática desta instituição em parcerias com o sistema UAB.

Aprovação do segundo PNE 2014 com vigência para até 2024, a qual estabelece as 10 diretrizes para educação brasileira. Coadunando com o (Quadro 4) o qual traz o direcionamento dessas diretrizes voltadas para a EAD. Em 2017, o Decreto nº9057 de 25 de maio de 2017 trouxe atualização do regulamento 80º da LDB, sendo a regulamentação mais recente no que tange a educação a distância. E, por fim, demais disposições a respeito do assunto.

Quadro 14 - Síntese da evolução legislativa da EAD no Brasil (Século XXI – 2018 a 2023)

Período	Legislação/ Base legal	Descrição/Determinação/aplicação
2018	Lei Nº 13.620, De 15 De Janeiro De 2018	Institui o dia 27 de novembro como Dia Nacional de Educação a Distância
2018	Portaria nº 218, de 24 de Setembro de 2018	Regulamenta as diretrizes de admissibilidade de novos polos, permanência e desligamento dos polos no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.
2019	Portaria nº 102, de 10 de Maio de 2019	Regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.
2019	Portaria nº 232, de 9 de Outubro de 2019	Estabelece atribuições, forma de ingresso e parâmetros atinentes aos Coordenadores de Polo UAB e regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, e Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017 e pela Portaria CAPES nº 139 de 13 de julho de 2017.
2020	Portaria nº 70, de 5 de Junho de 2020	Regulamenta o art. 8º da Portaria nº 90, de 24 de abril de 2019, estabelecendo as diretrizes para autorização de funcionamento e para a avaliação de permanência de Polos de Educação a Distância (polo EaD) para oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu.
2023	Lei nº 14.533, de 11 de Janeiro de 2023	Instituição da Política Nacional de Educação Digital - PNDE

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Por fim, a partir do Quadro 14, ficou instituído o dia nacional da Educação a Distância no Brasil como demonstração da importância dessa política pública inserido no mundo educacional.

Ademais, para além da aplicabilidade da lei, é preciso ofertar as ferramentas necessárias para efetivação dessa política pública para toda população como forma de demonstrar a universalização e democratização, instituiu a Política Nacional de Educação Digital, potencializando os resultados das políticas públicas de acesso educacional para a

população a recursos, ferramentas e práticas digitais, prioritariamente para as pessoas mais vulneráveis.

A tudo que foi exposto, depreende-se que inúmeros dispositivos legais foram apresentados e deu-se repercussão a nível nacional no que tange ao processo de formalização do EAD, principalmente o artigo 80 da LDB (Lei 9.394/1996), traçando como marco legal e fundamental, caracterizando o EAD como modalidade formalmente válida, provendo pelo Estado Brasileiro, para todos os níveis e modalidade de ensino e de educação, credenciando instituições na oferta dessa modalidade, produção, controle e avaliação desse sistema de ensino (Brasil, 1996).

A partir do que foi apresentado, é possível inferir que a mera existência desses normativos não é o suficiente se não existir de fato a efetivação em benefício da sociedade. Além disso, no que tange a inserção do EAD nas instituições de nível superior, cabe salientar que o investimento educacional voltado, principalmente, para área tecnológica, reflete diretamente na promoção e oferta dessa modalidade de ensino nessas instituições (Moretto, 2022).

Considerando também, a implementação estatal de normativos como estratégia de efetivação os quais, além de ser uma obrigação no alinhamento e cumprimento das políticas públicas educacionais às determinações das normas vigentes no cumprimento com seu dever fundamentado constitucionalmente, é superar barreiras das desigualdades sociais e econômicas por meio do acesso às políticas públicas educacionais acessíveis a todas as pessoas.

Ao elencar e elucidar o processo de normalização busca-se a compreensão dessa modalidade que, ao longo dos anos, vem sendo construída e participando nos reflexos e resultados educacionais brasileiros, destacando que essas transformações são os resultados da aplicabilidade dessa política pública, que além do reconhecimento legal, é a busca pela democratização do ensino focando também na qualidade por lei. (Rodrigues; Andriola, 2021; Oliveira; Faria; Burci, 2019).

Por fim, no próximo capítulo realizar-se-á a análise da política pública de Educação a Distância na perspectiva do ensino superior. Em seguida, compreender como a área da geografia pode contribuir na observação do alcance e das ramificações dessa modalidade de ensino a partir da espacialização do polo com a atuação da Universidade Federal do Ceará, examinando as localizações da atuação dos polos nas regiões.

4.3 Democratização da educação superior na EAD

Por muito tempo, as práticas educativas em formato não presencial vem se moldando e tornando parte histórica dentro do contexto educacional brasileira, adaptando ao momento de cada época coadunando com as grandes evoluções tecnológicas e, posteriormente, sendo construída legalmente como modalidade de ensino, trazendo impactos significativos para a sociedade em geral, principalmente, na área educacional voltada para Educação Superior (Costa, 2012; Sousa 2021), bem perceptível quando apresentado na construção histórica no capítulo anterior.

Cabe ressaltar que atualmente as instituições de nível superior estão em constante mudança, com fragmentação e multiplicação dos conhecimentos, seus problemas interessa a sociedade e não somente a elas, nada mais se resolve somente internamente, tudo perpassa pela transversalidade comunitária no sentido de atender às demandas de responsabilidade social. Ou seja, remete-se a uma situação de que, hoje, esse assunto deve ser associado a três temáticas extremamente relevantes “a universidade, a sociedade e a democracia” não podendo ser pensadas sem o envolvimento da globalização, pois as mudanças são constantes, as adaptações, as complexidades, as pluralidades e as contradições da conjuntura social [...] (Dias Sobrinho, 2005).

Para Félix (2021) entende que a universidade desempenha um papel de suma importância no que tange à formação de opinião crítica diante de uma realidade social, destacando ainda seus resultados no desenvolvimento tanto econômico como social, perpassando pela qualificação e capacitação de pessoas para fins de suprir as necessidades e demandas de trabalho, por exemplo.

O entendimento que a instituição pública superior possui papel de relevância no que se refere à democratização do ensino superior é coadunado com a expansão da oferta de vagas e permanência estudantil, para que se possa pensar em uma universidade preparada para atender as necessidades da sociedade contemporânea e das gerações futuras.

Nesse sentido, Sousa (2021) ressalta que a globalização é responsável por mudanças em todos os aspectos na vida social do indivíduo e nos setores sociais, não diferentes na área educacional superior, e trabalhando em prol na transformação da realidade social diante das constantes mudanças, assim como, “requerendo da Educação Superior sua vocação crítica e visão de contexto como predicativos que lhe permitam trabalhar em função da transformação social” (Sousa, 2021. p.164), a qual a cada dia postula acesso à educação seja na modalidade presencial como virtual.

Contudo, vale ressaltar que diante da contextualização de globalização, o acesso ao ensino superior não deve ser repensada somente na ampliação de quantitativos de vagas, mas atrelada uma boa política pública de permanência e formação de qualidade, pontos estes que afetam tanto os docentes como diretamente os discentes (Félix, 2021).

Voltado para o contexto de diferentes práticas educativas no que tange a aplicabilidade da educação à distância nas instituições de ensino superior, o Brasil é considerado um grande incentivador desta modalidade de ensino, atingindo milhares de pessoas, com a possibilidade de acesso ao ensino superior. Por esse motivo, tal realidade mostra que as evoluções das tecnologias no meio educacional vêm repercutindo no dia a dia da sociedade, favorecendo o acesso, a oportunidade e a construção dos conhecimentos, com isso, refletindo em seus indicadores educacionais superiores¹⁹ (Brasil, 2022; Andrade, 2021).

Tal ideia de acesso e expansão do ensino possibilita a democratização do ensino universitário como forma de tornar a educação superior acessível ao maior número de pessoas, independente de quem seja ou de onde vêm, tomando por base a ideia pela busca da equidade educacional, superação de barreiras geográficas, estímulo/fomento ao desenvolvimento regional/ local, promoção das mais diversas formas de acesso educacional.

E para fortalecer mais ainda a ideia de acesso e expansão da educação superior, o Ministério da Educação – MEC criou o projeto Reuni Digital. Uma iniciativa do governo brasileiro cujo objetivo é expandir, ampliar, democratizar e modernizar a Educação a Distância-EAD nas Universidades Federais em todo país. Seguindo a mesma linha de raciocínio bem próximo do programa REUNI-Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais de 2007.

A supracitada iniciativa busca, além de aumentar o quantitativo de matrículas pública no ensino superior, tem o compromisso de enfrentamento diante das desigualdades de acesso ao ensino superior, para aquelas pessoas que moram em locais distantes das instituições de ensino superior, ou mesmo quando há pouca ou nenhuma oferta de vagas ofertadas, e que ao mesmo tempo precisam conciliar trabalho e estudos. Ou seja, o referido programa contribui significativamente para o desenvolvimento econômico e social do país por meio da formação de profissionais mais qualificados (Brasil, 2024).

Para Franco (2021, p. 230) conceitua a democratização como “polissêmica”, sendo diretamente associada ao aumento de oportunidades, aqui ensejando na adição da oferta

¹⁹ Apresentação do Censo da Educação Superior 2022

da educação superior e também dos ingressos daqueles que muitas vezes têm tido esse acesso negado.

A questão democrática no acesso educacional superior urge como necessária para as questões sociais de acesso e permanência dos mais diferentes programas e projetos voltados para a educação, dentre elas remete-se para o Programa Federal de Educação a Distância. Cunha, Bolzan e Isaia (2021) refletem sobre a ideia de democratização no ensino superior e reafirmam que:

Os desafios contemporâneos que envolvem os processos de massificação e de democratização da universidade, as políticas de inclusão e da diversidade, as mudanças no mundo do trabalho, a emergência das tecnologias da informação e outras tantas evidências requerem uma ampliação das reflexões sobre as práticas de ensinar e de aprender (Cunha; Bolzan; Isaia, 2021, p. 299)

Face ao exposto, surgiram, em meados da década de 70, diversas transformações no que tange a inclusão da informática a nível educacional.

Conforme Santos (2023, p. 51) “[...] o governo brasileiro buscou promover uma autonomia nacional através de avanços científicos e tecnológicos, estimulando atividades de pesquisa e a consolidação da indústria para informatizar a sociedade, aplicando a informática em diversos setores, como a educação”. Nas instituições de ensino superior foram desenvolvidos os perfis de educação à distância, como forma de alcançar e democratizar o acesso ao ensino, trabalhando com metodologias, didáticas e tecnologias apropriadas para cada situação seja ela na pesquisa, no ensino ou na extensão.

Ademais, as instituições começaram a busca pela oferta de cursos livres, capacitações, politização, nos meios de comunicação da época, no entanto, foi na inserção dessa modalidade de ensino na educação superior, voltadas principalmente para os cursos de graduação, é que se tornou ponto de pauta importante no cenário acadêmico nacional (Júnior, Neto; Santos, 2021; Lima, 2014).

Desde então, observa-se uma grande movimentação de associações e instituições em prol dessa modalidade de ensino, assim como, refletindo em grande força na concretização de políticas públicas mais específicas, por exemplo, na regulação de leis, decretos e resoluções voltadas para esta modalidade de ensino, ocorrendo à ampliação do ensino Ead ao longo dos anos apresentando maior participação no desenvolvimento educacional brasileiro (Baraúna; Arruda; Arruda, 2012; Brasil, 1996; Lima, 2014; Ferreira, 2024; Brasil, 2022).

Face ao exposto, é notório o crescimento e expansão do EAD tanto em instituições públicas, como privadas de ensino superior nas últimas décadas, demonstrando

uma expressiva expansão nas últimas décadas nos cursos de graduação do ensino superior, partindo da premissa também do aumento do número de vagas, matrículas em Instituições de Ensino Superior (IES), conforme demonstrado no último Censo da Educação Superior 2022 abaixo:

Figura 2 - Expansão do número de cursos de graduação na modalidade EAD



Fonte: Censo da Educação Superior 2022 - INEP

Pode-se inferir, então que houve um crescimento e expansão acentuada da modalidade a distância inserida como política pública nas instituições de ensino superior nas últimas duas décadas, isso fica evidenciado no número de cursos criados nos anos de 2019 a 2022 com uma grande curva ascendente no registro de novas graduações a distância.

Cabe ressaltar que, paralelamente, a toda contextualização de inserção e desenvolvimento da prática educativa no meio institucional de ensino superior, tanto presencial como virtual, é válido lembrar que, ainda hoje, muitas instituições de ensino superior, principalmente voltadas para as instituições públicas, vêm passando por dificuldades financeiras devidas aos constantes cortes financeiros e contingenciamentos orçamentários nos últimos anos.

Afetando diretamente o funcionamento e investimento, tornando-se ao longo do tempo, insuficientes para própria manutenção das instituições públicas superiores, tornando um cenário de tamanha imprevisibilidade, tanto para planejamento e administração como afeta diretamente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (UFC, 2023; ANDIFES, 2023)²⁰.

²⁰ ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

É pertinente a linha de raciocínio de amplo investimento voltado para educação superior em todo país, assim como, agregando a ideia de melhorias e expansão por meio da manutenção orçamentária como crucial para investimento educacional, principalmente voltada para a educação a distância.

A partir do que foi discutido, é fundamental evidenciar que a relação entre formação profissional, acesso ao trabalho e qualidade de vida são lógicas, tanto para o público formado quanto para os estudantes que cursam o ensino superior e correlacionam essa atividade com o mercado de trabalho, por isso:

A modalidade EAD requer uma responsabilidade maior por parte do aluno, pois ele deve se dedicar para alcançar um nível significativo de aprendizado, e isto demonstra algumas vantagens, como interatividade, flexibilidade e autonomia de horário. Definir seu próprio cronograma de estudo possibilita a inclusão de estudantes que poderiam não ter acesso à Educação Superior, devido sua disponibilidade de tempo [...] (Moaris *et al.*, 2021).

Nesse caminho, investimentos e o cuidado com os diferentes níveis de ensino são primordiais na construção de uma sociedade saudável e pronta para os desafios do mercado de trabalho em todas as áreas do território cearense, seja na região metropolitana e nos centros urbanos ou em localidades afastadas no meio de formação tradicional.

Outro ponto de destaque a ser considerado no que tange à expansão e democratização do acesso às Universidades públicas é referente ao Plano de Expansão da Educação a Distância nas Universidades Federais – Reuni Digital do MEC. Entendendo a relevância da Educação a Distância nas universidades públicas, construiu o supracitado plano para tornar o ensino superior mais acessível e inclusivo. No documento constam os objetivos e metas traçados tanto da parte governamental, como na esfera das Universidades Federais.

Nos quadros 15 e 16 seguem, respectivamente, os desafios e as metas a serem alcançadas pela esfera governamental e das Universidades Federais. Lembrando que o Reuni Digital objetiva alcançar diretamente a meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 a qual estabeleceu em 33% o percentual de matrículas para a população de 18 a 24 anos (taxa líquida) e em 50% para a população em geral (taxa bruta) até o ano de 2024.

Quadro 15 - Desafios e metas na esfera governamental

Desafios para a esfera Sesu/MEC (Governo)	Metas
Estabelecer marcos regulatórios, administrativos, conceituais e de qualidade que permitam a expansão da educação superior	<p>Meta 1: Construir documento orientador para a institucionalização da educação a distância nas universidades federais</p> <p>Meta 2: Elaborar documento norteador para a flexibilização e referenciais básicos de currículo, com meios para dar amparo à mobilidade estudantil em cursos e em processos de intercâmbio (nacional e internacional), possibilitando a acreditação de atividades acadêmicas. Este documento pretende estabelecer as bases orientadoras para as modalidades virtual e presencial de mobilidade</p> <p>Meta 3: Revisar o documento “Referenciais de qualidade para a EaD” (BRASIL, 2007) e propor um comitê técnico permanente de avaliação</p>
Assegurar a sustentabilidade econômica e financeira para a expansão da EaD	<p>Meta 1: Estabelecer ações articuladas entre setores públicos e privados para atendimento de demandas, como recursos, conectividade, infraestrutura, estágios, entre outras</p> <p>Meta 2: Fomento às pesquisas nas áreas de inovações educacionais.</p> <p>Meta 3: Empregabilidade</p>
Orientar as universidades federais que aderirem ao Plano para a construção de uma educação superior aberta e flexível	<p>Meta 1: Construir documento orientador de princípios e estratégias pedagógicas para uma educação superior aberta e flexível no Brasil</p>
Criar plataformas integradas de EaD em nível nacional	<p>Meta 1: Adotar um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) baseado na plataforma <i>Moodle</i> ou em outra de código aberto, customizado e acessível, para oferta dos cursos superiores na modalidade a distância e/ou na oferta dos componentes curriculares dos cursos que as ofereçam mediante os 40% da carga horária que lhes é permitida</p> <p>Meta 2: Criar um Sistema de Portfólio Discente (SPD) para o registro de créditos e atividades desenvolvidas</p>
Regulamentar o uso de repositório público de materiais didático-pedagógicos e laboratórios virtuais	<p>Meta 1: Adotar um repositório em rede nacional para facilitar o acesso a materiais, vídeos, artigos, livros, laboratórios e simuladores virtuais e muitos outros recursos abertos e acessíveis em diversos idiomas e formatos, facilitando também o uso e o aperfeiçoamento de materiais</p> <p>Meta 2: Promover a virtualização de laboratórios e simuladores</p>
Fomentar a acessibilidade digital discente e docente	<p>Meta 1: Orientar os parâmetros de acessibilidade digital e pedagógica, em especial na acessibilidade técnica das plataformas, materiais digitais e documentação disponibilizada para os estudantes</p>
Garantir conectividade	<p>Meta 1: Estabelecer ações e parcerias para oferta de conectividade</p>

Fonte: Autora, adaptado do Plano de Expansão da Educação a Distância nas Universidades Federais – Reuni Digital do MEC – Desafios Governamentais, 2024.

Representando acima os desafios e as metas a serem almeçadas pelo governo para o plano de expansão universitária na modalidade de Educação a Distância no país. Contribuindo expressivamente como uma das iniciativas mais ousadas para implementação de acesso educacional ao ensino superior.

Para os desafios e metas a serem alcançadas pelas Universidades Federais, segue o quadro 16 o qual retrata as principais iniciativas de implementação de acesso educacional ao ensino superior.

Quadro 16 - Desafios e metas na esfera das Universidades Federais.

Desafios para a esfera das Universidades Federais	Metas
Institucionalizar a EaD nas universidades federais	Meta 1: Regularizar as ações de ensino, pesquisa e extensão na modalidade a distância em documentos da universidade federal, como plano de desenvolvimento institucional, plano estratégico e demais documentos normativos Meta 2: Desenvolver um plano estratégico para oferta de cursos a distância e presenciais com equilíbrio entre a educação presencial e online, de acordo com as demandas locais e regionais
Instituir política de inclusão como política central da universidade federal	Meta 1: Regularizar políticas institucionais para assegurar os direitos dos estudantes (permanência, financiamento e participação acadêmica) Meta 2: Estimular o engajamento dos estudantes de EaD em ações de extensão e de pesquisa
Promover a cooperação interinstitucional nacional e internacional	Meta 1: Construir o plano de colaboração em redes e consórcios para a criação de comunidades de áreas temáticas de compartilhamento de cursos na modalidade a distância e outras iniciativas acadêmicas nacionais e internacionais
Fomentar o aprimoramento curricular nos cursos EaD	Meta 1: Fomentar o aprimoramento dos currículos com estratégias e recursos empregados alinhados a uma proposta de avaliação da aprendizagem focada no desenvolvimento de competências e habilidades, no pensamento crítico e criativo Meta 2: Definir objetivos institucionais e projetos pedagógicos com inovação para tecnologias com impacto nos cursos/currículos
Ofertar cursos de formação continuada de docência para a modalidade a distância	Meta 1: Formar profissionais docentes de acordo com a abordagem e o modelo pedagógico da universidade federal
Implementar a política de acolhimento	Meta 1: Oferecer condições de permanência para estudantes que ingressarem por um recorte de vulnerabilidade socioeconômica Meta 2: Estabelecer mecanismos de recepção, acolhimento e integração de novos estudantes, principalmente os com vulnerabilidade socioeconômica e com deficiência
Implementar a transformação digital	Meta 1: Adotar ambientes virtuais de aprendizagem, abertos e acessíveis, nos cursos da universidade federal Meta 2: Implementar recursos de acessibilidade nos ambientes digitais

Fonte: Autora, adaptado do Plano de Expansão da Educação a Distância nas Universidades Federais – Reuni Digital do MEC – Desafios pelas Universidades Federais, 2024.

No tocante ao exposto, apresentam as propostas dos desafios e metas a serem almeçadas no que diz respeito a busca pela ampliação ao acesso educacional nas Universidades Federais por meio do programa de educação a distância – EAD.

Vale ressaltar que, a viabilidade da implementação de todos diretrizes se torna possível mediante o redirecionamento adequado e contínuo no que concerne ao melhor orçamento para as Universidades Federais, garantindo além do aumento dos recursos, aplicabilidade desses, pois os desafios orçamentários impactam diretamente em todo processo de qualidade do ensino superior perpassando pela pesquisa, o ensino e a extensão.

Portanto, se faz necessário e urgente o compromisso com o fortalecimento das universidades federais, incluindo aqui maiores investimentos no âmbito dos projetos de ampliação e acesso ao ensino superior a todos por meio da Educação a Distância, em especial.

É necessário que esse compromisso seja prioridade para alcançar o melhor desenvolvimento econômico, social e tecnológico no país.

4.4 Considerações

A partir do capítulo 4, foi possível refletir a respeito dos principais pontos no que tange a educação a distância como política pública de acesso ao ensino para formação e capacitação das pessoas.

O entendimento de como se procedeu e desenvolveu na perspectiva nacional, observando que com o passar do tempo às transformações das tecnologias de cada época norteiam o processo educacional, assim como, na área de educação tecnológica, no cenário das instituições de ensino superior.

Supra-se a necessidade de entendimento a respeito das bases regulamentadoras como alicerce formal de implementação e desenvolvimento da EAD na perspectiva de política pública brasileira.

É válido destacar esse assunto no panorama de democratização e territorialização da educação. No próximo capítulo será analisada a contextualização em torno desses tópicos com foco na aplicabilidade dessa política pública de ensino superior para melhor entendimento desta pesquisa.

5 TERRITORIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD

Ao compreendermos a relação entre democratização e a modalidade de ensino a distância com base na necessidade de investimento e sua expansão inevitável no território brasileiro, é indispensável associar essa realidade ao contexto da fragmentação e distribuição dessa política de ensino no espaço geográfico cearense em suas relações territoriais e de acessibilidade espacial.

Na atualidade, a Educação a Distância no ensino superior vem assumindo papel de extrema importância no que diz respeito à inclusão de políticas públicas educacionais a partir da descentralização, interiorização e expansão da educação superior, com a finalidade de alcançar e melhorar o acesso educacional no Brasil, oferecendo o ensino público de nível superior também para localidades que mais necessitam e/ou até mesmo trabalhar como ferramenta de apoio ao docente, no processo de ensino e aprendizagem nas universidades, além disso:

A Educação à Distância emerge no contexto das políticas públicas em educação como “possibilidade” de ampliação do quadro de matrículas, pela rápida expansão de vagas no ensino superior, uma vez que as limitações físicas e estruturais se tornam menos relevantes, já que grande parte do processo de ensino e aprendizagem ocorre em espaços escolhidos pelos alunos para desenvolverem seus cursos (Arruda; Arruda, 2015)

A definição da educação a distância é caracterizada como uma modalidade “na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos” (Brasil, 2005).

Em vista disso, foi instituído pelo Ministério da Educação - MEC em 2005, o sistema de Universidade Aberta do Brasil que tem por objetivo a amplificação e acessibilidade dos mais diferentes cursos (Graduação e Pós-Graduação) e conhecimentos de ensino superior em todo país por meio de ferramenta de Ensino a Distância - EaD, através das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC, buscando alcançar as mais diferentes regiões, até chegar aos municípios mais longínquos das (capitais) ou centros de ensino (UAB/MEC). Com isso:

Concebida e instalada entre 2005 e 2007, a UAB tornou-se um robusto programa de formação em nível nacional e um sistema de formação em nível superior, fruto de uma parceria entre Ministério da Educação (MEC), instituições públicas de ensino superior e governos locais (municípios e estados, mantenedores de Polos de Apoio Presencial) (Mill, 2016).

Diante disto, alcançar a interiorização do ensino e educação superior a partir das UAB como forma de, além de estimular o desenvolvimento econômico local, possibilita oportunizar o acesso ao curso superior para jovens que estão na busca pelo aperfeiçoamento e na procura de emprego. A educação a distância vem assumindo um papel ainda mais importante no desenvolvimento econômico e social, tornando-se um fator de desenvolvimento da própria educação (Moraes, 2010).

Segundo o Ministério da Educação – MEC, há uma colaboração com os entes federativos e União para formação de parcerias com o sistema UAB a partir das Instituições Públicas de Ensino Superior (IES) com a finalidade de propiciar maior efetivação do sistema supracitado em todo território nacional, formando centros de formação permanente por meio dos polos de educação a distância nas mais variadas localidades.

Nessa perspectiva o Estado do Ceará é um importante campo de análise da distribuição dessa política pública no território com seus diferentes aspectos de poder político e de acesso aos recursos estatais, demonstrando que o processo de territorialização perpassa a

formação de redes de informações dentro de uma determinada área que são dominadas por diferentes agentes estatais e globais como, por exemplo, a emergência de mão de obra qualificada para atender as necessidades das grandes empresas transnacionais (Santos; Sousa; Silveira, 1994).

A partir disso, é necessário compreender que o território está relacionado com suas verticalidades, ou seja, as demandas globais que afetam diretamente todas as pessoas em rede, assim como, as horizontalidades locais que necessitam de recursos e ações para desenvolvimento de atividades educativas, como, por exemplo, formação de professores (Santos; Sousa; Silveira, 1994).

A formação de um território é fragmentada, assim com, o acesso as técnicas e formas de comunicação e informação cada localidade pode ter acesso a diferentes recursos de acesso a educação, por exemplo, aos sistemas de ensino Ead. Portanto, o meio técnico científico e informacional a parti da globalização é desigual em suas condições de acesso, mas, torna-se um elemento que mudou as estruturas de análise do espaço geográfico (Santos; Sousa; Silveira, 1994).

Ao se falar em Geografia, o seu aporte para com a construção dos conhecimentos vai muito além da análise geográfica da paisagem. Para se embasar com fortes e diferentes contribuições, a Geografia tem sua relação com diferentes áreas de conhecimento, transpassando desde a área da política, religião, social, econômica e ambiental.

Segundo Cavalcanti (2008, p.19) “A geografia busca, assim, estruturar-se para ter um olhar mais integrador e aberto às contribuições de outras áreas da ciência e às diferentes especialidades em seu interior [...]”. Diante disso, a Geografia tem sua prática definida em diferentes campos de atuação para análise das dinâmicas do espaço geográfico.

A Geografia inserida ao contexto educacional, historicamente, vem sendo delineada conforme cada situação de sua época. Além disso, procurando propor uma visão ampla do espaço geográfico, a partir do desenvolvimento e construção de conhecimentos que possam ser trabalhados para melhoria das problemáticas sociais, para que possa obter melhores resultados na resolução de problemas inseridos em contextos diversos, entre eles, a expansão dos sistemas de ensino a distância.

Hoje, a Educação a Distância - EAD no ensino superior vem assumindo papel de extrema importância no que diz respeito à inclusão de políticas públicas educacionais a partir da descentralização, interiorização e expansão da educação superior, com a finalidade de alcançar e melhorar o acesso educacional no Brasil. Bem como, ofertando o ensino público de nível superior para localidades que mais necessitam e/ou até mesmo trabalhar como

ferramenta de apoio ao docente no processo de ensino e aprendizagem nas universidades, ao mesmo tempo em que:

A Educação à Distância emerge no contexto das políticas públicas em educação como “possibilidade” de ampliação do quadro de matrículas, pela rápida expansão de vagas no ensino superior, uma vez que as limitações físicas e estruturais se tornam menos relevantes, já que grande parte do processo de ensino e aprendizagem ocorre em espaços escolhidos pelos alunos para desenvolverem seus cursos (Arruda e Arruda, 2015).

Para espacialização dos elementos que compõem o espaço geográfico e suas respectivas dinâmicas sociais é entender que as ações da sociedade atuam a partir da criação de objetos, onde as ações humanas são intensificadas com o avanço das técnicas ao longo do tempo (Santos, 2006).

Além disso, a totalidade do mundo abrange diferentes escalas dentro do processo de totalização, onde cada parte do todo se transforma constantemente no contexto das ações da sociedade no desenvolvimento de técnicas e nas relações sociais no Espaço Geográfico (Santos, 2006), ou seja, um polo da UAB pode alcançar diferentes públicos e em diferentes locais, contribuindo para o desenvolvimento social e das relações humanas em distintos níveis de alcance desde uma pequena cidade, até uma grande área urbana.

Ao analisar o alcance das UABs é coerente à integração dos diferentes elementos que compõem o espaço geográfico, pois ele é um sistema de objeto e ações indissociável, solidário e contraditório em contextos únicos de acordo com o período histórico a ser analisado (Santos, 2006). Por esse motivo, existem áreas com grandes concentrações de tecnologias e instituições e outros espaços com menor acesso aos recursos estruturais.

Nesse sentido, o Ordenamento Territorial é necessário para a gestão das ações e das dinâmicas existentes no Espaço Geográfico, esse termo “se caracteriza pelas múltiplas dimensões (física, cultural, política, econômica e social), nas várias escalas geográficas. Reflete as múltiplas facetas do “viver” das pessoas no espaço físico” (Brasil, 2005), ou seja, ações de planejamento e ordenamento territorial são aplicadas em diferentes temas, entre eles, na análise espacial.

A espacialização dos elementos que compõem o território e suas respectivas dinâmicas está diretamente relacionada com o meio técnico-científico-informacional, ou seja, um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação, com sua ocorrência e disseminação distribuída de forma desigual no espaço geográfico brasileiro, como por exemplo, a concentração de determinadas tecnologias nos

grandes centros econômicos e urbanos em detrimento das áreas mais distantes das capitais e de polos industriais (Santos, 2013).

A totalidade do mundo abrange diferentes escalas dentro do processo de totalização, onde cada parte do todo se transforma constantemente no contexto do ser humano e da natureza (Santos, 2006), da generalização global até as características de detalhe local em comunidades e compartimentos territoriais.

A partir disso, os aspectos do planejamento e ordenamento territorial são imprescindíveis, ou seja, de acordo com Haesbaert (2006) planejar uma nova ordem para um território perpassa diminuir as desigualdades e proporcionar acesso às redes de comunicação, aumentar a democratização, fomentar políticas que atuem para afirmação de atividades tradicionais, além de:

(...) trabalhar sempre num des-re-ordenamento que integre múltiplas escalas, o que envolve não cair nem no localismo paroquialista nem no globalismo generalista, no regionalismo reacionário ou no nacionalismo exacerbado; colocam-se assim, no caso brasileiro, pelo menos quatro escalas básicas: a do município, a da meso-região, a dos Estados da federação e a da macro-região (Haesbaert, 2006).

Ao analisar as novas dinâmicas de ensino é coerente à integração dos diferentes elementos que compõem o território e sua direta relação com o espaço, pois ele é um sistema de objeto e ações indissociável, solidário e contraditório em contextos únicos de acordo com o período histórico a ser analisado (Santos, 2006).

Em vista disso, a UAB está inserida no território tendendo a atender as necessidades de áreas distantes das universidades públicas, pois esse sistema de ensino “funciona como articulador entre as instituições de ensino superior e os governos estaduais e municipais, com vistas a atender as demandas locais por educação superior” (Ferrugini et al, 2013), ou seja, os cursos ofertados são escolhidos a partir das necessidades locais buscando atender as necessidades de formação profissional local.

5.1 Considerações

O enfoque deste capítulo foi apresentar a relevância da contextualização de Educação a distância levando em consideração que essa política pública, por meio da aplicabilidade de expansão e democratização do ensino, que influencia e transforma o entorno de uma sociedade.

É fundamental que as instituições de ensino superior entrelaçam a relação entre democratização e territorialização no cenário de Educação a Distância cujo sentido permeia por uma abordagem mais integrada entre o poder relevante do acesso ao ensino superior com o desenvolvimento mais significativo da redução das desigualdades educacionais, e promovendo o alcance do desenvolvimento econômico e social das regiões atendidas.

O próximo capítulo traz a metodologia trabalhada para essa pesquisa, compreendendo que cada área do espaço geográfico se transforma de acordo com as ações humanas no espaço e no tempo de forma desigual, assim como, o processo de formação da sociedade, devendo identificar suas variáveis e os processos existentes em cada parte do território e respeitando suas diferenças.

Buscando, a equidade educacional; superação de barreiras geográficas; estímulo/fomento ao desenvolvimento regional e a promoção da diversidade educacional bases legais do sistema UAB nas diretrizes de sua regulação.

6 METODOLOGIA DO ESTUDO

A pesquisa buscou evidenciar em seu processo metodológico, a partir da sua base teórica e dos procedimentos técnicos de aplicação do trabalho em banco de dados, referentes à Educação a Distância no ensino superior dos cursos de graduação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) na Universidade Federal do Ceará. A metodologia perpassa pela identificação do quantitativo do público beneficiado por essa instituição ao longo do tempo e nos seus reflexos na atualidade, assim como, a contribuição da política pública de educação a distância através dos polos UAB no espaço geográfico cearense em que se inserem.

Nesse sentido, este capítulo divide-se em duas partes diferentes para discorrer a respeito da metodologia do estudo. A primeira parte é voltada para a metodologia da pesquisa em sua base teórico-metodológica, enquanto que na segunda parte tem-se o método proposto com os detalhamentos dos procedimentos desenvolvidos nos estudos.

6.1 Metodologia da Pesquisa

O referencial teórico deste estudo parte de diferentes autores que geram um arcabouço de ideias para sustentar o desenvolvimento desta pesquisa em seus fundamentos quanto aos objetivos, quanto à natureza, quanto à abordagem do problema e quanto aos procedimentos técnicos.

Para clarificar as ideias, observa-se abaixo, o quadro de resumo quanto à tipologia da pesquisa do estudo segundo o ponto de vista de Prodanov e Freitas (2013).

Quadro 17 - Visão Geral da classificação dos tipos de pesquisa proposta.

Classificação	Tipos
Quanto aos objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Descritiva • Exploratória • Explicativa
Quanto à natureza	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicada • Básica
Quanto à abordagem do problema	<ul style="list-style-type: none"> • Qualitativa • Quantitativa
Quanto aos procedimentos técnicos	<ul style="list-style-type: none"> <li style="width: 50%;">• Bibliográfica <li style="width: 50%;">• Experimental <li style="width: 50%;">• Levantamento <li style="width: 50%;">• Ex-Post-Facto <li style="width: 50%;">• Documental <li style="width: 50%;">• Estudo de <li style="width: 50%;">• Estudo de Caso <li style="width: 50%;">• Campo

Fonte: Autoria própria - adaptado de Prodanov e Freitas (2013).

No quadro 17, fica demonstrado quais são os processos referentes à classificação da pesquisa, será trabalhada ao longo desta metodologia a tipologia descritiva para os objetivos, a natureza será a partir de estudo aplicado, quanto à abordagem do problema é analisado de forma qualiquantitativa em suas amplas variáveis e aos procedimentos técnicos têm-se as classificações bases bibliográficas e documentais.

Para melhor entendimento do que foi discorrido acima, o quadro 18 é demonstrada a referida classificação dos tipos de pesquisas e dos roteiros utilizados para o desenvolvimento da dissertação.

Quadro 18 - Classificação do tipo de pesquisa

Aspectos	Tipologia	Motivação
Quanto aos objetivos	Descritivos	Os objetivos do estudo estão associados com a descrição do objeto de estudo, o nível de atendimento dos órgãos públicos, buscando identificar maiores informações sobre a política pública ora estudada.
Quanto à natureza	Pesquisa Aplicada	A dissertação busca identificar o desenvolvimento aplicado da política pública educacional de ensino a distância, propondo medidas para resolução da problemática identificada no estudo.
Quanto à abordagem do problema	Qualiquantitativa	Pesquisa híbrida qualitativa e quantitativa buscando englobar tanto dados estatísticos, numéricos, como sua aplicação na realidade do objeto estudado, discorrendo qualitativamente para propor nos resultados formas de minimizar as problemáticas, alcançando os objetivos do estudo, alinhando diretamente aos procedimentos

		técnicos.
Quanto aos procedimentos técnicos	Bibliográfica e Documental	As bases bibliográficas em fontes teóricas são aliadas à fundamentação da dissertação que justificam e dão base aos registros documentais e técnicos escolhidos para produção de resultados e sua inerente discussão acadêmica, fundamentando e validando o estudo.

Fonte: Autoria própria (2023).

A partir do quadro 18, se faz necessário integrar os aspectos escolhidos para o desenvolvimento da dissertação nas respectivas tipologias, assim como, nas motivações para a escolha de cada elemento representado. Além disso, é salutar a definição teórica dos elementos discutidos.

Este estudo pode ser delineado quanto ao seu objetivo a partir da classificação segundo Gil (2008, p.28) como pesquisa descritiva, pois tem como proposição: “[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, coadunando com a ideia de que se “[...] propõem estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade [...]” como forma de analisar e interpretar, de forma mais abrangente, aspectos ou variáveis que afetam diretamente a sociedade, propondo buscar maiores informações a respeito de um determinado assunto.

Sob a perspectiva da natureza da pesquisa, é classificada como aplicada, pois tem como objetivo criar conhecimento aplicável na prática, focado na resolução de problemas específicos, e abrange verdades e interesses locais (Ganga, 2011; Menezes; Silva, 2005; Prodanov; Freitas, 2013).

Nesse sentido, coadunando com a natureza da pesquisa aplicada, a dissertação realiza por meio da análise socioespacial do desenvolvimento das instituições de ensino na modalidade virtual dos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará em parceria com o sistema de Universidade Abertas do Brasil-UAB como forma de analisar a expansão geográfica aplicada a gestão territorial e administrativa dessa política pública.

Ademais, os indicadores sociais relacionados à educação possibilitam estabelecer um panorama entre a aplicabilidade da normatização que trata da política pública de educação virtual e o nível de atendimento para sociedade. Os dados coletados e a análise quali-quantitativa auxiliam na gestão e desenvolvimento de política pública na UFC.

Quanto à abordagem do problema, refere-se como uma pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo. Ganga (2011) ressalta que é altamente válido abordar pesquisas híbridas que integrem, de maneira simultânea, métodos tanto quantitativos quanto qualitativos, além de diversos instrumentos de coleta de dados. Ademais, esclarece que esse

tipo de procedimento é extremamente enriquecedor para os estudos, resultando, portanto, na complexidade de todo o processo de pesquisa.

Menezes e Silva (2005, p.20), refletem, respectivamente, que a pesquisa quantitativa “[...] considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las.”, ao passo que a pesquisa qualitativa define-se como “[...] a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados que não pode ser traduzido em números [...]”.

Para o entendimento de Appolinário (2012, p.59): “[...] é muito difícil que haja alguma pesquisa totalmente qualitativa, da mesma forma que altamente improvável existir alguma pesquisa completamente quantitativa [...]”, dessa forma, existe a correlação entre as duas variáveis, se complementam. Souza e Keurbay (2017) entendem que não há contradição entre as duas formas de investigação da pesquisa, e sim, uma combinação harmoniosa para se alcançar melhor os objetivos e compreender os fenômenos.

Portanto, refere-se como um estudo o qual combina abordagem quali quanti, empregando técnicas de processamento, análise e interpretação de dados ao encontro da teoria considerada, assim como, reforçando a ideia, segundo Ganga (2011, p. 255) “[...] de que o uso de uma abordagem qualitativa não exclui a possibilidade de análises quantitativas dos dados qualitativos”, isto é, não inviabilizando a aplicabilidade, simultânea, de uma ou de outra.

Por fim, quanto aos procedimentos técnicos utilizados, esta pesquisa se classifica como bibliográfica e documental. No que diz respeito à pesquisa bibliográfica, ou fontes secundárias, referem-se como um levantamento dos principais estudos previamente conduzidos e já publicados, por exemplo, livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, dando ênfase a dados mais atuais e pertinentes por diferentes contribuições de diversos autores sobre um tema específico (Gil, 2008; Marconi; Lakatos, 2017; Prodanov; Freitas, 2013).

Já a pesquisa documental, segundo Gil (2008) e Prodanov, Freitas (2013) apresentam que as fontes primárias, são muito semelhantes à pesquisa bibliográfica, seguindo os mesmos passos da segunda, mas difere na natureza na fonte, trabalha com materiais que ainda não foram submetidos a uma análise detalhada ou que podem ser adaptados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Os autores supracitados demonstram que as pesquisas documentais reúnem informações e atribui relevância como fonte de consulta, podendo ainda ser definida como documentos de primeira mão, referem-se aqueles que não receberam qualquer tratamento

analítico, por exemplo: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. Assim como, os documentos de segunda mão que, de alguma forma, já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas. (Gil, 2008; Prodanov; Freitas, 2013).

Reforçando ao que foi discutido e sistematizado, no quadro 19 apresenta o panorama da classificação metodológica da pesquisa fundamentada através do referencial teórico e de suas bases para elaboração do trabalho científico aqui demonstrado.

Quadro 19 - Classificação metodológica da pesquisa x referencial teórico

Classificação do Estudo	Referencial Teórico
Quanto aos objetivos Descritiva	(Gil, 2008)
Quanto à natureza Pesquisa aplicada	(Ganga, 2011; Menezes e Silva, 2005; Prodanov; Freitas, 2013)
Quanto à abordagem do problema Qualiquantitativa	(Ganga, 2011; Menezes e Silva, 2005; Appolinário, 2012; Souza e Keurbay, 2017)
Quanto aos procedimentos técnicos Bibliográfica e documental	(Gil, 2008; Marconi; Lakatos, 2017; Prodanov; Freitas, 2013)

Fonte: Autoria própria (2024).

Em suma, o que foi apresentado no quadro 19, embasa e fortalece a construção do trabalho em sua sequência no método científico, aliada a continuação dos procedimentos e etapas que foram trabalhados ao longo do estudo. As etapas que darão sequência, passaram pelos tópicos a seguir (Quadro 20):

Quadro 20 - Proposta da pesquisa

Etapa	Proposta	Fundamentação
A	Proposta de análise	Para o desenvolvimento da aferição do campo de estudo sobre a dimensão da espacialização dos cursos de graduação e de seus estudantes beneficiados com a política pública UAB/UFC foi desenvolvido nesse estudo, procedimentos técnicos que atinge ao objeto analisado.
B	Objeto de estudo	Cursos de graduação da Universidade Aberta do Brasil da UFC e o potencial desenvolvimento dessa política pública no território do Estado do Ceará.
C	Produção de modelos	Foi trabalhado com modelos estatísticos de análise de dados educacionais, sociais e econômicos para alcance do objeto de estudo.
D	Produção da	A metodologia foi desenvolvida a partir da ligação entre os objetivos

	metodologia	específicos e a perspectiva de atingir as análises propostas nessa dissertação.
E	Aplicação do método e a sua conclusão.	Todo processo metodológico é validado a partir das discussões expostas de seus dados de bases verificadas e secundárias assim como, suas conclusões e resultados foram discutidas e associadas ao banco de dados e os modelos utilizados de forma referenciada a sua base teórica.

Fonte: Autoria própria (2024).

6.2 Método Proposto

Ao percorrer todos os caminhos delineados no que foi discutido até o momento, é pertinente relacionar o processo metodológico a partir do método proposto em etapas procedimentais a contar do processo de construção teórica e prática da pesquisa.

Com base em Marconi e Lakatos (2017) serão apresentados os procedimentos metodológicos que sustentam e validam o desenvolvimento do método do estudo. Será definido em 4 (quatro) etapas com o objetivo de apresentar o desenvolvimento desta pesquisa (Quadro 21).

Nesse sentido, as seguintes etapas serão definidas da seguinte forma: Primeira etapa será realizada os procedimentos de revisão teórica, metodológica e processual. A segunda etapa será realizada as coletas e processamentos de dados. Terceira etapa, o processo de expansão territorial das UAB, e por fim, a quarta etapa prognóstica e desenvolvimento das UABs (quadro 14).

Quadro 21- Etapas do procedimento metodológico proposto

Etapas do procedimento metodológico propostos		
Etapa	Processo	Aplicação aos objetivos
1º etapa	Procedimentos de revisão teórica metodológica e processual.	Coleta de dados institucionais.
		Interligar as discussões bibliográficas com os dados coletados e fontes de informações públicas como jornais e outras fontes.
2º etapa	Coletas e processamentos de dados.	Quantificar e avaliar os dados relacionados ao público atendido pela UAB/UFC
		Integrar os dados coletados na base teórica da pesquisa.
		Tabular, validar e desenvolver um modelo analítico para os dados.
3º etapa	Expansão territorial das UAB	Localização das instituições e sua relação com o público atendido pela política pública.
		Relacionar os dados obtidos com a localização dos polos e as áreas com menor ou maior atividade da UAB.
		Integrar o modelo de dados proposto com o mapeamento das informações nos municípios do Ceará.
4º etapa	Realizar metodologia de escolha de áreas	Relacionar o público atendido pela UAB e sua possibilidade de ampliação para as áreas sem atendimentos de instituições de ensino

	para implementação e desenvolvimento do ensino EAD e das UABs no Ceará.	superior nos municípios do Ceará.
		Mapear as áreas sem existência de instituições de ensino superior e propor medidas de atuação institucional.

Fonte: Autoria própria (2024).

Com base no quadro 21, são analisadas as etapas do processo de realização de cada período da pesquisa e como cada uma das partes se adequa aos objetivos do estudo de forma integrada ao método proposto.

Portanto, para alcançar a integração fundamentada e validada na base científica serão delineados e discutidos cada etapa e seus desmembramentos para alcance dos objetivos propostos e embasar os resultados alcançados nos tópicos seguintes.

6.2.1 Etapa 1: Realizar procedimentos de revisão teórica metodológica e processual.

Em relação a tudo que foi explicado até o momento, foi percorrida no tópico a primeira etapa direcionada ao desenvolvimento da pesquisa, por meio de levantamento dos dados em torno de pesquisa bibliográfica (fontes secundários) utilizando como informação artigos científicos, livros, dissertações, publicações em periódicos, e demais fontes relacionadas ao tema desta pesquisa, como forma de subsidiar o arcabouço teórico a respeito da espacialização da política pública de ensino a distância dos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará em parceria com o programa Universidade Aberta do Brasil-UAB

Além disso, a pesquisa utilizou também arcabouço documental, notícias de jornais e de bases legislativas percorrendo o levantamento das informações a partir de arquivos públicos governamentais como fonte basilar da pesquisa.

Ao ser avaliada a proposta do método desenvolvido na dissertação, foram identificadas que fontes secundárias são diversas sobre a temática proposta, demonstrando que a relação entre estudos sobre educação a distância possui muitas literaturas, no entanto, essa temática é pouca discutida em relação à ocupação territorial e sua relação geográfica.

Portanto, as discussões teóricas foram delineadas para compreensão da relação da política pública de ensino a distância da Universidade Aberta do Brasil no Estado do Ceará com atuação da UFC e suas repercussões teóricas metodológicas para dar conta da territorialização e desse programa no espaço geográfico.

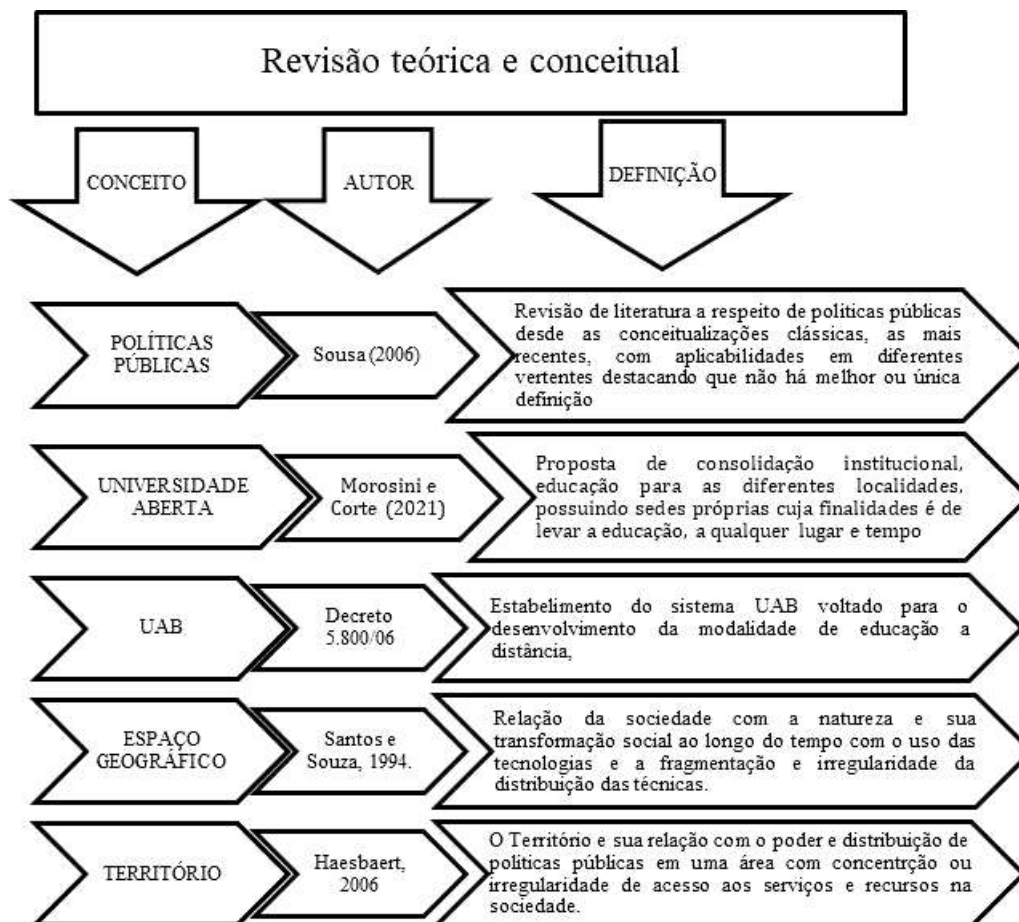
A partir do exposto, é de extrema relevância o entendimento desta etapa com a finalidade de esclarecer melhor as demais fases desta pesquisa. Todas as fontes utilizadas

definem os conceitos de política pública direcionada à política de educação a distância, Universidade Aberta do Brasil, territorialização, espaço geográfico.

Buscando informações desde o contexto histórico em uma linha temporal até o cenário atual, a partir da estruturação, funcionamento, à aplicabilidade do aspecto legal e demais informações no estudo.

Baseada em Marconi e Lakatos (2017), a metodologia científica possui como prisma a discussão exaustiva e fundamentada sobre o tema pesquisado e seu refinamento metodológico para alcançar os resultados evidenciados em uma linha de raciocínio lógico. Nesse sentido, a figura 3 demonstra o arcabouço teórico e conceitual do estudo e suas diferentes linhas de encaminhamento.

Figura 3 - Revisão teórica e conceitual



Fonte: Autora (2024).

Ao delinear a relação entre o conceito base e sua relação teórica com base nos autores discutidos nessa pesquisa, fica registrado que o mapa teórico conceitual perpassa das políticas públicas e sua aplicação no ensino Ead na Universidade Aberta do Brasil – UAB até

sua aplicação ao estudo do espaço geográfico e suas repercussões na formação territorial do estado do Ceará.

Face ao exposto, o referencial teórico foi trabalhado com informações por meio de pesquisas bibliográficas e documentais, assim como, o conhecimento prévio das obras analisadas escolhidos como base teórica possuindo relação direta com a área de políticas públicas educacionais, no ensino a distância, em referências legislativas, ao estudo do território e do espaço geográfica.

A partir da figura 3, fica demonstrado que o encadeamento teórico facilita o entendimento partindo do pressuposto de começo, meio e fim para alcançar o objetivo geral da dissertação.

Dessa maneira, no que tange ao entendimento conceitual de política pública fica evidenciado que sua compreensão é pertinente para entender que a Universidade Aberta do Brasil é uma política pública educacional. Assim como, o conceito de espaço geográfico integra todas as ações sociais da relação dos seres humanos e seus impactos na formação do território em que se insere a política pública educacional.

Face ao exposto, não existe resposta aos objetivos científicos sem entender o encadeamento teórico e conceitual. É pertinente entender a parte conceitual para ser possível a busca pela resolução das problemáticas existentes na realidade.

Todo banco de dados desenvolvidos serão relacionados com a base teórica da pesquisa para validação científica e correspondência do que foi analisado com as respostas obtidas a partir da modelagem de dados.

Ademais, o estudo interligará as discussões bibliográficas com os dados coletados e fontes de informações públicas como jornais e outras fontes para reforçar a teoria com outras maneiras de validação da base de informações utilizadas no estudo.

Após a conclusão dessa etapa, deverão ser alcançados os seguintes objetivos:

a) Integrar a bibliografia estudada, bases documentais e legais para explicitar a relação entre UABs envolvendo seu contexto de análise com as legislações e sua aplicabilidade nos polos da UFC.

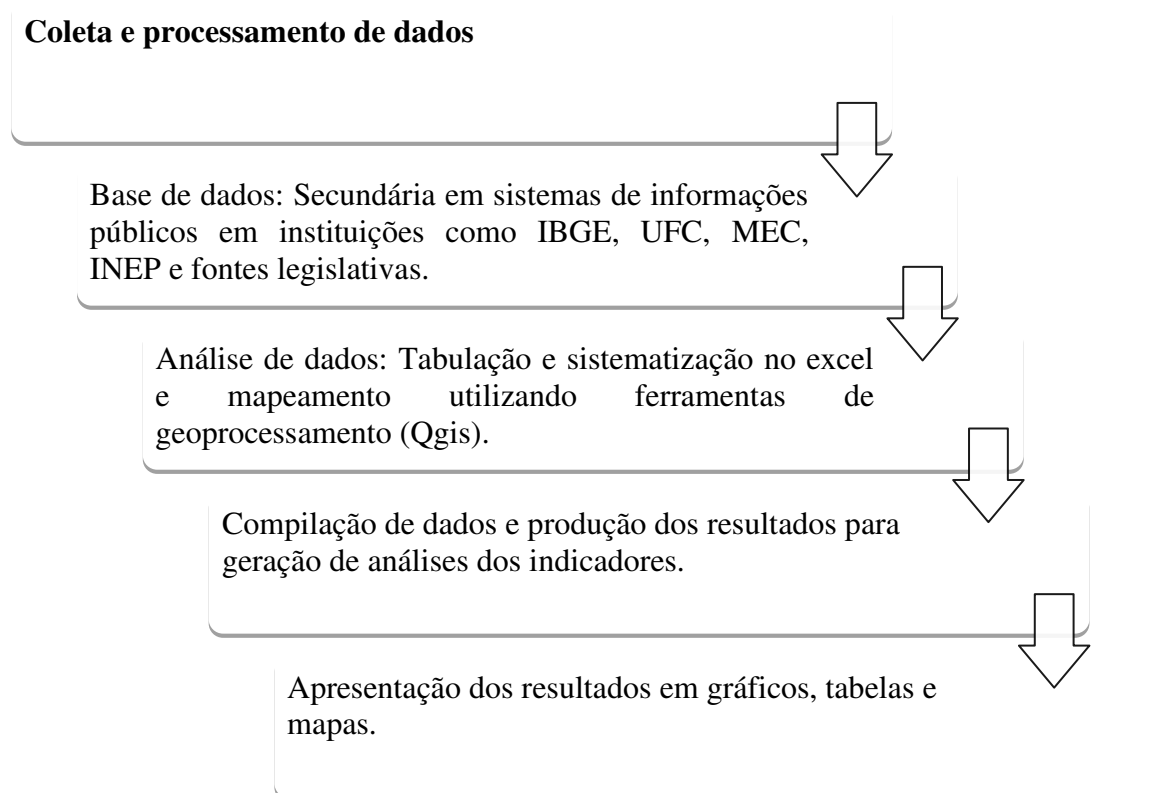
b) Fundamentar o conceito de território e a expansão do ensino no estado do Ceará, relacionando com a localização do público atendido e as áreas sem acesso as políticas educacionais estudadas no espaço geográfico.

c) Analisar o histórico da política pública estudada, identificando as diferenças no acesso e na leitura sobre a educação a distância ao longo do tempo.

6.2.2 Etapa 2: Coleta e processamento de dados

Esta fase da pesquisa busca destrinchar como será a realizada a coleta de dados com base nos procedimentos técnicos da pesquisa com a finalidade de levantar as informações que evidenciem os objetivos do estudo na produção de conhecimento sobre os polos UABs no Ceará, inclusive os polos da UFC, da segunda e terceira etapas da pesquisa.

Figura 4 – Coleta e processamento de dados



Fonte: Autora, 2024.

A tabulação das informações obtidas é processada em ferramentas como o Excel e o Qgis, ao atribuir cada valor em seus bancos de informações será possível compilar, agregar e tratar o conjunto de dados obtidos.

O software de geoprocessamento Qgis é uma ferramenta de mapeamento e produção de informações espaciais com análise de tabelas e processamento de valores para geração de mapas utilizando o método de quantis para parâmetro e distribuição dos dados na espacialização dos mapas.

O Excel será utilizado para processamento de fórmulas matemáticas e agregação

de dados estatísticos na produção de análise das variáveis em tabelas e gráficos com a finalidade de leitura do conjunto de dados integrados na formulação de análise para os resultados.

A partir disso, os resultados obtidos serão representados tabelas, esquemas gráficos e mapeamentos na apresentação dos dados e indicadores para melhor compreensão do trabalho e o seu impacto.

Após a conclusão dessa etapa, deverão ser alcançados os seguintes objetivos:

- a) Quantificar e avaliar os dados relacionados ao público atendido pela UAB/UFC;
- b) Integrar os dados coletados na base teórica da pesquisa;
- c) Tabular, validar e desenvolver um modelo analítico para os dados

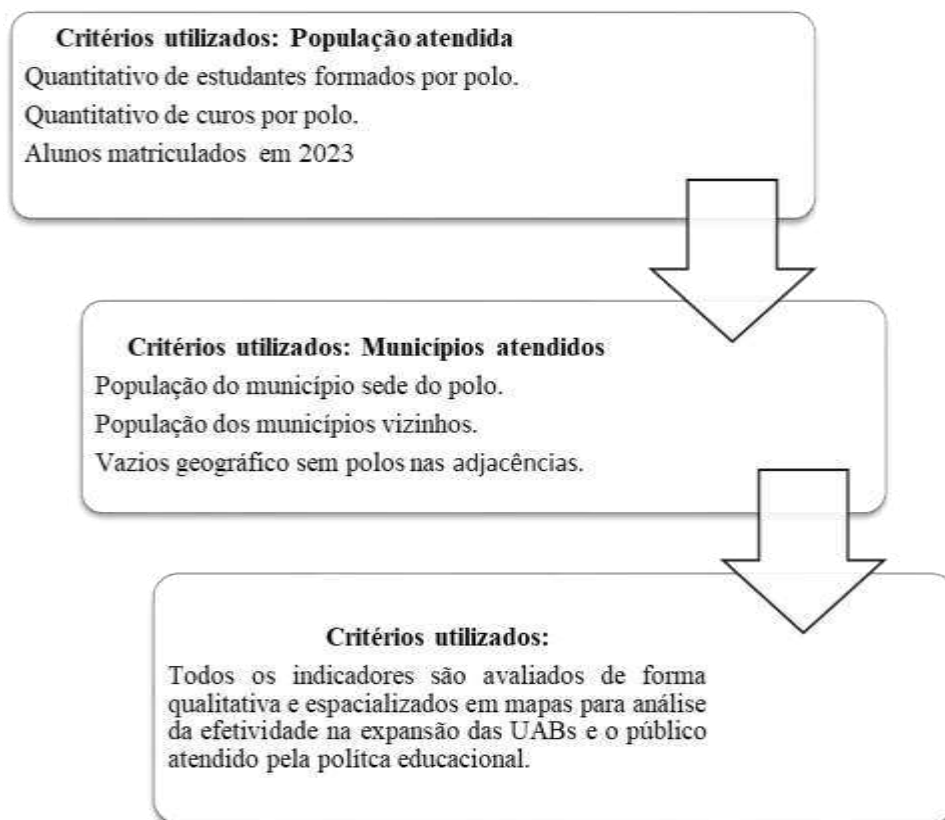
6.2.2.1 Etapa 3: Modelagem e análise de dados

Para elaboração de um modelo de avaliação de dados serão consideradas duas fases. No primeiro momento, análise da expansão dos cursos da UAB no Estado do Ceará e suas principais áreas de atuação.

No segundo momento serão avaliados dados estatísticos para cada município do Ceará com foco na elaboração de análise de dados que indiquem o padrão de implementação dos polos e quais áreas do Estado do Ceará possuem maior ou menor necessidade de implementação de cursos de graduação.

Nesse sentido, a figura 5 apresenta os elementos analisados para identificar a dimensão territorial e distribuição das UABs no Ceará com o quantitativo de formados em cursos de graduação na modalidade virtual da UFC e os municípios com registro de atendimento por essa política pública.

Figura 5 - Critérios de análise



Fonte: Autoria própria, 2024.

A figura 5 evidencia o encadeamento analítico sobre a expansão das UABs no Ceará com critérios de população atendida pela política educacional na UFC e municípios do estado diretamente relacionados aos polos das UABs.

As discussões que evidenciam a realidade dos polos e o atendimento dessa política pública são retratadas por meio de modelos gerados nos softwares de geoprocessamento para produção de mapas e interpolação de dados com base no método de quantis, ordenamento de dados pela sua variação quantitativa.

Tudo que foi demonstrado não pode deixar de ser associado aos elementos externos aos polos das UABs e suas motivações de criação e benefício de determinada área do território em detrimento de outras. Nesse aspecto, é de extrema relevância desenvolver metodologias que possam indicar e dar condições técnicas para escolha de municípios ou áreas que necessitam e podem receber determinada política pública com a finalidade de justiça social e segurança institucional.

A partir do que foi apresentada, a segunda fase de análise de dados realiza a construção de modelos estatísticos referentes aos aspectos dimensionais da realidade com

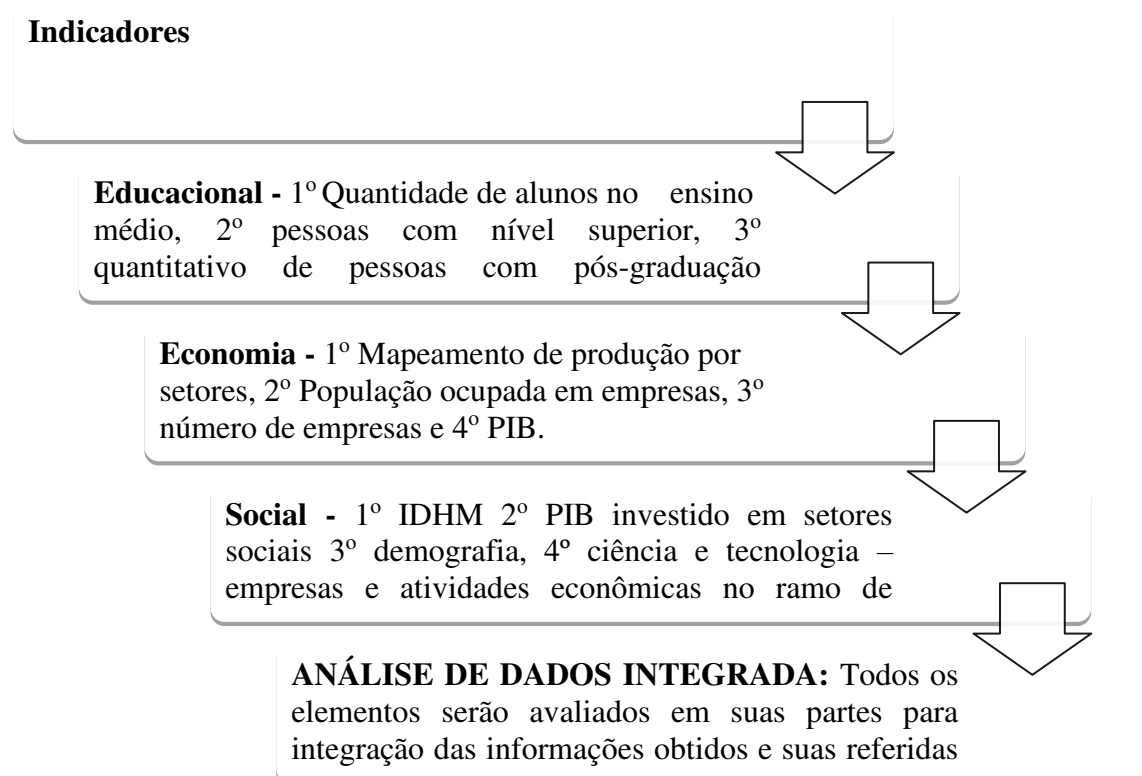
base na elaboração de indicadores integrados para realização de modelagem de dados com base em dados educacional, econômica e social.

Os indicadores em suas diferentes dimensões podem revelar aspectos da realidade sobre a distribuição e expansão dos cursos de graduação na modalidade virtual participantes do UAB/UFC, assim como, a integração dessas informações ao contexto social dos municípios que possuem polos em comparação aos municípios sem essa política pública.

Dessa maneira, a integração dos resultados entre a expansão as UABs no Ceará em conjunto com os dados educacionais, econômicos e sociais podem demonstrar em quais locais é necessário à criação de políticas de acesso ao ensino superior com foco na Universidade Federal do Ceará – UFC.

A partir disso, a figura 06 apresenta os indicadores para avaliação dos municípios e seu potencial para receber um polo de ensino superior a partir de um banco de dados integrados em três bases de referência na educação em níveis de ensino básico no ensino médio e informações referentes ao ensino superior.

Figura 6 - Indicadores



Fonte: Autora, 2024

Observa-se a partir da figura 6, a construção de indicadores para integração ao desenvolvimento socioeconômico e referência de investimentos em educação e análise das condições dos municípios do Ceará, e suas repercussões no acesso ao ensino superior.

Nesse caminho, os dados sociais foram analisados com foco na referência e formulação de perfil da população. Os indicadores referentes às condições sociais demonstram como a população pode ter acesso aos níveis de ensino.

Quadro 22 - Descrição dos indicadores

Indicador	Fonte	Descrição
Educacional		
1º Quantidade de alunos no ensino médio	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP	O quantitativo de estudantes concluintes do ensino médio em determinado ano demonstra o montante de pessoas com condições de acesso aos cursos de graduação como primeiro critério.
2º Pessoas com nível superior,	IBGE	Apresentar o quantitativo de pessoas com qualificação de ensino superior para demonstrar a capacidade de público qualificado ao trabalho.
3º Quantitativo de pessoas com pós-graduação (mestrado e doutorado),	IBGE	Qualificação continuada e melhoria da qualidade de atuação dos profissionais.
4º Existência de IES	MEC E IPECE	Formação da população e diminuição das distâncias para acesso aos cursos de ensino superior.
5º PIB investido em educação.	IBGE.	Análise de investimento para melhorias da qualidade de ensino e atendimento à população.
Economia		
1º Mapeamento de produção por setores	IBGE	Identificar qual setor com maior influência dos municípios e a necessidade de formação de pessoas nas respectivas áreas.
2º População ocupada em empresas	IBGE	Identificar a necessidade de formação continuada como um elemento para melhoria do trabalho e habilitação profissional.
3º Número de empresas por setores da economia.	IBGE e IPEA	Potencial de cursos de graduação que podem ser ofertados que podem atender as necessidades da economia
4º Produto Interno Bruto - PIB	IBGE	Produção de rendimentos e circulação financeiros dos municípios.
Social		
1º IDHM	IBGE	Análise da qualidade de vida, desenvolvimento educacional, e relação com a renda.
2º PIB investido em setores sociais	IBGE	Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços, exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social que demonstram os investimentos em ações relacionados à qualidade de vida e bem estar social da população.
3º Demografia	IBGE	Visão geral do quantitativo populacional e da necessidade de aplicação da referida política pública.

4º Ciência e tecnologia – empresas e atividades econômicas no ramo de ciências, comunicação, educação e tecnologia.	IBGE	Apresentar o perfil da população em relação aos investimentos empresariais em atividades de pesquisa, ciência, tecnologia e educação como indicador de desenvolvimento municipal nesse perfil.
---	------	--

Fonte: Autora, 2024.

Além do que foi exposto, ao analisar a distribuição dos polos da UAB coordenados pela UFC é possível realizar a integração das informações com foco na geração de modelos estatísticos que indiquem quais municípios possuem maior ou menor necessidade de oferta dessa política educacional.

Após a finalização da coleta de dados, é realizado o processamento de dados. Nesta fase são realizados os procedimentos técnicos desta pesquisa como forma de levantar as informações necessárias para alinhar com o alcance dos objetivos.

Nesse contexto, buscam os seguintes objetivos:

- a) Responder ao público alcançado pelos cursos de graduação na modalidade EAD, as instituições localizadas e repercussão da referida política pública no Estado;
- b) Analisar de forma qualitativa a expansão dos polos e os municípios atendidos com menor ou maior atividades das UABs;
- c) Criar um modelo de dados metodológico para identificar o alcance do referido ensino com mapeamento das informações nos municípios do Estado do Ceará.

6.2.3 Etapa 4: Metodologia de escolha de áreas para implementação e desenvolvimento do ensino EAD e das UABs no Ceará.

A partir do tópico 6.2.2 é possível identificar os elementos que resultam na análise de modelo de dados para o Estado do Ceará que pode ser avaliado e indicar quais áreas do território deve receber atenção institucional com políticas públicas educacionais que atendam o maior número de pessoas possíveis de forma qualitativa.

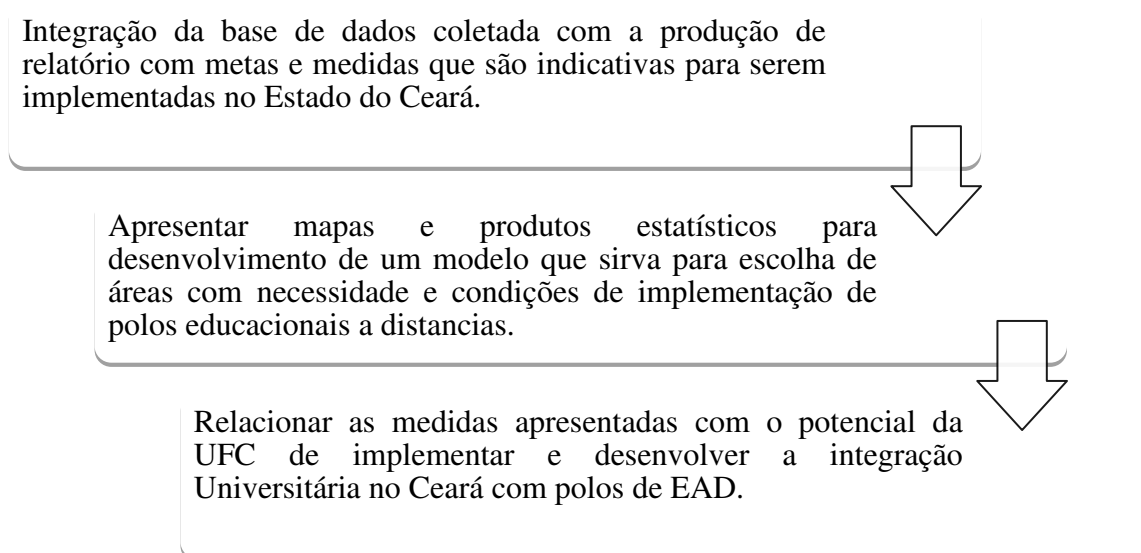
Para o desenvolvimento da quarta etapa desta pesquisa, será necessária uma integração de dados a partir de uma proposta de avaliação de dados em sequência analítica em três passos para espacialização dos resultados e produção de mapas que indiquem onde implementar novos polos de educação a distancia.

Os três passos analíticos perpassam, no primeiro momento, a integração e avaliação de dados, utilizando os indicadores e estatística simples as áreas que possuem maior potencial e necessidade em educação, demanda econômica e necessidade de fortalecimento social.

Em segundo momento, é realizado mapas para indicar os municípios que possuem maior integração regional e potencial de recebimento de cursos e polos educacionais para atendimento de necessidades locais.

Por fim, o estudo apresenta um relatório indicativo das localizações que demonstram potencial para expansão das políticas públicas de educação a distância e formas de implementação no Estado do Ceará (Figura 08).

Figura 7 - Modelo de dados



Fonte: autora, 2024.

A partir da metodologia apresentada fica evidenciado todo o caminho para processamento e análise de dados em busca de resultados que demonstrem a expansão dos cursos de graduação EAD no Estado do Ceará com foco na UAB/UFC e o potencial de melhorias e atendimento dessa política pública no ambiente em que se inserem

Nesse contexto deverão ser alcançados os seguintes objetivos:

- Integrar o modelo de dados para identificar o alcance das UABs no Ceará com estabelecimento de modelos geoespaciais;
- Propor melhorias para o desenvolvimento da política pública EaD por meio da

UAB / UFC;

c) Identificar as áreas do Estado que necessitam e podem receber cursos de nível superior na perspectiva de ensino a distância da UAB/UFC.

6.3 Considerações

Neste capítulo foi apresentada a metodologia do trabalho, com base e sequências de etapas com objetivo de organizar o estudo proposto. O sétimo capítulo traz a aplicação do método, analisando os resultados para cada etapa.

7 APLICAÇÃO DO MÉTODO PROPOSTO

O método foi aplicado seguindo as sequências propostas, cuja finalidade é facilitar a compreensão do tema em discussão, levando em consideração à problemática, aos objetivos estabelecidos nesta pesquisa e análise dos resultados para cada etapa do estudo. Vale ressaltar que as etapas estão relacionadas entre si para melhor entendimento e obtenção dos resultados definidos.

7.1 Etapa 1: Realizar procedimentos de revisão teórica metodológica e processual

Para compreender esta etapa, realizou-se o estudo da revisão teórica e metodológica processual da pesquisa. Como ponto de partida, foi integrada a base bibliográfica estudada, a partir de dados documentais e bases legislativas, com objetivo de relacionar à teoria envolvendo o estudo da aplicabilidade da política pública do ensino a distância nas instituições de ensino superior público, na Universidade Aberta do Brasil, principalmente, voltada para os cursos de graduação na modalidade virtual nos polos da UFC.

Na ocasião, foi possível estabelecer uma análise histórica da política pública ora estudada ao longo do tempo, observando as diferenças de acesso e literaturas, como forma de embasar a revisão teórica do estudo.

Além disso, foi crucial o a coleta de dados sob a ótica do impacto da Política Pública Universidade Aberta do Brasil – UAB relacionados os cursos na modalidade de ensino a distância ofertados na UFC, sobretudo a partir da perspectiva do público alcançado.

Tão importante quanto analisar os dados coletados e entender a contribuição, o impacto dessa política pública no território cearense. Em vista disso, foi relevante compreender o conceito de território, essencialmente, na visão de autores como Milton Santos e Rogério Haesbaert.

Ambos trazem as respectivas conceitualizações no que tange à Territorialidade. Enquanto Santos traduz esse conceito voltado principalmente para as relações entre as técnicas na aplicabilidade territorial sob a ótica política e econômica, Haesbaert em seu estudo enfatiza o reordenamento territorial, constante movimento, é dinâmica, ultrapassando o pensamento fixo do poder estatal, abarcando territorialidade cultural, comunitária, social, a partir dos múltiplos sujeitos sociais envolvidos, desdobrando por escalas (local, regional e global).

A vista disso foi possível embasar a conceitualização de territorialidade com a expansão da referida política pública no espaço cearense, localizando o quantitativo do público atendido na UFC, em especial, e identificando as áreas com as maiores necessidades dessa política educacional.

Após a conclusão dessa etapa, resultou nos seguintes objetivos:

a) Integrar a bibliografia estudada, bases documentais e legais para explicitar a relação entre UABs envolvendo seu contexto de análise com as legislações e sua aplicabilidade nos polos da UFC.

b) Fundamentar o conceito de território e a expansão do ensino no estado do Ceará, relacionando com a localização do público atendido e as áreas sem acesso as políticas educacionais estudadas no espaço geográfico.

c) Analisar o histórico da política pública estudada, identificando as diferenças no acesso e na leitura sobre a educação a distância ao longo do tempo.

7.2 Etapa 2: Coleta e processamento de dados

Como ponto de partida para esta segunda etapa de aplicação do método, ficou estabelecido que para o alcance dos objetivos do estudo, foi importante apresentar a caracterização e aplicação da política pública ora estudada sob a perspectiva do quantitativo de público alcançado em relação aos cursos de graduação na modalidade de ensino a distância da Universidade Federal do Ceará, por meio da integração dos dados coletados na base teórica

da pesquisa. Além disso, houve a tabulação, validação e desenvolvimento de modelo de dados dentro da perspectiva de fundamentação teórica.

Vale ressaltar que os principais cursos ofertados pela UFC de 2011 a 2023 passaram por áreas administrativas e de formação de professores em diferentes polos somando o total de 9 cursos de graduações e com fomentos oriundos da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, dentre as quais administração, administração pública, física, letras–espanhol, letras–inglês, letras–português, matemática, pedagogia, química (UFC, 2024).

No entanto, desde 2020 constam 6 cursos de graduação na modalidade ead por meio do Programa Universidade Aberta do Brasil com demanda de alunos, distribuídas por 13 polos de apoio, sendo as quais física, letras–espanhol, letras–inglês, letras–português, matemática, química (UFC, 2024).

Destacando-se que os dados obtidos, desde a relação dos polos com alunos ativos, números de alunos nas relações de cursos até o número de formados foram solicitados diretamente a UFC Virtual, Unidade Administrativa da UFC que gerencia os cursos de graduação na modalidade Ead no Programa Universidade Aberta do Brasil.

Ressaltando, ainda, que os dados coletados e recebidos foram tratados para melhor visualização dos resultados obtidos, desde a tabulação à sistematização no Excel, gerando gráficos, tabelas e auxiliando na produção dos mapas, permitindo uma comparação mais clara entre as variações dos dados e análise no contexto de estudo.

No que tange a estruturação dos cursos de graduação da UFC na modalidade virtual inserida no sistema de UAB, conta com os polos de apoio, com os respectivos programas de disciplinas em cada ambiente de aprendizagem, desenvolvimento próprio de matrizes curriculares, Projeto Políticos Pedagógicos.

Além disso, é utilizado a plataforma digital solar como estrutura tecnológica de suporte, além da possibilidade de emissão de diplomas com mesmo valor de participação de um cursos presencial, ou seja, demonstrando a capacidade de atender a comunidade em geral com sistema próprio da universidade.

Nesse sentido, a relação entre estrutura e aplicabilidade dos dados institucionais coletados é atrela as discussões bibliográficas realizadas para análise da dimensão territorial e distribuição das UABs no Ceará, correlacionando o levantamento dos quantitativos de formados em cursos de graduação por esta modalidade de ensino e os municípios com registros de atendimento por essa política pública da UFC.

Assim, obtém-se como primeiro levantamento do resultado a relação de todos os

curso ofertados na modalidade de ensino a distância e o quantitativo de alunos ao longo dos anos de acordo com o gráfico 1.

Gráfico 1 - Quantitativo de alunos ao longo dos anos UAB/UFC



Fonte: Autora, 2024

Por meio da análise do gráfico 1, é possível compreender a evolução do número de alunos matriculados em diferentes cursos ao longo dos anos como forma de visualizar o crescimento e interesse do público para com os cursos ofertados pela UFC nesta modalidade de ensino.

Observou-se que, inicialmente, no ano de 2006 foi registrado o número total de 26 alunos matriculados no curso de graduação EAD no Programa UAB/UFC, isso ocorreu pois, nesse período a UFC participou do desenvolvimento do projeto piloto da implementação do curso de administração a distância, tornando esse projeto como o pioneiro dentro do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) na Universidade.

Nos anos seguintes, após a participação e implementação do supracitado projeto piloto no sistema UAB/UFC, foram criadas mais cursos na modalidade EAD com objetivo de atender as demandas do público externo em termo de qualificação profissional com foco no sistema educacional.

Em consequência, houve um aumento significativo do total de número de alunos nos anos seguintes dos cursos de graduação na modalidade virtual, destacando uma queda do número em 2011, tendo como fator o registro de alunos somente em dois cursos, dentre os quais: administração com total 117 alunos e administração pública com total de 349 alunos, totalizando o número de 466 discentes. Em conformidades com os dados obtidos, a partir de

2012, não houve mais acréscimo de alunos no curso de administração para entrar na contagem final.

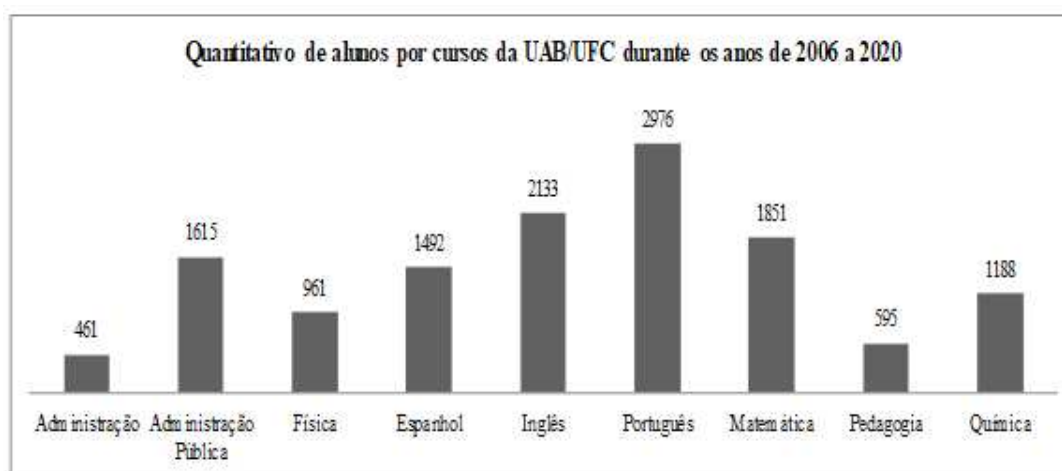
Por conseguinte, em 2012 e 2017 ocorreram elevações no número de alunos participantes dos cursos de graduação na modalidade EAD, chegando no auge da contagem no ano de 2017 com 2671 alunos nos demais cursos.

Em 2020, foram registrados 1070 discentes, ocasionando outro decréscimo na contagem do número de alunos ingressos nos cursos de graduação. Ressaltando que, além de não haver mais a oferta do curso de administração, assim ocorreu nos cursos de administração pública e pedagogia.

A contabilização total de alunos durante 2006 a 2020 nos cursos de graduação na modalidade virtual participantes do Programa UAB/UFC fez um total geral de 13.272 no que concerne ao quantitativo de alunos participantes. Além disso, em conformidade com os dados verificados no sistema de painel estratégico da UFC Virtual, desde de 2021 a 2024, obteve-se um número total de 3.341 registros de alunos participantes dos cursos de graduação na modalidade virtual integrados ao sistema de UAB/UFC, respectivamente 2021: 1543; 2022: 831; 2023: 582; 2024: 385 alunos.

Para coadunar com os registros acima, o gráfico 2 apresenta a distribuição do quantitativo de alunos por cursos da UAB/UFC durante os anos de 2006 a 2020 evidenciando os dados por cursos ofertados.

Gráfico 2 - Quantitativo de alunos por cursos da UAB/UFC durante os anos de 2006 a 2020



Fonte: Autora, 2024.

É possível observar no gráfico 2 que, durante os anos de 2006 a 2020 obteve-se uma variável distribuição de alunos por cada curso da UAB/UFC, com ênfase nos cursos de letras-portugues e letra-inglês, respectivamente com os maiores contingentes de estudantes atendidos. Em contrapartida, os cursos de Administração e pedagogia registraram os menores índices em comparação aos demais cursos ativos para época.

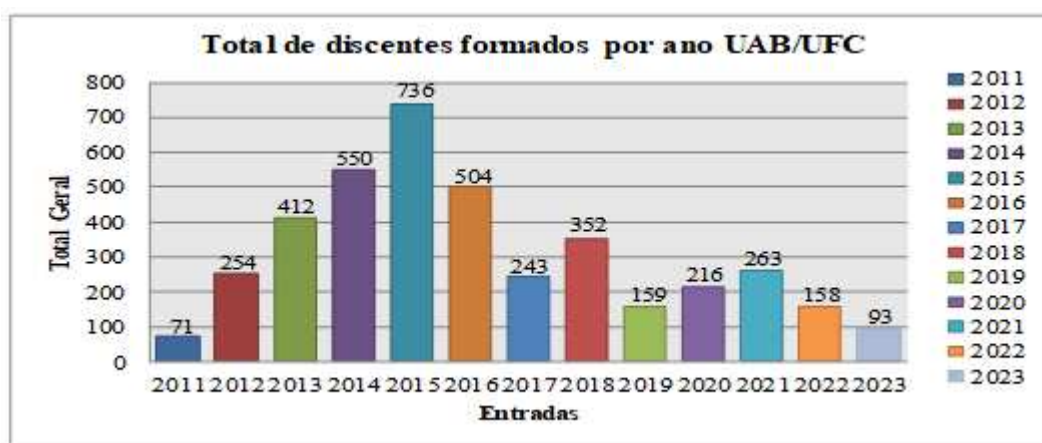
Por meio dessa análise, é relevante analisar pela perspectiva da evolução do quantitativo de alunos ao longo dos anos no sistema de UAB/UFC, assim como a distribuição do público atendido pelos cursos no programa, considerando como visão estratégico para o impacto social, educacional e econômico da aplicabilidade dessa política pública nas mais diversas localidades do Estado do Ceará, indicando que existiram e ainda existem demandas e diversidade de público para atendimento pelos cursos de ensino a distância ofertados.

Além disso, por meio do número total de ingressantes ao longo do tempo, foi possível se ter uma visão ampla no que tange o quanto de ampliação de acesso à educação superior a distância nos polos da UAB/UFC, além da importância e necessidade de se amplificar cada vez mais essa política para as mais diversas regiões do Estado.

Nesse sentido, esse sistema de ensino possibilitou a formação discentes nas diferentes áreas do mercado de trabalho, contribuindo para o fomento e desenvolvimento regional ao formar profissionais que atendam às necessidades locais e regionais.

Para corroborar com o entendimento acima, para além do número de alunos ingressantes no programa sistema UAB/UFC durante todos os períodos, outro fato de relevância para análise do atendimento ao público alcançado pelo referido programa é o número de alunos formados durante 2011 a 2023 de acordo com o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Total de discentes formados por ano UAB/UFC



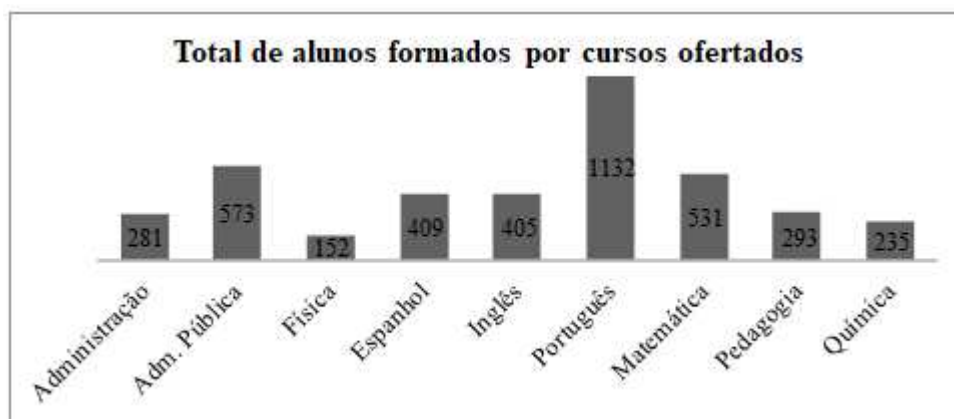
Fonte: Autora, 2024

No que concerne aos dados, é possível analisar que ao todo foram 4011 discentes formados pelo programa UAB/UFC durante o período entre 2011 e 2023, número crucial para compreender o impacto desse programa, a efetividade no que tange aos objetivos educacionais, sociais e econômicos.

Ao longo dos anos, foi perceptível o crescimento do número de formados pelo referido programa, chegando no auge em 2015 com número de 736 formados pelo sistema UAB/UFC, e que nos últimos 5 anos, conta-se com cálculo média simples de aproximadamente de 177 alunos formados nos cursos a distância desta Universidade.

Ademais, segue no gráfico 4 a distribuição desse quantitativo total de alunos formados pelo programa UAB/UFC durante o período entre 2011 e 2023 por cursos ofertados.

Gráfico 4 - Total de alunos formados por cursos ofertados.



Fonte: Autora, 2024.

A partir do exposto, depreende-se que, durante o período supracitado, os cursos com maior número de formados pelo pelo programa UAB/UFC são, respectivamente, cursos de Português, Administração Pública, Matemática, Espanhol, Inglês, Pedagogia, Administração Química e Física.

É crucial entender essa dinâmica de distribuição cujo sentido permeia, principalmente, pela necessidade da oferta de cursos por esta modalidade de ensino, atendendo aos anseios do público, diante das suas necessidades educacionais, tornando fundamental este programa como alternativa para o ingresso à educação superior.

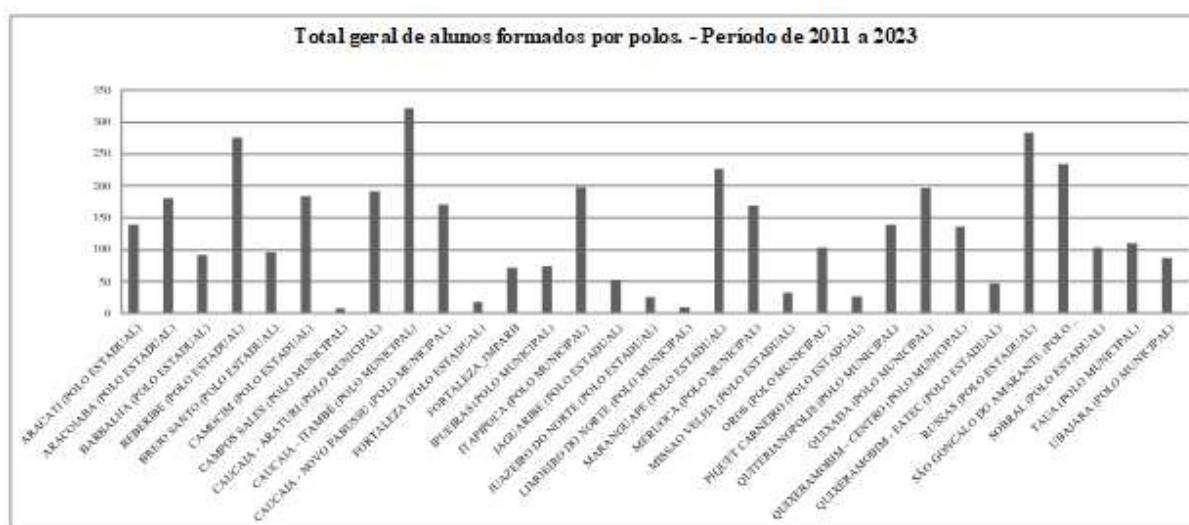
Vale ressaltar que, é essencial abordar e compreender esses números e, como o impacto dessas variáveis podem afetar não somente o contexto educacional, social e

econômico, mas todo um planejamento estratégico, alocação de recursos, demandas e perfis para o mercado de trabalho locais e regionais dos respectivos cursos.

Para uma visão mais abrangente no que concerne ao número dos formados pelo programa UAB/UFC de forma mais espacializada, o gráfico 5 traz a relação dos formados nos anos de 2011 a 2023 nos 31 polos UAB aos quais a UFC participou, totalizando 4011 formados nos respectivos polos atuantes.

A partir do exposto, é possível identificar a distribuição espacial do número de formados por polos de atuação da UFC durante 2011 a 2023, demonstrando uma forte variação entre os polos na composição dos números de formados nos respectivos locais, portanto, fornecendo um panorama do impacto do programa, o seu alcance espacial e, repensar os desafios enfrentados para melhorias cada vez mais dessa política pública.

Gráfico 5 – Total geral de alunos formados por polo - Período de 2011 a 2023



Fonte: Autora, 2024

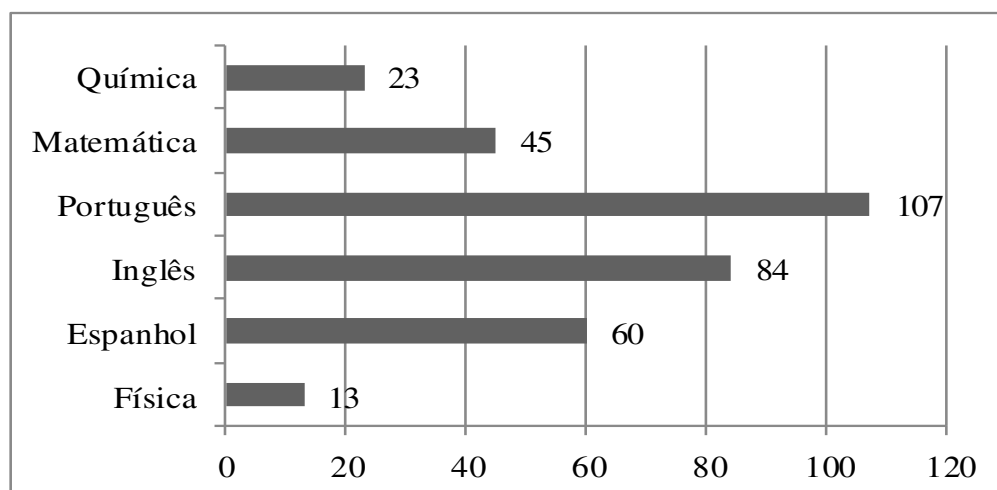
Foram observados que alguns polos, por exemplo, como os Polos de Caucaia (Itambé, Araturi, Novo Pabussu), de Russa, de Beberibe, de São Gonçalo do Amarante, de Maranguape, de Itapipoca, de Quixadá, de Camocim, de Aracoiaba, da Meruoca são alguns dos maiores índices de formados durante esse período, refletindo a diversidade de espacialização e o alcance dessa política pública nessas regiões.

Em contrapartida, foram registrados também os menores índices de formando de alguns polos, dentre os quais os Polos de Piquete Carneiro, de Juzeiro do Norte, de Fortaleza, de Limoeiro do Norte e de Campo Sales.

Portanto, observou-se o engajamento de formados nos mais diversos polos de diferentes regiões no Ceará na oferta dos cursos pelo programa UAB/UFC, permitindo identificar as maiores e menores tendências de profissionais formados pelo referido programa, com isso, refletindo no processo de desenvolvimento local em termos educacional, sociais e econômicos.

Em 2023, a UFC continuou a ofertar cursos de graduação na modalidade virtual através do sistema UAB, atendendo a demanda externa de estudantes nos seus respectivos polos de atuação. Dentre os cursos ofertados, registram-se os cursos de química, matemática, português, inglês, espanhol e física, em conformidade com o gráfico 6.

Gráfico 6 - Distribuição dos cursos com alunos ativos em 2023.



Fonte: Autora, 2024.

Acima, segue a relação dos cursos de graduação da UFC ofertados através do sistema UAB com os respectivos números de alunos ativos. A vista disso, atualmente, consta no Programa UAB/UFC 332 alunos com matrículas ativos até 2023, distribuídos por 13 polos de apoio no Estado do Ceará, os quais representam os polos do quadro.

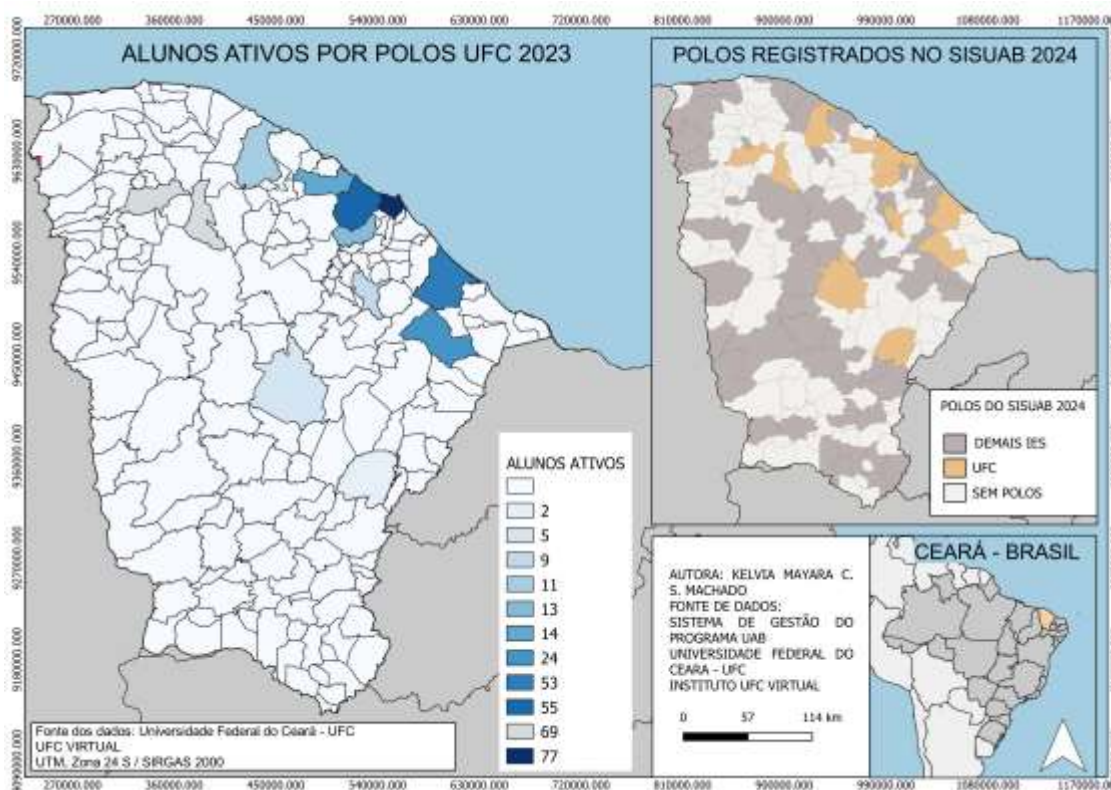
Quadro 23 - Polos UAB/UFC com alunos ativos em 2023

Nome do Polo	Total
ARACOIABA-CE	9
BEBERIBE-CE CENTRO	53
CAUCAIA-CE ARATURI E JUREMA	24
CAUCAIA-CE ITAMBÉ	11
CAUCAIA-CE NOVO PABUSSÚ	20
FORTALEZA-CE CENTRO	77
ITAPIPOCA-CE COQUEIRO	11
JAGUARIBE-CE NOVA BRASÍLIA	2
MARANGUAPE-CE GUABIRABA	13
QUIXERAMOBIM-CE CENTRO	5
RUSSAS-CE IPIRANGA	24
SÃO GONÇALO DO AMARANTE-CE	14
SOBRAL-CE DERBY CLUB	69
Total Geral	332

Fonte: Autora, 2024

Em conformidade com a espacialização dos referidos polos no Estado do Ceará a figura 8 representa como a UFC está distribuída nas áreas litorâneas proxima a região metropolitana e em poucos municipios do vale do jaguaribe e sertão central.

Figura 8 - Alunos ativos por polos UFC 2023



Fonte: Autora, 2024.

Observa-se, nesse primeiro ponto, que há uma concentração maior de alunos ativos em 2023 nos polos da UAB/UFC no município de Fortaleza, e na sua mesorregião metropolitana (Caucaia, Beberibe e São Gonçalo do Amarante), município de Sobral e município de Russas na região do Vale do Jaguaribe. E demais polos, menor concentração de alunos ativos durante o período de 2023.

A análise espacial da distribuição do alcance do ensino virtual por meio dos cursos ofertados do programa Universidade Abertas do Brasil na UFC torna-se uma ferramenta de alta relevância cujo foco é a expansão do acesso educacional, melhoria da qualidade da política pública do ensino a distância, por meio do desenvolvimento de estratégias que possam contribuir para atendimento das demandas do público beneficiado, permitir que instituição como a UFC, a partir do ensino a distância, possa transformar os espaços por meio dessa modalidade de ensino, no aspecto educacional, social e econômico.

Vale ressaltar que, o Estado do Ceará possui 184 municípios, subdividida em 7 Mesorregiões em conformidade com os dados do IBGE: Noroeste Cearense, Norte Cearense, Metropolitana de Fortaleza, Sertões Cearenses, Jaguaribe, Centro-Sul e Sul Cearense. Subdividida em 33 microrregiões inserida na totalidade das mesorregiões.

É relevante entender a real cobertura educacional no estado no que concerne à aplicabilidade da política pública da modalidade virtual no ensino superior, logo, considerando, foi realizada a distribuição total de todas as UABs no território cearense, totalizando a espacialização de 68 polos contando com os polos da UFC.

Conforme consta no sistema de gestão do programa UAB, são registrados, atualmente, ao todo 6 instituições públicas em 2024, dentre as quais encontram-se (IFCE, UECE, UFC, UNILAB, URCA e UVA) participantes em polos UAB com oferta de cursos no Estado do Ceará. Consoantes ao exposto foram mapeados os municípios com presença de polos UAB, para uma análise macro da situação atual da distribuição e expansão dessa política pública no Estado conforme figura 8.

Vale destacar que dentre o número total de 68 polos no estado, 17 novos polos estão em processo de regulamentação para implementação e oferta de cursos. É importante lembrar que dentro do mesmo município pode apresentar mais de um polo UAB, é caso do município de Caucaia, por exemplo, constando os polos de Araturi, Itambé e Pabussú.

O processo de regulamentação, conforme a CAPES, envolve desde a apresentação da proposta para criação de um polo UAB pelo ente federativo ou instituição interessada ao desenvolvimento de infraestrutura necessária, avaliação formalização e credenciamento perante o Ministério da Educação, a partir de então, dar-se á, o início das atividades

educacionais. Abaixo, segue o quadro 24 destacando os novos polos UAB em processo de regulamentação pelo Estado.

Quadro 24 - Novos polos UAB em processo de regulamentação no Estado do Ceará

Polos em processo de regulamentação no Ceará 2024	
Trairi - Centro	Aracati – Farias Brito
Tianguá - Centro	Baturité - Centro
Pacatuba - Centro	Missão Velha
Itapajé - Açude	Tabuleiro do Norte – 8 de Setembro
Eusébio - Centro	Acopiara - Centro
Aquiraz - Centro	Milagres - Centro
Horizonte - Centro	Juazeiro do Norte - Pirajá
Pacajus - Centro	Crato - Muriti
Assaré - Centro	

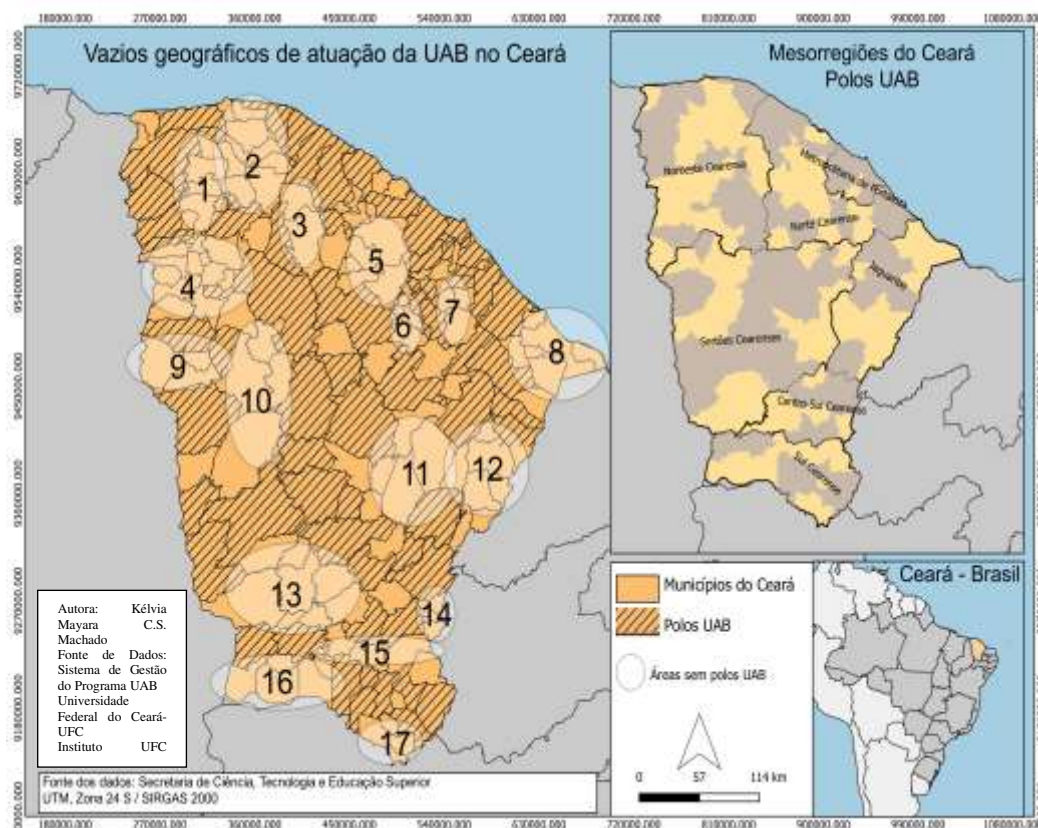
Fonte: Autora com base no Sisub (2024).

O processo de regulamentação de um polo UAB destaca-se como momento crucial no que diz respeito à expansão do ensino superior a localidades longínquas que ainda estão carentes de acesso educacional, portanto, em cumprimento a determinação da expansão universitária, e as necessidades educacionais locais, estabelecendo polos com cursos que possam contribuir com a formação e capacitação humana para o mercado em termos de profissionais qualificados, significando o desenvolvimento econômico e social local.

Depreende-se, então, que na figura 8 há uma maior variação espacial de polos espalhando nas demais regiões em comparação aos polos com oferta de cursos da UFC, demonstrando a necessidade de participação da instituição nas áreas de ofertas já demarcadas.

Além disso, foram mapeados vários pontos sem nenhuma existência institucional pública de ensino superior de polos UAB, compreendendo, mais uma vez, a necessidade de ampliação e participação institucional da UFC em áreas com ausência de polos da UAB, os chamados vazios geográficos.

Figura 9 - Vazios geográficos de atuação da UAB no Ceará



Fonte: Autora, 2024.

A partir da figura 9 foram identificadas 17 delimitações com vazios geográficos de polos UAB, ou seja, em cada círculo é possível identificar três municípios ou mais sem presença dessa política institucional. Nesse sentido, essa delimitação será utilizada para análise do estudo a fim de identificar as áreas do Estado que demandam a implementação desse recurso educacional.

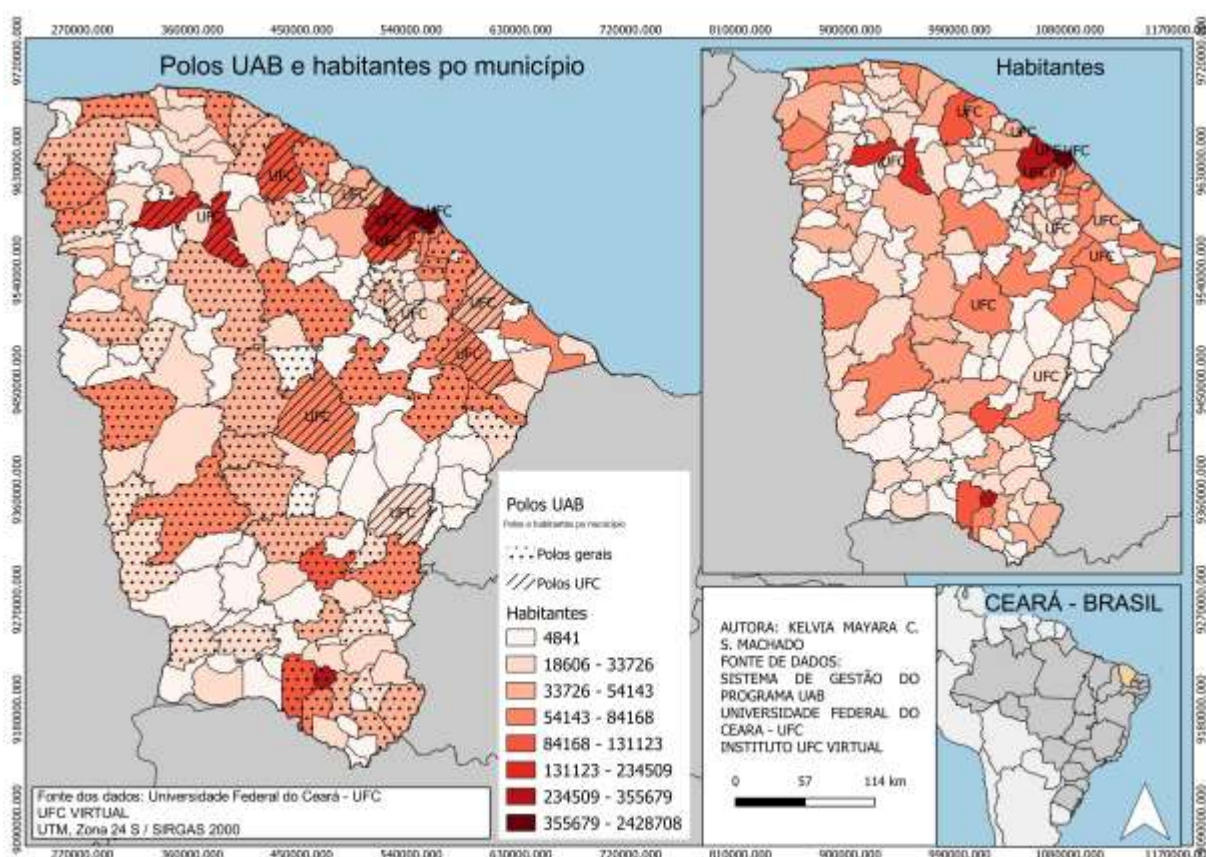
Esses vazios geográficos geram implicações no que tange ao acesso educacional, dentre elas, a falta de um polo da UAB de uma determinada localidade, onde consta nenhuma aplicabilidade institucional, dificulta e limitando muitas vezes o acesso ao ensino superior, principalmente para as pessoas que não podem se deslocar para outra localidade.

Além disso, a ausência de polos institucionais em localidades sem nenhum acesso educacional agrava ainda mais o círculo vicioso da exclusão educacional, social e econômico, podendo limitar o desenvolvimento econômico de uma determinada região ou local por falta de profissionais qualificados para o desenvolvimento socioeconômico.

Esses vazios representam um desafio para as instituições educacionais cujo objetivo primordial é a expansão e democratização do acesso ao ensino superior nas mais diversas localidades cearenses. Superar esse desafio é de grande relevância no que diz respeito à amplitude educacional, para que possa ser garantido a educação superior pública, independente de localização geográfica.

Outro critério a ser analisado no que diz respeito a identificar a dimensão territorial e distribuição das UABs no Ceará e demanda para atendimento por essa política pública, refere-se ao quantitativo populacional ao redor dos polos UAB e municípios sedes. Abaixo segue o mapeamento dos polos UAB e o quantitativo de habitantes por município.

Figura 10 - Mapa da população ao redor dos polos e nos municípios



Fonte: Autora, 2024

Em conformidade com a figura 10, apresenta a distribuição demográfica populacional relacionada com a espacialização dos polos UAB/ UFC e demais polos de outras

instituições públicas. Nesse sentido, quanto mais acentuada a tonalidade, maior é o nível de densidade demográfica de uma determinada região.

Analisar sob a perspectiva do quantitativo populacional ao redor dos polos UAB e nos municípios sedes torna-se imprescindível no que diz respeito à oferta e expansão do ensino a distância, alinhada com as correspondentes necessidades e potencial da comunidade local.

É possível levantar algumas motivações no que tange essa perspectiva, por exemplo, o panorama do número de matrículas futuras, demanda por este modelo educacional, ou seja, um potencial indicador do número de matrículas para os cursos ofertados pelo programa UAB, permitindo que regiões com acesso limitado ou nenhum acesso a essa política educacional possibilitem a redução das desigualdades ofertando e capacitando o maior número de pessoas.

Outros fatores importantes referem-se às questões da expansão e planejamento por essa ótica. Quanto ao fator planejamento, conhecer o quantitativo populacional ao redor dos polos UAB e municípios sedes ajuda na criação e estabelecimento de novos polos, decidir onde serão implementados e direcionar os recursos e toda uma infraestrutura necessárias para investimento local e garantindo que um polo possa atender as demandas e necessidades da comunidade de forma adequada cujo objetivo é de forma a população e atender a demanda de cada localidade.

Quanto à expansão, em conformidade com o mapa da figura 9 (Vazios geográficos) é possível estabelecer o entendimento de que em áreas com maior-número populacional sem acesso fácil ou nenhum acesso educacional, podem ser priorizadas no contexto de implementação de polos UAB, como forma de assegurar a expansão e a democratização dessa política pública e mitigando a desigualdade educacional.

A análise do quantitativo populacional ao redor dos polos UAB e municípios sedes são possíveis prognosticar, por exemplo, que a partir do número de habitantes, é possível prever o aumento do número de matrículas e identificar o maior número de pessoas que necessitam de aperfeiçoamento profissional, capacitando-as para o mercado de trabalho, empregando-as nos mais diversos setores locais para atendimento de demanda, com isso, impulsionando os níveis educacionais e qualidade de vida de determinada região.

Por meio da correlação de dados populacionais, é possível compreender também o quantitativo de pessoas e a proporção de demanda da política pública UAB, assim como, realizar comparação de antes e depois da implementação de um polo em uma determinada região.

Em suma, a partir da referida perspectiva é possível delinear a oferta de cursos de ensino a distância com base no programa UAB de forma macro no estado do Ceará, assim como, evidenciar a importância dessas informações para os cursos atuais da UFC e futuras demandas, atrelando os potenciais do referido programa para com as necessidades da comunidade local e, coadunando, não somente expansão e democratização dessa modalidade de ensino, como também, gerando impacto socioeconômico regional.

Após a conclusão dessa etapa, resultou nos seguintes objetivos:

- a) Quantificar e avaliar os dados relacionados ao público atendido pela UAB/UFC;
- b) Integrar os dados coletados na base teórica da pesquisa;
- c) Tabular, validar e desenvolver um modelo analítico para os dados.

7.3 Etapa 3: Modelagem e análise de dados

A partir do estabelecimento da integração dos resultados no que tange ao impacto da política pública ora estudada no panorama da espacialização geográfica do Ceará e contribuição para as bases de dados para a UFC, é imprescindível a análise da referida política pública educacional sob a perspectiva de indicadores educacionais, econômicos e sociais.

Além disso, é crucial compreender a ótica da expansão territorial das UABs no Estado, integrando os dados obtidos como localização de instituições superiores públicas e os polos, relacionando com atendimento ao público no cenário da referida política pública, destacando as áreas com maior ou menor atividade nos polos das Universidades Abertas do Brasil – UAB no Ceará e integrando um modelo de dados com mapeamento das informações nos municípios cearenses, a partir dos indicadores propostos, identificando o alcance do referido ensino, principalmente, voltada para o panorama de UAB/UFC no espaço geográfico do Ceará.

Esses indicadores podem demonstrar quais os locais são necessários à aplicação de política de acesso ao ensino superior como foco para construção de dados que represente o alcance geográfico da UAB dos cursos da Universidade Federal do Ceará, permeando pelos desafios enfrentados, estratégias de implementação, impactos sociais na territorialização dessa política pública, estabelecendo, assim, os aspectos dimensionais da realidade com base na integração e modelagem de dados sob os referidos indicadores.

Respectivamente, como primeiro indicador a ser analisado e em conformidade com a descrição dos indicadores serão analisados de forma integrada relacionando os

indicadores da educação, da economia e do contexto social dos municípios do Ceará em relação ao sistema educacional UAB.

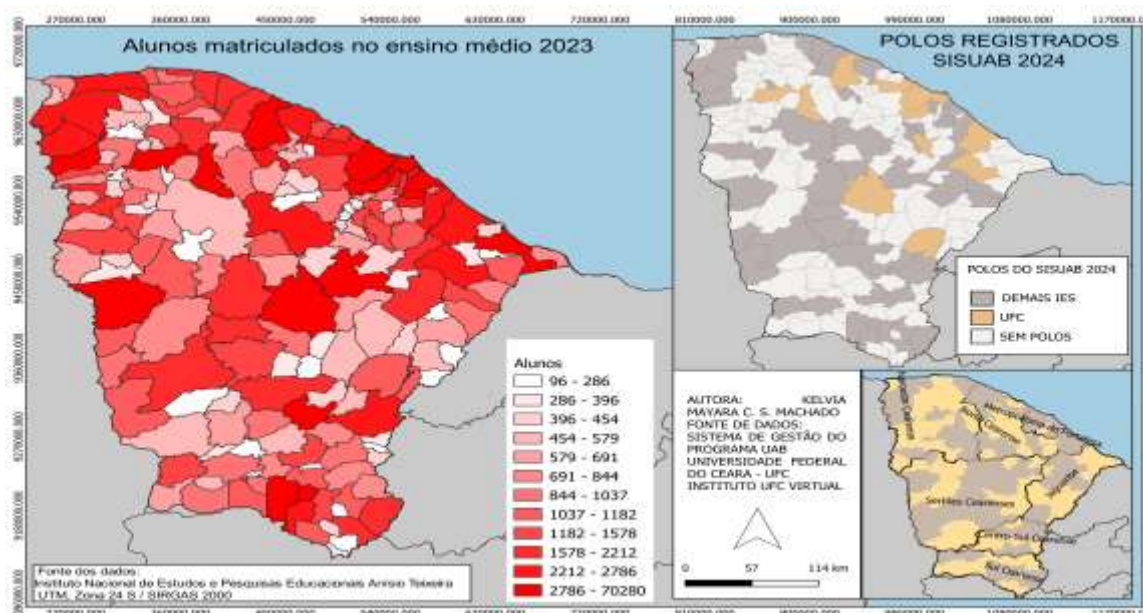
7.3.1 Análise integrada de dados da educação

Como primeiro indicador a ser analisado, o contexto educacional é de extrema importância para o entendimento da expansão do alcance da Educação a Distância nos cursos do programa Universidade Aberta do Brasil no Ceará, como também, direcionado para os cursos de graduação da UFC.

A partir da referida análise educacional, foram levantadas algumas motivações para entender o quanto esse indicador é essencial no que tange a expansão e alcance dos cursos do programa UAB no Ceará, assim como, reflete diretamente como contribuição para os cursos da UFC no referido sistema.

Na figura 11, apresenta a espacialização no Estado do Ceará do registro de alunos matriculados no ensino médio no ano de 2023 em conformidade com os dados do último senso atualizado no INEP. A distribuição dos dados foi ordenada do menor para o maior em comparação a tonalidade em vermelho. Quanto maior a tonalidade, maior o registro de alunos matriculados.

Figura 11 - Espacialização do número de alunos matriculados no Ensino Médio em 2023



Fonte: Autora, 2024

Vale ressaltar que o mapa referente aos polos registrados no SISUAB 2024 representa a distribuição espacial de todos os polos do programa Universidade Aberta do Brasil, incluindo os polos com registros de cursos na modalidade virtual da UFC. Apresentando também demais localidades sem registros de polos UAB para compor a representação do mapa acima.

De acordo com o mapa de alunos matriculado no Ensino Médio 2023, destaca-se uma distinção na distribuição espacial de número de matrículas no ensino médio por mesorregiões que podem ser discutidas individualmente.

- Iniciando pela Mesorregião do Noroeste Cearense, mais precisamente na microrregião da Ibiapaba localizados os municípios de Guaraciaba do Norte, São Benedito, Ubajara, Tianguá, Viçosa do Ceará. Seguindo para a microrregião do Litoral de Camocim e Acaraú com os municípios de Granja, Camocim, Acaraú, Itarema. Na mesma Mesorregião, encontrando a microrregião de Sobral os municípios de Massapê, Santana do Acaraú, Sobral.

- Seguindo os destaques no mapa, encontram-se os maiores registro de alunos matriculados no ensino médio em 2023 na Mesorregião do Norte Cearense, destacando a microrregião de Itapipoca com os municípios de Itapipoca, Amontada e Trairi.

A microrregião do Baixo Curu nos municípios de Paracuru, Paraipaba e São Gonçalo de Amarante. Microrregião de Uruburetama nos municípios de Itapajé e Uruburetama. Microrregião do Médio Curu com destaque para o município de Pentecoste.

A Microrregião de Canindé, para o mesmo município. Microrregião de Baturité destacam-se os municípios de Redenção, Baturité e Aracoiaba com mais registros em comparação aos municípios da mesma microrregião. Na microrregião de Chorozinho destaca-se o município de Ocara e a microrregião de Cascavel com os municípios de Cascavel e Beberibe.

- Para os destaques da Mesorregião Metropolitana de Fortaleza, encontra-se a Microrregião Fortaleza para as maiores ocorrências os municípios de Aquiraz, Caucaia, Euzébio, Fortaleza, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape e Pacatuba. A Microrregião de Pacajus com destaque para o município de Horizonte e Pacajus.

- Para a Mesorregião dos Sertões Cearenses, na microrregião do Sertão de Crateús destaca-se o município Crateús com maior ocorrência de registro de matrículas no ensino médio para o ano de 2023. Na microrregião de Sertão de Quixeramobim destacam-se os municípios de Boa Viagem, Quixeramobim, Quixadá. Na microrregião do Sertão de

Inhamuns, sobressai o município de Tauá. E, na microrregião do Sertão de Senador Pompeu destacaram-se os municípios de Acopiara, Mombaça e Pedra Branca.

- Seguindo para a Mesorregião do Jaguaribe, na microrregião do Litoral de Aracati, sobressai o município de Aracati. Na microrregião do Baixo Jaguaribe os maiores registros encontram-se os seguintes municípios Limoeiro do Norte, Morada Nova, Russas. Na Microrregião do Médio Jaguaribe sobressai o município de Jaguaribe. E, na microrregião do Serra do Pereiro destaca o município de Pereiro.

- Na penúltima Mesorregião do Centro-Sul Cearense, a microrregião de Iguatu destacam-se: Icó, Iguatu. Na microrregião de Várzea Alegre com os municípios de Jucá e Várzea Alegre. E, na microrregião de Lavras da Mangabeira o próprio município.

- Por último, tem-se a Mesorregião do Sul Cearense subdividida por microrregiões com seus principais municípios com maiores ocorrência de registros de alunos no ensino médio no ano de 2023. Chapada do Araripe: Campos Sales; Caririaguçu: Município de Caririaguçu; Barro: Mauriti; Cariri: Crato, Barbalha, Juazeiro do Norte; Brejo Santo: Brejo Santo, Milagre.

Depreendem-se a partir da figura 11 do mapa da espacialização do número de alunos matriculado no Ensino Médio 2023, observações essenciais no que tange a questão da expansão e alcance da política pública ora estudada, contribuindo tanto no que diz respeito para os cursos já existentes, tanto na modalidade presencial como virtual, inclusive para os cursos de graduação a distância da UFC, como também, sugestão para implementação de novos polos UAB como forma de expandir a democratização do ensino superior no Estado do Ceará, a partir da previsão de futuras demandas de formados e aptos para ingresso no ensino superior.

Como primeiro ponto, a referida análise permite verificar o quantitativo de estudantes no ensino médio no ano de 2023 demonstrando o montante de pessoas com condições de acesso aos cursos de graduação, ou seja, indicando um potencial público-alvo para os cursos de EAD do programa UAB nas instituições de ensino superior.

Vale ressaltar que, ao prognosticar possíveis públicos-alvo, isto é, futuros graduandos, é possível obter um planejamento mais direcionado do número de estudantes que tem interesse em dar continuidade aos estudos, ingressando no ensino superior e, principalmente para aqueles que optam por cursos na modalidade a distância por interesse ou por necessidade, seja ela por ser a única opção devido as questões logística geográficas ou financeira ou por opção pessoal.

Alinhando nesse momento, a expectativa de mão dupla, tanto o interesse do grupo de estudantes que irão concluir o ensino médio, como da política pública educacional do ensino a distância no programa UAB, com objetivo de fomentar a expansão universitária. Outras observações a serem levantadas referem-se às questões da espacialização geográfica de áreas que são estratégicas para a expansão dessa política pública do ensino a distância por meio do programa UAB.

A partir da figura 11, é possível ver no mapa maior grau de incidência de registro de estudantes matriculados no ensino médio como possíveis concludentes em vários municípios do Estado, assim, permitindo que o programa educacional de ensino a distância da UAB possa direcionar o planejamento de expansão de polos para essas localidades, garantindo que a demanda por cursos na modalidade EAD seja potencialmente maior para os municípios mais demandados, influenciando diretamente na expansão dessa modalidade de ensino e evitando a saída desse público jovem de seus municípios para outros centros urbanos.

Em contrapartida, a partir da referida análise no mapa, é possível aferir também que há localidades com montante de alunos no ensino médio, no entanto com poucas oportunidades de acesso ao nível superior.

Se comparado à figura do mapa da espacialização do quantitativo de estudantes matriculados no ensino médio em 2023, com a figura 12 (Espacialização das Universidades e Faculdades no Estado do Ceará), são notáveis alguns municípios com alta demanda de futuros ingressantes ao ensino superior, no entanto não localizado nenhuma ou pouca aplicabilidade de política pública de acesso ao ensino superior tanto na modalidade presencial com na modalidade EAD. É o caso de alguns exemplos, como Massapê, Tamboril, Monsenhor Tabosa, Pentecoste, Caridade, Marco, Santana do Acaraú, Pajuçara, Independência, Jaguaruana, Cruz, Bela Cruz, Jijoca de Jericoacoara e demais municípios que se enquadram nessa perspectiva.

No referido caso, o programa educacional UAB com seus cursos de graduação pode também dar prioridade a essas localidades, de acordo com as necessidades do público beneficiado, direcionando e ofertando cursos EAD como forma de alcance e democratização do ensino superior. E, por conseguinte, auxiliando na redução das desigualdades no que tange ao acesso à Educação, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico local.

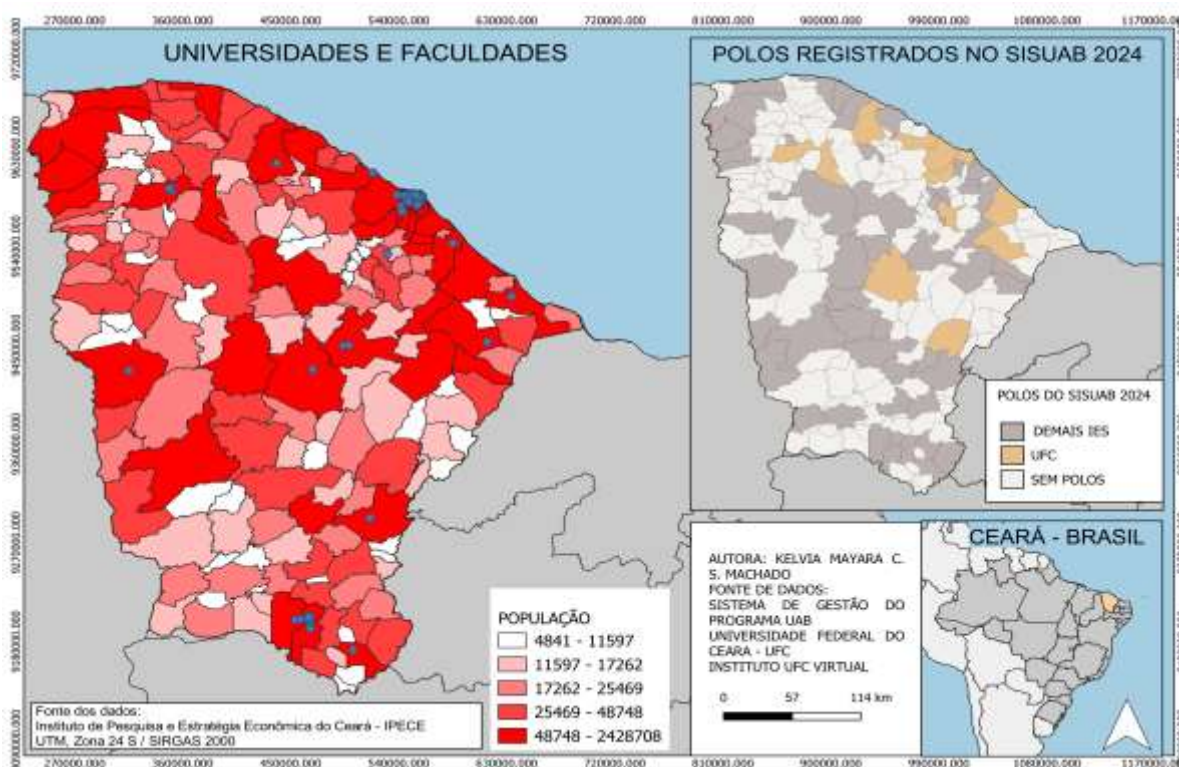
Portanto, a análise da contribuição sob essa ótica é fundamental, permitindo identificar as localidades de maior estimativa de potencialidade de público-alvo como futuros

ingressantes ao nível superior, principalmente voltado para o ingresso nos cursos do programa UAB, aqui incluindo também os cursos UAB/UFC.

É válida também a verificação de áreas com possibilidade de receber polos UAB para atender esses vazios institucionais, no entanto, necessita-se de maior envolvimento de políticas públicas educacionais com objetivos de contribuir a expansão educacional e crescimento regional, principalmente na aplicabilidade dos cursos EAD por meio do programa Universidade Aberta do Brasil – UAB.

Mais um ponto de destaque é a espacialização das Universidades e Faculdades no Estado no Ceará em comparação à distribuição dos polos registrados no Sisuab 2024. É possível observar também o comparativo do registro senso demográfico de cada município do menor ao maior incidência de número populacional na figura 12.

Figura 12 - Espacialização das Universidades e Faculdades no Estado do Ceará



Fonte: Autora, 2024

Conforme apresentado na figura 12, é evidente uma maior concentração de Universidades e Faculdades na Região Metropolitana de Fortaleza, uma parte na Região Sul Cearense. Em contrapartida há pouca incidência das referidas instituições pelas demais mesorregiões do Noroeste, Norte, Sertão Central, Jaguaribe e Centro Sul Cearense.

Em comparação ao mapa da distribuição dos polos UAB registrado no SISUAB 2024, é perceptível a abrangência irregular e concentrada na cobertura educacional de oferta de cursos de ensino superior pelas instituições de ensino, incluindo a UFC concentradas na Região Metropolitana do Estado.

A partir do exposto, é possível verificar dois pontos cruciais no que tange a cobertura educacional por essas instituições de ensino, principalmente voltadas para as instituições de ensino superior público.

- Primeiro ponto: observam-se que alguns municípios, em comparação por ambos os mapas, há pouca ou nenhuma aplicabilidade de políticas públicas educacionais de ensino superior em comparação a expectativa do número demográfico populacional, a exemplo de alguns município como: Chaval, Barroquinha, Cruz, Jijoca e Jericoacoara, Martinópole, Uruoca, Senador Sá Santana do Acaraú, Massapê, Carnaubal, São Benedito, Icapuí, Jaguaruana, Quixeré, Independência, Taboril, Paraipaba, Paracuru, Jaguaratama, Solonópole, Milhão, Pentecoste, Apuiarés, Caridade, Jati, Penaforte, Jardim, Salitre Santana do Cariri, Araripe, Catunda, Monsenhor Tabosa e demais regiões que podem ser observadas para análise.

Nesse aspecto, observam-se então lacunas geográficas com baixa cobertura educacional no que se refere à aplicabilidade de política pública de ensino superior tanto no formato presencial ou à distância.

- Segundo ponto: a partir da carência de instituições presenciais em algumas localidades em cada uma das 7 mesorregiões do Ceará, a aplicabilidade de política pública de ensino a distância polos UAB pode ser prioridade nos municípios que carecem do acesso ao nível superior de ensino, tornando como alternativa essencial para as lacunas geográficas e garantindo, além do equilíbrio na distribuição de políticas educacionais, mais oportunidades a todos que necessitam, abarcando áreas longínquas dos centros urbanos e áreas rurais.

É possível inferir também que, a partir da espacialização das referidas instituições de ensino superior permite que sejam, de forma planejada e estratégica, implementados novos polos do programa UAB, inclusive da UFC como forma de ampliar e expandir o acesso educacional, concentrando em áreas com maior necessidade e evitando sobreposição de atendimento em áreas com boa cobertura de educação superior, e duplicidade de aplicação de recursos.

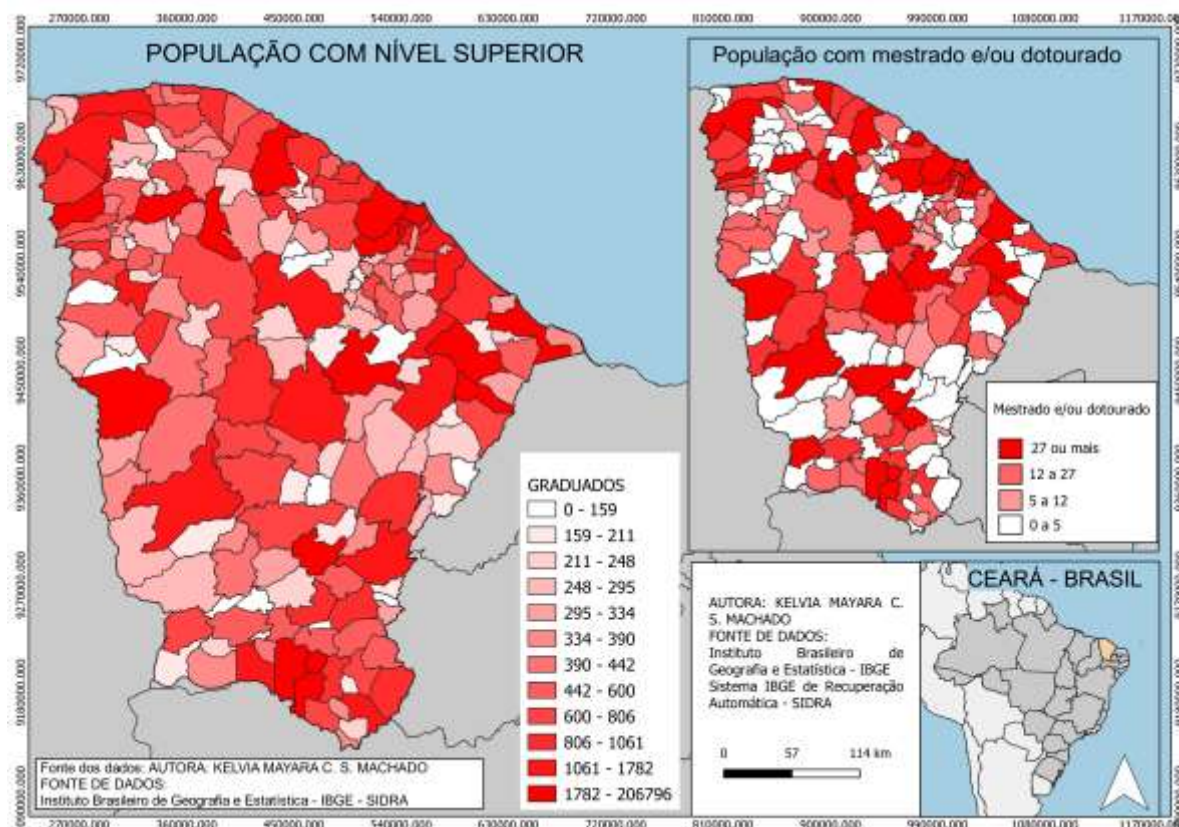
É essencial, portanto, obter essa perspectiva de análise como forma de identificar as áreas com maiores necessidades de oferta educacional com objetivo de equilibrar a distribuição educacional, garantindo acesso democrático para formação humana e diminuição

das distâncias para acesso aos cursos de ensino superior e, conseqüentemente apoiar o desenvolvimento socioeconômico local/regional.

Para além de identificar as áreas com as maiores necessidades de aplicabilidade de políticas públicas de acesso ao ensino superior pública, é importante a análise da distribuição espacial da população com nível superior nas diversas localidades do Estado, assim como, a distribuição espacial da população com nível de mestrado e doutorado espalhados por todas as regiões do Ceará.

A figura 13 traz essas duas perspectivas de análise com os dados mais atualizados no que tange ao número total representado.

Figura 13 - População com nível superior/ Mestrado e/ou Doutorado



Fonte: Autora, 2024

No primeiro momento, o mapa com as áreas com maior concentração de população com nível superior no Estado do Ceará apresenta níveis baixos de 0 a 1782 pessoas graduadas e alto nível de 1782 a 206796 formados. Ressaltando que as localidades com maior nível são as áreas urbanas da Região Metropolitana e outros grandes centros com total de até 206792 de graduados.

A figura 13 apresenta o quantitativo da população com nível de pós-graduação (Mestrado e/ou Doutorado) existindo baixa ou nenhum registro nos municípios com o a 27 pessoas como mestres e doutores e áreas com elevado nível com mais de 27 habitantes com pós-graduação, concentradas também nos grandes centros econômicos do Estado.

É importante salientar que referida análise objetivou dois pontos para observação. Primeiro, quanto à população com nível superior apresenta o quantitativo de pessoas com qualificação de ensino superior para demonstrar a capacidade de público qualificado ao mercado de trabalho. O segundo quanto a população com nível de Mestrado e/ou Doutorado demonstra a qualificação continuada e melhoria da qualidade de atuação dos profissionais (figura 13).

Além das referidas motivações, a figura 13 representa também identificação de áreas com baixa concentração de número de graduados, demonstrando nesse momento, lugares com necessidade de alta prioridade para implementação e expansão dos polos do programa UAB, além de direcionar os recursos necessários como forma de ampliar o acesso à educação superior e diminuir as desigualdades educacionais. Vale ressaltar que esses dados contribuem fortemente para a ampliação da oferta de cursos de graduação da UFC com participação em mais polos UABs.

Ter um curso superior hoje em dia, além de possibilitar a construção de oportunidades por meio de exercício da carreira na qualificação como profissional, aumenta as chances de empregabilidade, tende a impulsionar o desenvolvimento econômico e social de uma determinada região, direcionando essas pessoas para o mercado de trabalho estratégico a sua área de formação, além de estimular permanência desses graduados a uma determinada localidade, diminuindo a necessidade de migração desses profissionais para outros territórios.

Na ocasião, o sistema os cursos de graduação da UAB como política pública educacional de ensino a distância pode ser ofertada e fortalecida como democratização do acesso ao ensino superior, mitigando as desigualdades regionais, ajudando a igualar as oportunidades, seja ela na inserção de novos polos ou complementando e ampliando a oferta de cursos já existentes.

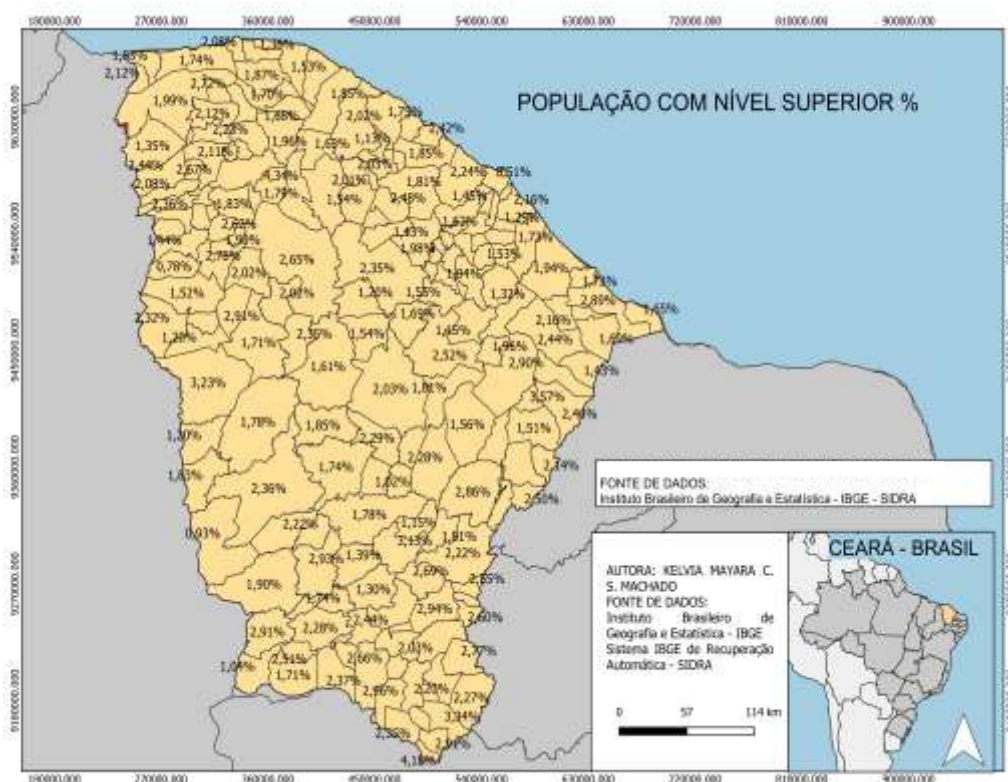
Os cursos da UAB/UFC podem ser ofertados e ampliados para as regiões com baixa concentração de registros populacionais de acesso a educação superior, contribuindo, portanto, no crescimento do número de profissionais ao longo do tempo na inclusão educacional, com objetivo de atender às necessidades econômicas e educacionais locais.

Quanto a distribuição da população com pós-graduação figura 13, revela a existência de localidades com maior ou pouco índices de pessoas com qualificação

continuada, na ocasião, a inserção ou ampliação de oferta de cursos EAD por meio de polos UAB direcionado para estas áreas contribuem para igualar as disparidades educacionais, oferecendo mais oportunidades e impulsionando o desenvolvimento local e inovação com base nas necessidades e demandas econômicas do mercado de trabalho de cada região.

Para coadunar com as informações acima, a figura 14 apresenta outra análise, a partir do mapa com o percentual da população com nível superior em proporção ao tamanho do índice demográfico populacional. Nesse momento, é crucial compreender a relação entre o quantitativo de o acesso educacional superior e a distribuição com referência ao tamanho populacional nos diferentes municípios cearenses.

Figura 14 - Porcentagem da população com nível superior em proporção ao índice demográfico populacional



Fonte: Autora, 2024.

A partir do exposto, é evidente os municípios com percentual de acesso à educação superior se comparado ao quantitativo populacional de cada município, identificando os percentuais mais altos e mais baixos.

Nesse sentido, é possível inferir quais localidades possuem necessidades de aplicabilidade de política pública educacional de acesso ao ensino superior, o que pode ser

contemplado com a oferta de novos cursos e ampliação EAD dos polos UAB nas mais diversas regiões com maior necessidade de acesso à educação superior.

Vale ressaltar que, a aplicação da política pública UAB de ensino a distância nas localidades com maior densidade demográfica e com registro de baixo número de pessoas com qualificação superior, contribui fortemente para o impacto educacional, social e econômico, visto que direciona os esforços para incentivar a participação de mais pessoas e oportuniza mais ainda o acesso ao ensino superior.

A partir dessa consideração, fica claro que quase a totalidade dos municípios cearenses possui menos de 3% da sua população formada com graduação e quase que mínimo o contingente de pós-graduados.

Portanto, ao que foi explanado em relação ao indicador da educação, tangenciando na perspectiva do ensino a distância por meio da oferta de cursos no programa UAB, torna-se imprescindível para uma melhor avaliação e direcionamento do impacto e alcance espacial da aplicabilidade da política pública ora estudada.

E para alinhar às questões do indicador educacional, o indicador da economia é direcionado para a perspectiva deste trabalho como forma de contribuição na análise da política pública de ensino a distância para acesso a educação superior.

A conclusão da terceira etapa resultou nos seguintes objetivos alcançados:

- d) Responder ao público alcançado pelos cursos de graduação na modalidade EAD, as instituições localizadas e repercussão da referida política pública no Estado;
- e) Analisar de forma qualitativa a expansão dos polos e os municípios atendidos com menor ou maior atividades das UABs;
- f) Criar um modelo de dados metodológico para identificar o alcance do referido ensino com mapeamento das informações nos municípios do Estado do Ceará.

7.3.2 Análise integrada de dados da Economia

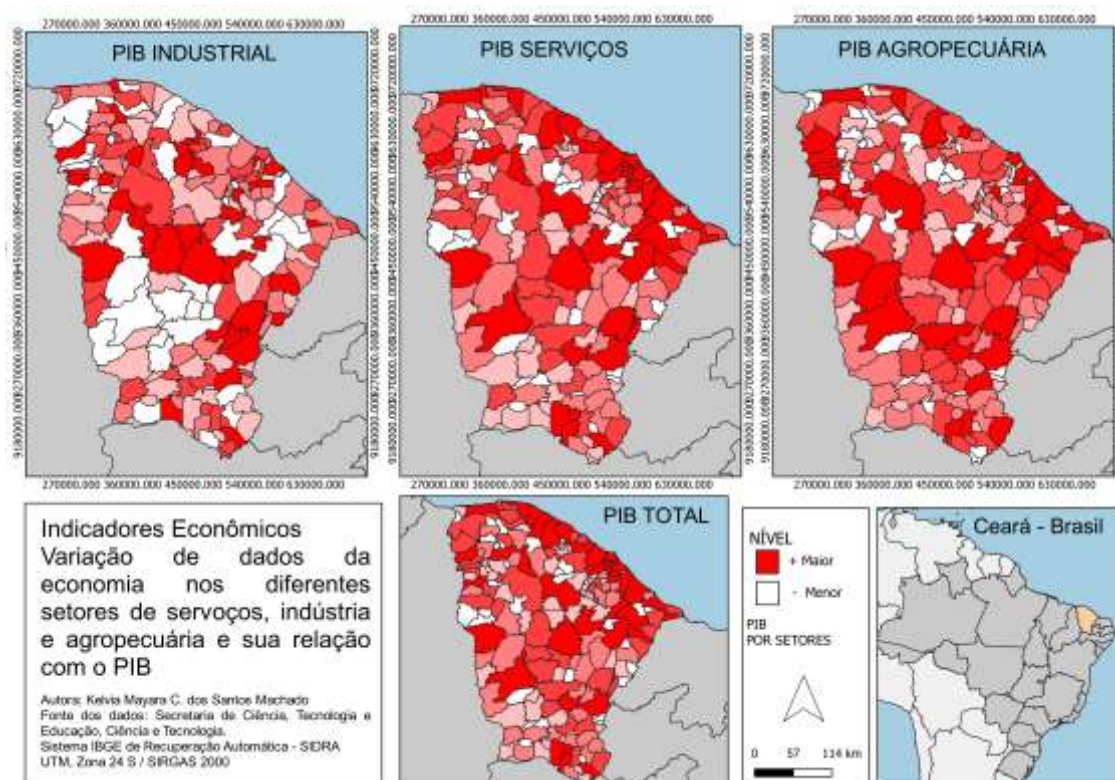
Dando continuidade para análise do próximo indicador, a construção de dados por meio de indicador da economia é compreender as repercussões desse indicador, analisando a distribuição dessas características nos municípios cearense de forma abrangente alinhada as principais necessidades voltadas para o setor econômico.

Para tanto, projetando às contribuições nesta perspectiva em relação aos municípios que possuem polos da Universidade Aberta do Brasil das instituições públicas, inclusive da UFC, assim como, nos municípios adjacentes, objetivando a análise do ensino a

distância na perspectiva das necessidades locais no que se refere ao setor econômico predominante.

Como primeiro indicador da economia, compreende-se o mapeamento da produção por setores da economia, dividindo-se por Produto Interno Bruto - PIB setorial. Consoante o exposto, divide-se por PIB setorial industrial, PIB setorial de serviços e PIB setorial da agropecuária e, ao final, a apresentação da totalidade de todos os setores econômicos no Estado, conforme demonstrado na figura 15:

Figura 15 - Indicadores Econômicos



Fonte: Autora, 2024

Registra-se na figura 15 a distribuição geográfica da produção por setores da economia no Estado do Ceará, compreendendo que, quanto maior a coloração em vermelho, maior a incidência de um setor da economia predominante em determinada região, ou a sobreposição de mais de um setor por localidade.

No que concerne à distribuição espacial por PIB na Indústria, é evidente uma maior incidência industrial na região Metropolitana de Fortaleza, ocorrências na mesorregião Noroeste de Sobral, Mesorregião do sertão cearense de Quixeramobim, o Médio Jaguaribe e Centro- Sul Cearense. Demais localidades há uma média incidência ou quase nenhuma ocorrência de distribuição espacial por PIB na Indústria que são os casos da Mesorregião do

Serão do Inhamuns, uma parte no Baixo Jaguaribe, e Noroeste Cearense em Granja e Viçosa do Ceará.

Para o PIB setorial de Serviços, a distribuição desse indicador é quase em sua totalidade no Estado do Ceará, evidenciando média e alto nível na maior parte da espacialização.

Dessa forma, a pouco ou nenhuma incidência nas áreas com destaques nas seguintes localidades, por exemplo: Noroeste Cearense (Martinópole, Senador Sá, Moraújo, Poranga, Miraíma, Catunda), Norte Cearense (Tejuçuoca, General Sampaio, Paramoti, Aratuba, Mulungu, Guaramiranga), Mesorregião do Jaguaribe (Potiretama, Ererê, Palhano, Ibicuitinga, São João do Jaguaribe), Sertões Cearenses (Ipaporanga, Ararendá, Arneiroz, Deputado Irapuan Pinheiro), Centro- Sul Cearense (Umari, Baixio, Tarrafas, Antonina do Norte) e Sul Cearense (Abaiara, Potengi, Granjeiro)

E para o PIB setorial da Agropecuária, há ocorrência de nível médio e alto para esse indicador econômico quase na totalidade dos municípios cearenses. A pouco ou nenhuma incidência são destaques nas seguintes localidades, por exemplo: Noroeste Cearense (Barroquinha, Chaval, Jijoca de Jericoacoara, Martinópole, Senador Sá, Morrinhos, Miraíma, Alcântaras, Meruoca, Frecheirinha, Mucambo, Pacujá, Graça, Groaíras), Norte Cearense (Tejuçuoca, General Sampaio, Apuiarés, Acarape), Região Metropolitana de Fortaleza (Itaitinga, Guaramiranga), Sertões Cearenses (Nova Russas, Ararendá, Arneiroz, Choró), Centro- Sul Cearense (Umari, Baixio, Antonina do Norte), e Sul Cearense (Penaforte, Jati, Nova Olinda, Granjeiro, Altaneira).

No PIB Total fica demonstrado a distribuição geral nos três setores da economia no espaço geográfico cearense, revelando quais as localidades com maior ou menor ou nenhuma incidência de setor econômico.

Por meio da composição das características dos setores econômicos de cada município é possível entender a importância desse indicador para a oferta educacional, principalmente voltada para as questões do Ensino a Distância, através dos cursos de graduação no programa Universidade Aberta do Brasil-UAB, inclusive nos cursos da UFC, possibilitando a identificação de nichos educacionais e compreendendo o perfil populacional para aplicabilidade de políticas públicas educacionais.

A realização e os impactos dessa análise podem resultar nos seguintes direcionamentos: o entendimento dos setores econômicos de cada localidade permite que cursos de instituições de nível superior ofertados pelo sistema UAB sejam mais direcionados para o campo de maior solicitação de mão de obra de determinada região, preparando

profissionais atuantes e direcionados. Ou seja, alinhamento da oferta e demanda local, melhorando a empregabilidade no sentido de formar profissionais capacitados para atendimento das necessidades locais.

Em consequência desse alinhamento de oferta e demanda, com o desenvolvimento e expansão da educação que contribuem para o fortalecimento regional, há uma maior expectativa de crescimento da economia local/ regional por meio de inserção de polos da UAB de cursos na modalidade EAD de graduação, das instituições de ensino superior participantes do programa UAB, aqui inseridos também os cursos da UFC que estejam mais direcionados com as respectivas necessidades.

Além disso, o desenvolvimento de novos cursos pode incentivar o desenvolvimento de outros setores da economia, contribuindo para amplificação e diversificação econômica local.

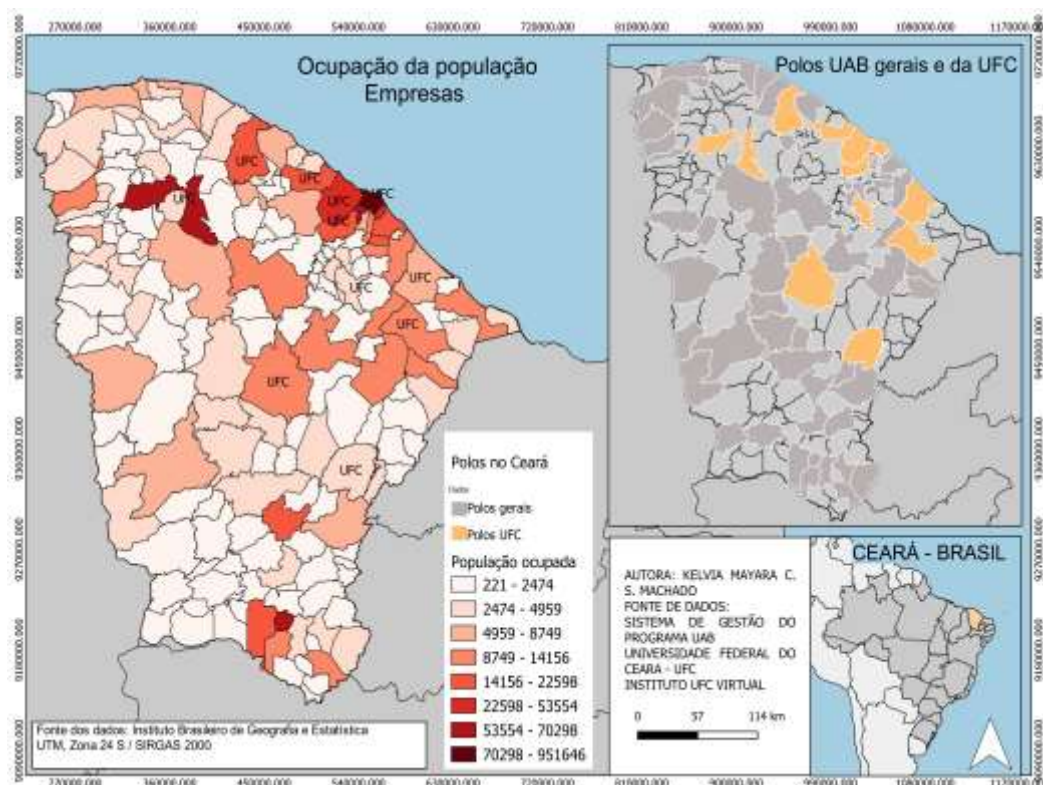
Vale ressaltar que é relevante a abordagem sobre o desenvolvimento educacional atrelado ao econômico local por parte da gestão pública, cujo sentido é permitir que por meio dessa análise, cada município possa analisar e priorizar os investimentos educacionais em benefício da comunidade, reduzindo as disparidades regionais/ locais e elevando a melhoria do índice de desenvolvimento humano municipal.

Portanto, a análise da contribuição desse indicador reflete, não somente proporcionar acesso mais democrático ao ensino superior em números de atendimento, mas identificar qual o setor de influência dos municípios e a necessidade de formação de pessoas nas respectivas áreas. Aliado a isso, as demandas da comunidade buscam atender aos principais anseios com a finalidade de atingir o crescimento e desenvolvimento local comunitário.

Outra análise para contribuição da política pública educacional do ensino a distância na oferta de cursos nos polos UAB é o levantamento e mapeamento do número da população em situação de ocupação/empregabilidade espacializadas nos mais diversos municípios cearenses.

A partir da figura 16, representa a distribuição espacial da ocupação da população nas empresas, e a análise que essa perspectiva é essencial no que tange ao desenvolvimento econômico e social das localidades por meio da aplicabilidade de políticas públicas educacionais.

Figura 16 - Ocupação da população nas empresas



Fonte: Autora, 2024.

Registrou-se que as maiores concentrações de empregabilidade populacional na mesorregião Metropolitana de Fortaleza, mesorregião noroeste do Estado, principalmente voltada para o município de Sobral, parte na mesorregião sul, mais direcionado para os municípios de Crato, Barbalha e Juazeiro do Norte, mesorregião centro-sul com destaque para o município de Iguatu, quase em toda totalidade na mesorregião do Jaguaribe, mais precisamente no Baixo Jaguaribe (Morada Nova, Limoeiro do Norte, Russas), Litoral do Aracati, e mesorregião dos Sertões Cearenses, destacando os municípios de Quixadá e Quixeramobim.

Face ao exposto, é possível identificar quais áreas com maior necessidade de direcionamento de políticas educacionais mais voltadas para inserção ao mercado de trabalho nas respectivas áreas, atrelando ao disposto na figura 15 de Indicadores econômicos, revelando os setores com mais demanda para inserção de profissionais com formação acadêmica atuando dentro das organizações.

É fundamental a referida análise, principalmente, no contexto de expansão e democratização do acesso ao ensino superior, sobretudo no cenário de oferta de cursos EAD

nos polos UAB no estado do Ceará, inclusive no panorama dos cursos EAD da UFC inseridos ao programa da Universidade Aberta do Brasil.

Dentre as principais motivações para a compreensão dos dados acima, direciona para a oferta de cursos na modalidade EAD nas instituições de ensino superior para as necessidades do mercado de trabalho, aumentando as chances de empresas locais na contratação de profissionais qualificados com formação acadêmica, atendendo aos objetivos pessoais e profissionais e fortalecendo o desenvolvimento local.

Com base na análise das ocupações populacionais, é possível planejar a oferta de cursos EAD dos polos UAB e alocar mais recursos públicos com objetivo de aumentar o impacto e o alcance dessa política públicas nas mais diversas localidades com pouco destaque de ocupação.

Vale ressaltar que, não é só em benefício da empresa local, mas é uma conjuntura maior de realização pessoal e profissional daqueles que, principalmente, tem dificuldade de acessar a cursos na modalidade presencial, justificando, especialmente, pela rotina de trabalho, oferecendo maior flexibilidade e autonomia de estudo e permitindo a qualificação necessária.

A partir da análise do indicador da economia, foi evidenciada a importância do levantamento dos referidos dados como meio de indicar a relação entre a necessidade e aplicabilidade de políticas públicas de acesso ao ensino superior, principalmente, voltada para a educação a distância nos mais diversas municípios.

Portanto, a análise das políticas pública de educação à distância nos polos UAB, inclusive da UFC por meio de indicadores econômicos, versa pelo benefício comunitário, crescimento regional/local cujo objetivo é a construção de melhor alinhamento entre as demandas educacionais, econômicos e sociais direcionadas para a população.

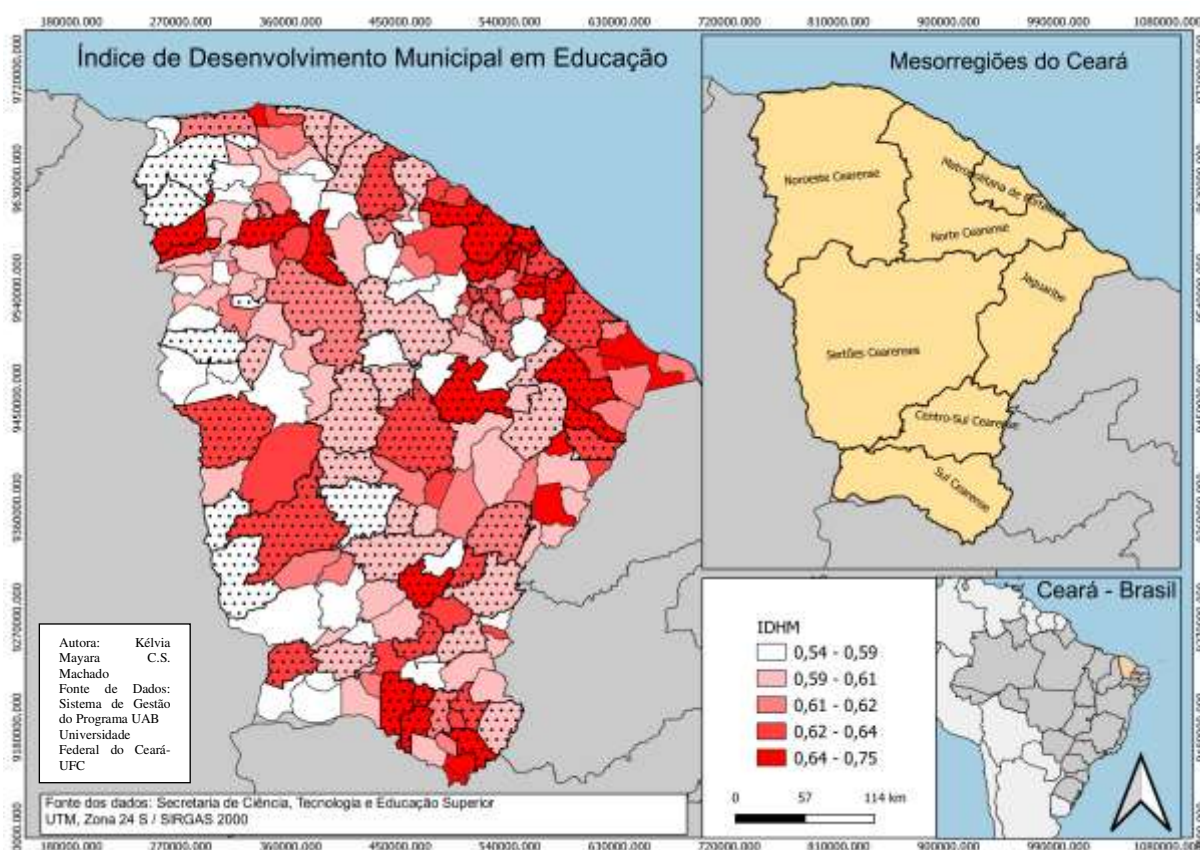
E para alinhar às questões do indicador educacional, o indicador da economia é direcionado para a perspectiva deste trabalho como forma de contribuição na análise da política pública de ensino a distância para acesso a educação superior.

E para alinhar às questões do indicador educacional e econômico, o indicador da social é direcionado para a perspectiva deste trabalho como forma de contribuição na análise da política pública de ensino a distância para acesso a educação superior.

7.3.3 Análise integrada de dados sociais

Analisar os indicadores sociais torna-se crucial no sentido de visualizar a aplicabilidade e o desenvolvimento de políticas públicas sociais nas regiões. Portanto, abaixo segue o levantamento do Índice de Desenvolvimento Municipal Educacional dos municípios do Ceará.

Figura 17 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em educação no Ceará



Fonte: Autora (2024)

Vale lembrar que o IDHM –Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é um indicador que realiza a medição do desenvolvimento humano para cada município, aferindo, dentre seus medidores, a educação, saúde e renda populacional. A base dessa medição é calculada por meio da variável de 0 a 1, compreendendo que, quanto mais o valor se aproxima do número 1, é melhor o desenvolvimento humano populacional.

A figura 17 mostra a demarcação por mesorregião do Estado como forma de analisar a distribuição de baixos e altos índices de IDHM em educação nos municípios cearense.

Dentre as principais motivações para analisar a distribuição do IDHM em educação dos municípios, encontram-se os seguintes pontos: É possível localizar quais municípios necessitam de mais aplicabilidade de políticas educacionais, tornando-se prioridades para os gestores públicos.

A inserção de polos UAB torna-se crucial à medida que oferece mais oportunidades para o público dessas localidades, elevando a escolaridade e conseqüentemente, melhorando o índice educacional. No tocante à UFC, a universidade pode expandir seu alcance para essas localidades com baixa e nenhum polo UAB como forma de expandir, alcançar e democratizar o acesso à educação superior.

O próximo ponto que pode ser destacado é em relação ao gerenciamento dessas informações pelos gestores públicos. Por meio da referida análise, é possível planejar, de forma estratégica, a inserção de novos polos ou ampliação desses, assim como verificando quais as reais necessidades locais, redirecionando melhor os recursos a serem aplicados. Ou seja, o monitoramento dessas informações auxilia no real impacto do EAD e o atendimento dessa política pública educacional para a população.

Consoante ao exposto verifica-se, então, que a figura 17 demonstra o resultado da distribuição espacial do IDHM em educação para cada município cearense, em relação a espacialização de todos os registros de polos UAB. De acordo com ilustração, quanto maior a tonalidade em vermelho, maior é o registro do índice do IDHM educacional.

Nota-se que há um maior registro de municípios com médio e baixo IDHM educacional em áreas com nenhum ou quase nenhum aplicabilidade de política pública educacional local, voltada principalmente para a inserção dos polos UAB.

O Estado do Ceará possui apenas 6 polos da UAB localizados em municípios com baixo IDHM em educação, todos com apenas um polo. São os municípios de Granja, Viçosa do Ceará, Ipuéiras, Parambu, Quiterinópolis e Mombaça. Os demais municípios estão localizados em nível alto ou muito alto.

Por esse motivo, fica evidenciado que as áreas da figura 17 sem polos da UAB possuem carência em instituições de ensino superior, pois as universidades que gerenciam os polos (UVA, UECE, UFC, UNILAB, URCA) não possuem nenhum campus universitário nessas áreas. Além disso, existem poucos campi do Instituto Federal do Ceará - IFCE, que não atendem a todos os vazios geográficos, estando concentradas em áreas que já possuem instituição de ensino superior e polo UAB.

É crucial a análise de indicadores educacionais com o desenvolvimento educacional da população, com objetivo de identificar quais os municípios/ localidades

carecem de maior implementação de políticas públicas educacionais, principalmente voltadas para inserção de polos UAB, para promoção do desenvolvimento humano, empregabilidade e qualidade de vida por meio da transformação educacional.

Portanto, é importante uma atenção especial para as localidades com nenhuma aplicabilidade de políticas públicas educacionais, principalmente voltadas para o acesso à educação superior pública.

São áreas que requerem a promoção, desenvolvimento e inclusão educacional para o enfrentamento diante das desigualdades de acesso educacional, e, portanto, contribuindo para o fortalecimento e crescimento regional, pois, quanto maior acesso educacional, maior será o grau de desenvolvimento de uma determinada localidade, e melhorando a qualidade de formação educacional e a qualidade de vida das pessoas.

Outro levantamento importante para análise do indicador social no que tange a relação de aplicabilidade de políticas educacionais relaciona-se a distribuição espacial dos tipos de empresas existente de cada localidade. É importante compreender esse aspecto cujo objetivo é levantar as reais demandas que mais se apresentam.

A distribuição das empresas está dividida por empresas na área da informação e comunicação, seguida das empresas nas áreas de atividades profissionais, científicas e técnicas e empresas voltadas para o setor educacional.

Vale ressaltar que quanto maior o quantitativo de empresas, melhor será o nível encontrado de cada setor empresarial levantado. Ao passo que, os menores ou nenhum registro verificam-se na legenda de acordo com a numeração no mapa (Figura 18).

Na figura 18 apresentar a distribuição espacial das empresas pelos principais setores identificados em cada município, assim como, o PIB total investido em administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social.

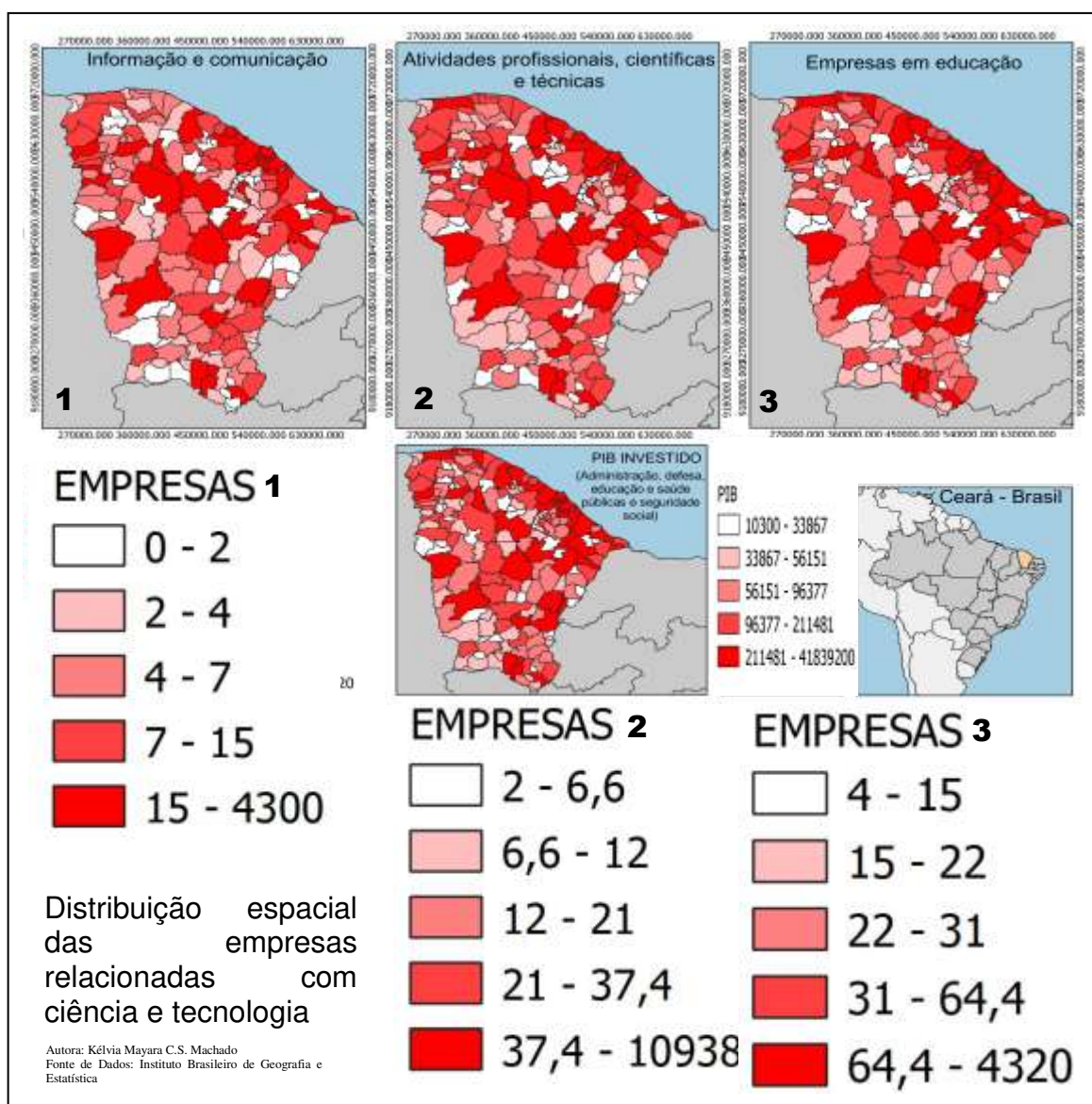
A partir da referida análise, é possível identificar que existem setores econômicos que influenciam diretamente no contexto social do município. Buscando assim, orientar o desenvolvimento econômico e social local pelos referidos ramos setoriais, portanto, alicerçando as políticas educacionais para direcionar as necessidades profissionais, técnicas e de condições de atendimento para a comunidade.

A partir do discorrido, cabe a linha de pensamento de que se o município tem poucas empresas na referida área de ciência e tecnologia, é diretamente proporcional às baixas condições desse local no contexto estrutural de atender o supracitado ramo.

Por sua vez, a política pública de ensino a distância por meio do programa UAB é uma área educacional que muitas vezes gira em torno desses ramos (ciência e tecnologia).

Nesse sentido, a relação da quantidade de empresas que tem no município com ramos da ciência e tecnologia, possui relação com a própria UAB que utiliza os recursos tecnológicos, por exemplo, necessita que determinando município tenha acesso à internet, a aparelho computacional como condição para o acesso a tecnologia.

Figura 18 - Distribuição espacial das empresas relacionadas com ciência e tecnologia.



Fonte: Autora, 2024.

Os municípios com pouco levantamento de empresas no ramo de ciência e tecnologia devem ser priorizados para o direcionamento de recurso como foco para o desenvolvimento social e econômico local.

Além disso, é importante o atendimento de demandas necessárias e urgentes com objetivo de melhorias desses locais, por exemplo, a capacitação de profissionais para atuação nos referidos ramos a partir da aplicabilidade de política pública educacionais, principalmente voltadas para o EAD, focando no alcance e expansão maior do atendimento educacional para suprir as necessidades locais e comunitárias.

Nesse aspecto, as condições dos municípios de suporte ao sistema UAB estão em comparativo ao número de empresas no setor de ciência e tecnologia. No entanto, essas informações demonstram necessidade de fortalecer esse setor para melhoria de recursos em ciências e tecnologia nos municípios.

Na ilustração com mapa 1 na figura 18, o levantamento de empresas nas áreas de informação e comunicação, apresenta a seguinte situação: na variação de 0 a 7 demonstra baixa ou falta de acesso ou condições de suporte ao serviços e necessidades de melhorias. O exemplo de alguns municípios com essa perspectiva: Araripe, Santana do Cariri, Aiuaba, Deputado Irapuan Pinheiro Arneiroz, Penaforte, Jati, Milhã, Porteiras, Abaiara, Chaval, Martinópole, Uruoca, Moraújo, Catunda, Poranga, Ararendá, Choró, Itapiuna, Fortim, Palhano e Itaiçaba, dentre outros com baixa demarcação.

Em contrapartida, o maior grau de levantamento foi delimitado entre 15 a 4300 empresas registradas nessa área setorial. O exemplo de alguns municípios: na totalidade da Região Metropolitana de Fortaleza, Quixadá, Quixeramobim, Tauá, Crateús, Russas Limoeiro do Norte, Granja, Viçosa do Ceará, Tianguá, Crato, Barbalha, Juazeiro do Norte, Santa Quitéria, Canindé, dentre outros com alta demarcação.

Na ilustração do mapa 2, figura 18, referente às empresas no ramo de atividades profissionais, científicas e técnica, apresenta a seguinte situação: na representação dos níveis entre 2 a 21 apresenta baixa representatividade de empresas nesse ramos em municípios com respectivo levantamento, dentre os quais estão os municípios de Salitre, Santana do Cariri, Deputado Irapuan Pinheiro, Quiterianópolis, Porteira, Abaiara, Potiretama, Ererê, Palhano, Itaiçaba, Tejuçuoca, Paramoti, Apuiarés, General Sampaio, Graça, Mucambo, dentre outros com baixa demarcação.

Por outro lado, foi encontrado o grande número entre 37 a 10938 empresas identificadas na referida área. O exemplo de alguns municípios com os maiores registros foram: na totalidade da Região Metropolitana de Fortaleza, Quixeramobim, Quixadá, Tauá, Santa Quitéria, Canindé, Crato, Barbalha Juazeiro do Norte, Jaguaribe, Morada Nova, Limoeiro do Norte, Russas, Aracati, dentre outros com alta demarcação.

Na ilustração do mapa 3, figura 18, representa as empresas com registro de atuação nas áreas em educação, contabilizando os menores número com valores entre 4 a 31, com baixa representatividade de empresas nesse ramos em municípios com respectivos levantamento: Potiretama, Ererê, Arneiroz, Catunda, Saboeiro, Aiuaba, Miraíma, Deputado Irapuan Pinheiro, Milhã, Senador Sá, Martinópolis, Palhano, Itaiçaba, Ibareta, Ibicuitinga, dentre outros com baixa demarcação.

Contudo, foi encontrado o grande número total de 64 a 4320 empresas em área educacional. Dentre os quais se têm alguns exemplos: na totalidade da Região Metropolitana de Fortaleza, Quixadá, Quixeramobim, Crato, Barbalha, Juazeiro do Norte, Crateús, Tauá, Russas, Morada Nova, Limoeiro do Norte, Tianguá, Viçosa do Ceará, Santa Quitéria, Canindé, dentre outros com alta demarcação.

Para além do que foi apresentado, encontra-se o mapa 4 (Figura 18) com a totalidade do PIB investido por cada município no que concerne às seguintes áreas: administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social. Informações essenciais para compreender todo o desempenho econômico e social de cada localidade com objetivo de destinar quais as áreas com maiores necessidades de aplicação de políticas públicas, em especial, as políticas educacionais.

Conforme o que foi apresentado, é possível observar algumas localidades com baixa aplicabilidade do PIB, demonstrando pouco investimento em municípios nas demarcações a partir de 10300 se em comparação aos municípios com altos índices de até 41839200. O investimento em questões sociais, como demonstrado no mapa, evidencia a necessidade de alguns municípios para receber infraestrutura e distribuição de recursos como forma de ampliar o desenvolvimento local.

Portanto, relacionar a ciência e tecnologia com os investimentos em demandas sociais de educação e setores relacionados, torna-se fundamental a medida que essa conexão fortalece e viabiliza o desenvolvimento econômico social e comunitário de uma determinada localidade, promovendo qualidade de vida da população, capacitando profissionais e almejando a redução das desigualdades sociais.

Após conclusão desta etapa, foram alcançados os seguintes objetivos:

- a) Responder ao público alcançado pelos cursos de graduação na modalidade EAD, as instituições localizadas e repercussão da referida política pública no Estado;
- b) Analisar de formar qualitativa a expansão dos polos e os municípios atendidos com menor ou maior atividade das UABs;
- c) Criar um modelo de dados metodológico para identificar o alcance do referido

ensino com mapeamento das informações nos municípios do Estado do Ceará.

7.4 Etapa 4: Metodologia de escolha de áreas para implementação e desenvolvimento do ensino EAD e das UABs no Ceará.

Ao analisar de forma integrada a interiorização e expansão dos polos da política educacional UAB e sua relação com a democratização no espaço geográfico cearense, deve-se relacionar os dados dos municípios cearenses que recebem polos educacionais com as informações dos vazios geográficos que não apresentam nenhum acesso estatal e formal de educação superior.

Para tanto, buscou evidenciar as áreas do Estado que possuem demandas em educação, em desenvolvimento social e econômico para receber cursos que atendam as demandas para melhor crescimento dos municípios cearenses.

Um dos principais objetivos dessa política pública de educação tecnológica é levar educação superior para além das capitais e centros urbanos, ou seja, é permitir que estudantes de localidades mais distantes ou rurais tenham as mesmas oportunidades. É evidente a importância de expandir e criar novos polos UAB de atuação nas localidades que mais necessitam do acesso educacional.

Os impactos dessa política pública convergem desde o aumento do acesso pela população aos cursos nos polos EAD no ensino superior, impactando, principalmente, localidades com baixa cobertura de acesso educacional, ao desenvolvimento econômico, social e comunitário, tanto para os municípios que se encontram com polos ativos, como para aqueles municípios que estão fora da cobertura educacional, a partir da inserção de polos UAB.

Outro ponto de relevância quanto aos impactos, é direcionada, principalmente, para os cursos dos polos UAB voltados para modalidade de formação de professores, sem esquecer a oferta de cursos virtuais que estejam alinhadas com as demandas locais.

Vale ressaltar que, em conformidade aos objetivos do sistema UAB, destaca-se o seguinte art. 1º, inciso I, discorrendo que essa política pública deve “oferecer, prioritariamente, cursos de licenciaturas e de formação inicial e continuada de professores da educação básica” Brasil (2006). Em vista disso, é elevar o grau mais ainda de importância para formação de professores, pois, além de ser a base para todas as outras profissões, é a partir dela que se podem atender demandas na educação básica escolar, na preparação de alunos para formação continuada.

Portanto, a expansão dessa política pública pela universidade possibilita que a instituição chegue mais e mais aos municípios, e contribuindo para diminuição do “vazio geográfico educacional”.

Para coadunar com o processo de interiorização e expansão dos polos UAB no Ceará, destacam-se os desafios das questões logísticas, tecnológicos e estruturais, por exemplo, disponibilidade de internet, espaços físicos, profissionais para atendimento. Na ocasião, é tecer uma crítica a falta ou a pouca estruturação de municípios, e destacando que é uma questão que deve ser levantada no sentido fortalecer as bases institucionais.

É evidente que existem muitos municípios aquém nos três indicadores levantados, direcionando em sua maior parte também pela pouca inserção de políticas públicas educacionais, em especial, ao acesso educacional superior.

Nesse caminho, a figura 19 demonstra a relação entre os dados já evidenciados e discutidos nos tópicos anteriores em conjunto com informações espaciais integradas, destacando as áreas do estado com os vazios geográficos de política pública UAB.

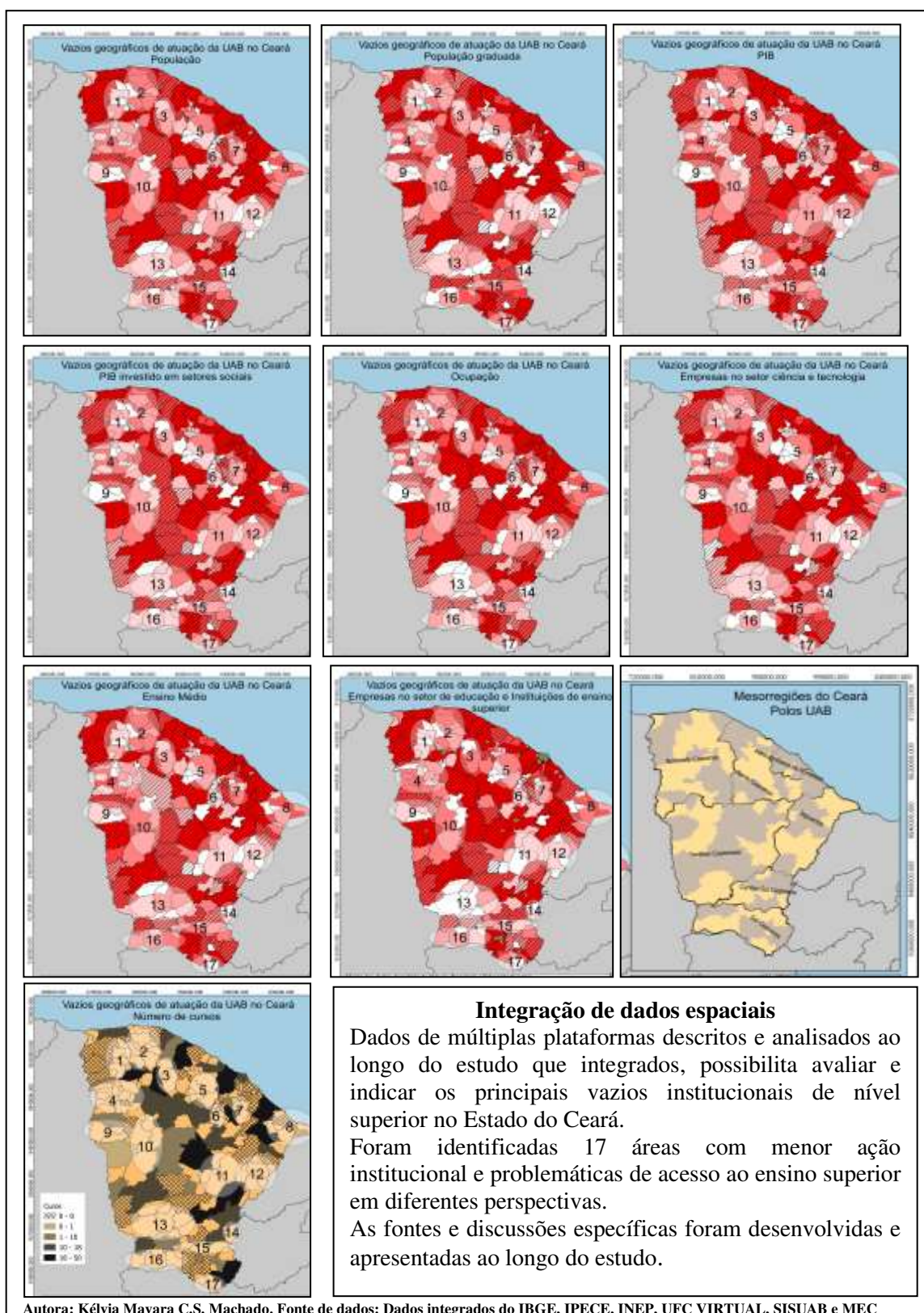
Nesse contexto, cada área com vazio foi demarcada nos setores 1 a 17 com o propósito de identificação dos indicadores que evidenciam os vazios geográficos de atuação da UAB no Ceará.

Foram resgatados os dados sistematizados ao longo da pesquisa, para tanto, foram integrados respectivamente, o nível demográfico populacional, população com graduação, o PIB, o PIB investido nos setores social, à ocupação populacional, às empresas no setor de ciência e tecnologia, o público do Ensino Médio, em relação às empresas no setor educacional e as instituições de ensino superior, por fim, em relação à distribuição do número de cursos. Para alinhar as informações, tem-se o mapa com a divisão por Mesorregião do Ceará polos (Figura 19).

Após análise, foi possível verificar, pelo menos sete setores apresentam os piores resultados dentre todo o conjunto das informações espaciais integradas, destacando as áreas dos vazios geográficos em cada mesorregião, são eles os setores 1,5, 9, 12,13, 14, 17 (Figura 19).

A identificação dos vazios geográficos permitiu ampliar as visões estratégicas de expansão e interiorização da política pública de Educação a Distância, respectivamente: direcionamento dos objetivos da política públicas para as áreas com maiores necessidades de inserção educacional; alocação de mais recursos para manutenção de polos UAB já existentes, assim como, planejamento, investimento e distribuição de recursos para estabelecimento de mais polos e novos cursos que atendam as demandas comunitárias.

Figura 19 – Produto da análise espacial integrada dos vazios geográficos UAB



A pesquisa possibilitou analisar onde aplicar e ampliar recursos para dar acesso ao ensino superior em regiões mais remotas dos centros urbanos e/ou das instituições de ensino superiores já existentes e, ao final, permitindo fortalecer o crescimento e desenvolvimento socioeconômico regional, impactando diretamente a comunidade local a partir da inserção da política educacional.

Vale ressaltar que a base conceitual a respeito da territorialização educacional, atrelada a espacialização da política de EAD no ensino superior público baseou-se e fortaleceu-se na ideia de reconhecer e adaptar-se às particularidades de cada município, em termos geográficos, sociais, econômicos e educacionais, observando o reflexo e consequência dessa espacialização.

A partir disso, permitindo desenvolver estratégias mais direcionadas para garantir adequada implementação da referida política pública, adaptando-se as diferentes realidades territoriais, atendendo às particularidades de cada região.

Ao final, promovendo a ideia de inclusão do acesso ao ensino superior público, reduzindo as desigualdades, promover a qualidade educacional, assegurando, então, que as barreiras geográficas sejam superadas como forma de alcançar mais ainda a democratização educacional superior.

Portanto, as informações espaciais integradas foram referenciadas por meio do georreferenciamento dos vazios geográficos no estado do Ceará, servindo como um produto que demonstra a aplicabilidade de política pública da Educação a Distância contribuindo para bases de pesquisas científicas, inclusive para as bases de dados da Universidade, através do levantamento, desenvolvimento técnico e estratégico na análise territorial.

Nesse caminho, a pesquisa apresenta um panorama das regiões que registram as maiores necessidades de inserção de políticas públicas educacionais, através do cruzamento de dados dos principais indicadores sociais, contribuindo, tanto no desenvolvimento institucional no que tange a universalização do ensino, como na visão valores e objetivos da UFC.

Nessa perspectiva, foram identificadas áreas no Ceará que estão a margem em múltiplos indicadores que evidenciam o distanciamento da expansão do ensino superior no interior do Estado com os vazios 1,5, 9, 12,13, 14, 17 que representam campos de atuação em aberto para melhor de desenvolvimento de políticas públicas educacionais (Figura 19).

Ademais, os resultados obtidos abrem caminho para aplicação da metodologia aqui desenvolvida, sem a pretensão de aprofundar os estudos nas individualidades de cada área

apresentada na figura 19, mas sim, é um produto que deve ser base para aplicação institucional, científica e em outros meios de pesquisa relacionados.

7.5 Considerações

Neste capítulo, foi possível analisar os dados apresentando a aplicabilidade do método cuja finalidade foi responder aos objetivos específicos e ao objetivo geral desta pesquisa. Vale ressaltar que o método foi devidamente aplicado em suas 4 etapas e ao final foi desenvolvido o produto da análise espacial integrada dos vazios geográficos UAB.

Próxima etapa será a conclusão e todas as referências trabalhadas durante o desenvolvimento desse trabalho.

8 CONCLUSÃO

A pesquisa demonstrou a relevância da política pública da Educação a Distância – EAD voltada para o escopo institucional das Instituições de Ensino Superior público com a finalidade de maior ampliação do acesso a educação superior, principalmente, focando para ampliação de acesso aos cursos de graduação da UFC na modalidade virtual participantes do programa de sistema de Universidade Aberta do Brasil – UAB.

Ao relacionar o tema da pesquisa com o objetivo geral, permite que se tenha um panorama mais amplo do impacto e contribuição da política pública de educação a distância na universidade, assim como, dimensionando a importância da referida política no estado do Ceará a partir do programa Sistema de Universidade Aberta do Brasil – SisUAB.

No decorrer da pesquisa, ficou evidenciada a relevância da inserção e expansão da Educação a Distância para as localidades que mais necessitam da aplicabilidade de políticas públicas educacionais voltadas para o acesso ao ensino superior, cujo objetivo principal é alcançar a transformação social comunitária, impactando diretamente através do estímulo ao desenvolvimento socioeconômico local.

Vale ressaltar que o modelo de educação a distância inserida no contexto de ensino superior, ainda, enfrenta uma série de resistências e desafios, se comparada ao modelo educacional presencial, dentre os quais, ressaltam-se a falta de adaptação e percepção de muitas pessoas em relação às novas tecnologias com métodos e metodologias apropriadas, ou seja, perpassando pelo letramento digital.

A pesquisa revelou ainda que existem desafios a serem superados, dentre eles, maior necessidade de investimento e direcionamento de recursos, criação de novos polos, infraestrutura, tecnologia e superação das resistências culturais com relação ao acesso e ampliação da Educação a Distância.

Em vista disso, é crucial superar essas resistências, especialmente, no que diz respeito ao pensamento sobre essa política pública, e lembrar que esse modelo de ensino está cada vez mais crescente, incluindo públicos e democratizando mais ainda o acesso educacional ao ensino superior.

Quanto aos objetivos específicos, foram alcançados, analisando a efetivação dessa política pública inserida na UFC, tratando os dados obtidos através da instituição UFC virtual para melhor retratar o número do público alcançado. A partir da revisão teórica, foram realizados estudos de forma qualitativa a respeito da Educação a Distância, assim como, alicerçada esse modelo no contexto institucional e demais regiões no estado do Ceará.

Para o estabelecimento de modelos geoespaciais na representação do alcance do ensino das UAB/UFC no espaço geográfico do Ceará e identificação das áreas do Estado do Ceará que necessitam e podem receber cursos de nível superior das UABs/UFC, foram realizados levantamentos de dados de instituições como INEP, IBGE, IPECE para corroborar com a produção dos mapeamentos na plataforma Qgis, de modo a produzir bases de dados que dão suporte ao objetivo geral da pesquisa.

Como um dos principais resultados obtidos, a partir da análise e modelagem de dados por meio de indicadores educacionais, econômicos e sociais, permitiu o desenvolvimento do produto da análise espacial integrada dos vazios geográficos UAB.

Identificando a realidade das áreas no estado do Ceará que demonstraram as maiores demandas no que tange a aplicabilidade de políticas públicas voltadas, principalmente, para o acesso a educação superior na modalidade virtual, possibilitando, dessa forma, a formulação de planejamento de ações para a expansão da oferta e melhoria da qualidade dessa modalidade de ensino no escopo institucional da UFC.

Assim, como aspectos positivos por meio do recorte, obteve-se uma análise geral da realidade dos municípios cearense no que se refere à aplicabilidade da política pública de EAD na realidade de acesso ao ensino superior públicos institucionais, inseridos aos contextos de organização e direcionamento de coleta de dados, análise e interpretação da realidade, permitindo que a pesquisa seguisse etapas lógicas e coerentes.

Além disso, entendimento desse trabalho é de forma ampla, e consubstanciada com aplicação metodológica e integração de dados geográficos, podem ser aplicadas em

outras escalas e ambientes, visto que se apresenta como metodologia reaplicável e flexível, possibilitando comparabilidades dos resultados esperados de cada realidade de estudos. Servindo, então, de referência para outras pesquisas nas áreas, contribuindo para o aprimoramento dessa política pública, assim como, os resultados podem auxiliar na formulação e aplicabilidade de políticas públicas.

A pesquisa é relevante para desenvolvimento de estudos técnicos com finalidade de ampliar o acesso ao ensino na perspectiva das universidades públicas. Vale ressaltar que é uma metodologia inovadora que pode ser aplicada e melhorada com os dados do censo demográfico de 2020 que não foi disponibilizado pelo IBGE no período de aplicação desse estudo.

O trabalho desenvolvido possibilita uma base para instituições de ensino, órgãos públicos e outros meios de pesquisa que buscam dar luz e melhorar as políticas de ensino no Brasil e, em específico, a UAB.

E, como recomendação para melhorias futuras no sentido de fortalecimento de cursos na modalidade virtual, diante dos principais desafios apontados, sugere-se estudos longitudinais cujo objetivo é acompanhar a evolução da EAD, principalmente, no escopo institucional do ensino superior público, seja em qualquer localidade como base de estudo.

REFERÊNCIA

- ALVES, J. R. M. A história da EaD no Brasil. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. (Org.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.
- ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, v. 10, 2011.
- APPOLINARIO, Fabio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, p. 7-10, 2003.
- ARRUDA, Eucídio Pimenta; ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta. Educação à distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. **Educação em revista**, v. 31, p. 321-338, 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELEDUCAÇÃO - **ABT**. Disponível em: <http://abt-br.org.br/conheca/>. Acesso em: 3 mar. de 2024.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Andes**. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?s=corte>. Acesso em: 20, mar. 2024.
- BARAÚNA, Silvana Malusá; ARRUDA, Eucídio Pimenta; ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta. Políticas Públicas em educação a distância: aspectos históricos e perspectivas no Brasil. **Revista Eletrônica PESQUISEDUCA**, v. 4, n. 8, p. 279-295, 2012.
- BARRETO, Hugo. Aprendizagem por televisão. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. (Org.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.
- BARROS, D.M.V. et al. **Educação a distância: desafios atuais**. Bauru: UNESP/FC, 2008.
- BEZERRA, Ana Clara Fernandes et al. **O interesse pelo ensino a distância-ead no associado ao panorama econômico brasileiro de 2013 a 2018**. 2019. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/32131/O%20INTERESSE%20PELO%20ENSINO%20A%20DIST%C3%82NCIA%20-%20EAD%20-%20ANAIS%20VII%20SIMEP%20ARTIGO%202019.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 mar. 2024.
- BIZZO, Nelio. Ensino de ciência e EAD. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. (Org.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.
- BORDIN, Francine Borges; DA SILVA BORGES, Alexandre. A legislação da educação a distância no Brasil. **Multidebates**, v. 6, n. 1, p. 10-20, 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951**. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Brasília, DF, 1951.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 7 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Brasília, DF, 1962. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4117.htm. Acesso em: 8 mar. 2024

BRASIL. Decreto nº 65.239, de 26 de setembro de 1969. Cria Estrutura Técnica e Administrativa para a elaboração do projeto de um Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais, incluindo rádio, Televisão e outros meios, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65239-26-setembro-1969-406622-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Cria%20Estrutura%20T%C3%A9cnica%20e%20Administrativa,meios%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em: 2 de março 2024.

BRASIL. Decreto nº 70.066, de 26 de janeiro de 1972. Dispõe sobre o Programa Nacional de Teleeducação (PRONTEL) e dá outras providências. Brasília, DF, 1972. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70066-26-janeiro-1972-418579-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Programa%20Nacional,PRONTEL\)%%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70066-26-janeiro-1972-418579-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Programa%20Nacional,PRONTEL)%%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em: 8 mar. 2024

BRASIL. Decreto nº 70.066, de 26 de janeiro de 1972. Dispõe sobre o Programa Nacional de Teleeducação (PRONTEL) e dá outras providências. Brasília, DF, 1972. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70066-26-janeiro-1972-418579-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Programa%20Nacional,PRONTEL\)%%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70066-26-janeiro-1972-418579-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Programa%20Nacional,PRONTEL)%%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em: 8 mar. 2024

BRASIL. Decreto nº 70.066, de 26 de janeiro de 1972. Dispõe sobre o Programa Nacional de Teleeducação (PRONTEL) e dá outras providências. Brasília, DF, 1972. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70066-26-janeiro-1972-418579-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Programa%20Nacional,PRONTEL\)%%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70066-26-janeiro-1972-418579-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Programa%20Nacional,PRONTEL)%%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em: 8 mar. 2024

BRASIL. Decreto nº 70.066, de 26 de janeiro de 1972. Dispõe sobre o Programa Nacional de Teleeducação (PRONTEL) e dá outras providências. Brasília, DF, 1972. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70066-26-janeiro-1972-418579-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Programa%20Nacional,PRONTEL\)%%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70066-26-janeiro-1972-418579-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Programa%20Nacional,PRONTEL)%%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em: 8 mar. 2024

BRASIL. Decreto nº 14.619 de março de 1993. Constitui Grupo de Trabalho para estudar a viabilidade e as implicações da criação da Fundação Universidade Regional do Distrito Federal — URB e da implantação da Universidade Aberta do Distrito Federal - UnAB/DF e dá outras providências. DF, 1993. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Decreto de 11 de janeiro de 1994. Criação, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, comissão encarregada de estudar e propor alternativas para a integração do Programa Nacional de Educação à Distância com os meios oficiais de comunicação, e dá outras providências. Brasília, DF, 1994. Disponível em:

https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1994/decreto-42439-11-janeiro-1994-578852-publicacaooriginal-101731-pe.html. Acesso em: 8 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº.9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB: Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2023.

BRASIL. Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. DF, 1998. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1998/decreto-2494-10-fevereiro-1998-397980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 7 mar. 2024

BRASIL. Decreto nº 2.561, de 27 de Abril de 1998. Altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. DF, 1998. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1998/decreto-2561-27-abril-1998-400794-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 mar. 2024

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de JANEIRO de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. DF, 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm> Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. Resolução n.º 1, de 3 de abril de 2001. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. DF, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/resolucao12001.pdf> . Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. Portaria nº 4.059, de 10 de Dezembro de 2004. Estabelecimento de critérios e exigências além da infraestrutura, corpo docente qualificado. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf > Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. Portaria nº 4.361, de 29 de Dezembro de 2004. Definiu os critérios para credenciamento e para credenciamento da IES para oferta de cursos superiores à distância. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/port_4361.pdf. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. Decreto nº5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 , que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm. Acesso em 20 julho 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.542, de 20 de Setembro de 2005. Institui o Projeto Cidadão Conectado - Computador para Todos, no âmbito do Programa de Inclusão Digital, e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=5542&ano=2005&ato=4a9ATVq5UMRpWT063>. Acesso em: 26 mar. 2024.

BRASIL. Decreto nº.5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil -UAB. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em 20 julho 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. DF, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Portaria Normativa nº2, de 10 de Janeiro de 2007. Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade à distância. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/pdi/port%20normativa%20n2%20de%2010%20de%20janeiro%20de%202007.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.385, de 8 de Dezembro de 2010**. Instituiu, no âmbito do Ministério da Saúde, o Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - UNASUS, com a finalidade de atender às necessidades de capacitação e educação permanente dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde - SUS, por meio do desenvolvimento da modalidade de educação a distância na área da saúde. DF, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7385.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto Nº 7.589, de 26 de Outubro de 2011**. Instituiu, no âmbito do Ministério da Educação, a Rede e-Tec Brasil com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País. DF, 2011. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2011/decreto-7589-26-outubro-2011-611701-publicacaooriginal-134063-pe.html>. Acesso em: 11 mar. 2024

BRASIL. Resolução nº 1, de 11 de Março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=35541-res-cne-ces-001-14032016-pdf&category_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em 26 abr. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 183, de 21 de Outubro de 2016**. Regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). DF, 2016. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=294>. Acesso em: 1 mai. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 2 de fevereiro de 2016**. Define Diretrizes Operacionais Nacionais para o credenciamento institucional e a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino. DF, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=33151-resolucao-ceb-n1-fevereiro-2016-pdf&category_slug=fevereiro-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 mar. 2024.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 2, de 19 de Abril de 2017**. Estabelece procedimentos de pagamento e parâmetros atinentes à concessão das bolsas UAB regulamentadas pela Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, e pela Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=3>. Acesso em: 26 mar. 2024.

BRASIL. Portaria nº 15, de 23 de Janeiro de 2017. Altera regulamento das diretrizes para a concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta (UAB). Disponível em: <https://cead.ufu.br/conteudo/portaria-n%C2%BA-15-de-23-de-janeiro-de-2017>. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 11, de 20 de Junho de 2017**. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2017-pdf/66441-pn-n11-2017-regulamentacao-ead-republicada-pdf/file>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.319, de 21 de Março de 2018**. Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital. DF, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9319.htm. Acesso em: 26 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.620 de 15 de Janeiro de 2018**. Institui o dia 27 de novembro como dia nacional de educação a distância. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13620&ano=2018&ato=54dUzaq1UeZpWT36b>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 218, de 24 de Setembro de 2018**. Regulamenta as diretrizes de admissibilidade de novos polos, permanência e desligamento dos polos no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=81> Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 102, de 10 de Maio de 2019**. Regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=1027>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 232, de 9 de Outubro de 2019**. Estabelece atribuições, forma de ingresso e parâmetros atinentes aos Coordenadores de Polo UAB e regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, e Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017 e pela Portaria CAPES nº 139 de 13 de julho de 2017. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=2622#anchor> . Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 70, de 5 de Junho de 2020**. Regulamenta o art. 8º da Portaria nº 90, de 24 de abril de 2019, estabelecendo as diretrizes para autorização de funcionamento e para a avaliação de permanência de Polos de Educação a Distância (polo EaD) para oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=4056>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.533, de 11 de Janeiro de 2023**. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm. Acesso em: 1 maio 2024.

BRASIL. **Lei Nº 14533, de 11 de Janeiro de 2023**. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. DF, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm. Acesso em: 1 mai. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 25 set. 2023.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Censo da Educação Superior 2022: Apresentação do Censo da educação superior 2022.

BRASIL. Lei nº 12.249, de 11 de Junho de 2010. Cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e demais providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12249.htm. Acesso em: 26 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 1.237, de 6 de setembro de 1994**. Criação, no âmbito da Administração Federal, sob a coordenação do Ministério da Educação e do Desporto, o Sistema Nacional de Educação à Distância - SINEAD, e dá outras providências. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1994/decreto-1237-6-setembro-1994-449637-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 8 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF., 26 jun 2014. disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 1 de mar. 2024.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 2017. disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 20 jan. 2024.

BURCI, Taissa Vieira Lozano et al. Educação a Distância: o uso das tecnologias como instrumento de inclusão educacional e social. In: **Colloquium Humanarum**. ISSN: 1809-8207. 2017. p. 46-51

CARMO, Hermano. **A institucionalização da UAb de Portugal e as suas metamorfoses**. 2010.

CARNEIRO, Antonio Lucio da Cunha. **A evasão no ensino semipresencial**: estudo de caso em um polo de apoio da UAB/UFC. 2010.

CASTRO FERNANDES, Joana. DO ENSINO A DISTÂNCIA AO ENSINO REMOTO DE EMERGÊNCIA: DESAFIOS DA TERMINOLOGIA PÓS-COVID19. **Polissema**, n. 21, 2021.

CHILGE, Gabriel Emigdio Cabrejos et al. Ensino Virtual a partir da abordagem da qualidade educacional. **Horizontes Revista de Investigación en Ciencias de la Educación**, v. 7, n. 28, p. 583-593, 2023.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA – CIEB: notas técnicas #17: Estratégias de aprendizagem remota (EAR): Características e diferenciação da educação a distância (EAD). Organização Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB). São Paulo: CIEB.2020. Disponível em: https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2020/05/CIEB_NotaTecnica17_MAIO2020_FINAL_web.pdf. Acesso em: 08 set. 2024.

OLIVEIRA, Nathan Peixoto et al. A Evolução da Universidade no Contexto do EaD e das TICs. In: **X Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção**. 2020. p. 1-14. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>. Acesso em: 08 mar. 2024

COSTA, Ana Paula Maia et al. A educação a distância no Brasil e no mundo: conceitos, história e outros apontamentos. **Revista Parajás**, v. 3, n. 1, p. 55-73, 2022.

COSTA, Carlos Eduardo de Mira. **Educação e crescimento econômico no Brasil: uma análise da relação entre investimento em educação e desenvolvimento econômico no país**. 2024.

COSTA, Maria Luisa Furlan. História e políticas públicas para o ensino superior a distância no Brasil: o programa Universidade Aberta do Brasil em questão. **Revista HISTEDBR Online**, v. 12, n. 45, p. 281-295, 2012.

CUNHA, Maria Isabel; BOLZAN, Doris Pires Vargar; ISAIA, Silvia Maria de Aguiar. Políticas da Educação Superior In: MOROSINI, Marília. **Enciclopédia Brasileira de Educação Superior–EBES (Volume 2)**. Editora da PUCRS, 2021.

COSTA, Adriano Ribeiro da. **A educação à distância no Brasil: concepções, histórico e bases legais**. 2017.

SILVA, Edna Lucia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. UFSC, Florianópolis, 4a. edição, v. 123, 2005.

SILVA, Italo Rômulo Costa da; CARVALHO, Antonia Dalva França. As gerações da Educação a Distância: olhares sobre a avaliação. **Conjecturas**, v. 22, n. 3, p. 507-527, 2022.

ANDRADE, Patrícia Maria Medeiros de. Ensino superior a distância: regulamentação e perspectivas no Brasil. **Revista Missioneira**, v. 23, n. 1, p. 5-13, 2021.

MOARIS, Nathália Ferreira Medeiros de, et al. Análise da satisfação dos estudantes sobre a modalidade de ensino em educação a distância do Centro Universitário Projeção–Distrito Federal–a partir da métrica NPS. **PROJEÇÃO E DOCÊNCIA**, v. 12, n. 2, p. 56-71, 2021.

MOARIS, Nathália Ferreira Medeiros de, et al. Análise da satisfação dos estudantes sobre a modalidade de ensino em educação a distância do Centro Universitário Projeção–Distrito Federal—a partir da métrica NPS. **PROJEÇÃO E DOCÊNCIA**, v. 12, n. 2, p. 56-71, 2021.

RODRIGUES, Elana Flávia de Sousa; ANDRIOLA, Wagner Bandeira. **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD):** Retrospectiva histórica do seu desenvolvimento no Brasil e no mundo. *Revista Eletrônica Acta Sapientia*, v. 8, n. 1, 2021.

SOUSA, Desiree Mata de et al. RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O ENSINO VIRTUAL NO CONTEXTO DE PANDEMIA NO CURSO DE MEDICINA. **Anais do Seminário de Atualização de Práticas Docentes**, v. 2, n. 2, 2020.

MARTINS, Carolina Savioli. **Metodologias inovadoras e imersão virtual para orientação prática de design instrucional**. 2021. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/53187>. Acesso em: 21, abr, 2024.

FERNANDES, Allysson Barbosa et al. REALIDADE VIRTUAL NO ENSINO SUPERIOR: TRANSFORMANDO A EXPERIÊNCIA ACADÊMICA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 3, p. 124-137, 2024.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade? **Revista Brasileira de Educação**. Jan. 2005.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: bem público, equidade e democratização. **Avaliação: revista da avaliação da educação superior** (Campinas), v. 18, p. 107-126, 2013.

DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. Educação e sociedade. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 27, p. 449-454, 2019. Disponível em: https://cead.ufu.br/system/files/conteudo/portaria_capes_no_15_de_23_de_janeiro_de_2017.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Enap). **Plano de Desenvolvimento Institucional da ENAP** (PDI). Disponível em: <https://www.enap.gov.br/pt/a-escola>. Acesso em: 21, mar, 2024.

ESTADO. **Decreto nº 14.619, de 02 de março de 1993**. Constitui Grupo de Trabalho para estudar a viabilidade e as implicações da criação da Fundação Universidade Regional do Distrito Federal — URB e da implantação da Universidade Aberta do Distrito Federal - UnAB/DF e dá outras providências. Brasília, DF, 1993. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=23702. Acesso em: 8 mar. 2024.

FÉLIX, Hellen Christine de Oliveira et al. **Democratização do ensino superior: um olhar na trajetória dos cursos de graduação, Campus I da UFPB, sob o enfoque da alteridade**. 2021.

FERREIRA, Djane Oliveira. **Educação a distância e tecnologias aplicadas a educação superior-um estudo de caso no CEAD**. 2024. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/47770>. Acesso em: 8 mar. 2024.

FERRUGINI, Lilian; SOUZA, Donizeti Leandro; SIQUEIRA Marcio; CASTRO, Cleber Carvalho. Educação a distância como política de inclusão: um estudo exploratório nos polos do sistema Universidade Aberta do Brasil em Minas Gerais. **Revista Gestão Universitária na América Latina** - GUAL, vol. 6, núm. 2, 2013, pp. 1-21.

FRANCO, Sérgio Roberto Kieling. Políticas da Educação Superior In: MOROSINI, Marília. **Enciclopédia Brasileira de Educação Superior** –EBES (Volume 1). Editora da PUCRS, 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GANGA, Gilberto Miller Devós. **Metodologia Científica e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) um guia prático de conteúdo e forma**. São Carlos: Coleção UAB–UFSCar, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOELZER, Sandy; SILVA, Rafaela; SOUSA, Jaqueline. Graduação em Geografia EAD da UFSM: Democratização do acesso à universidade e formação de professores no estado do Rio Grande do Sul. **Estrabão**, v. 4, p. 590-599, 2023.

GONÇALVES, Walter Domingos Borges. POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO. **REOC-Revista de Estudos em Organizações e Controladoria**, v. 2, p. 119-134, 2022.

GUERRA FILHO, Willis Santiago; CANTARINI, Paola; DE OLIVEIRA, Maria Lucia Paula. A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. **Revista de Direito da Administração Pública**, v. 1, n. 3, 2024.

HAESBAERT, Rogério. Ordenamento Territorial. **Boletim Goiano de Geografia**, v, 26. N, 1, 2006.

HAYASHI, Carmino; DOS SANTOS SOEIRA, Fernando; CUSTÓDIO, Fernanda Rodrigues. Análise sobre as Políticas Públicas na Educação a Distância no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 1, p. e87911667-e87911667, 2020.

HELLENIC OPEN UNIVERSITY. Disponível em: <https://www.eap.gr/en/> . Acesso em: 18 abr. 2024.

HÖFLING, Eloisa de. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, p. 30-41, 2001. Acesso em: 20 set. 2023.

HUMAN DEVELOPMENT REPORTS (UNDP). Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/country-insights#/ranks>. Acesso em: 22 mar.2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Países**. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22, mar, 2024.

INSTITUTO DE PESQUISAS AVANÇADAS EM EDUCAÇÃO. **Aprendizagem a distância**. Disponível em: <https://www.ipae.com.br/educadist.htm>. Acesso em: 3, mar. de 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>. Acesso em: 22 mar.2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Relatórios de Monitoramento do PNE**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/gestao-do-conhecimento-e-estudos-educacionais/estudos-educacionais/relatorios-de-monitoramento-do-pne>. Acesso em: 25 mar.2024.

INSTITUTO PADRE REUS. **Cursos**. Disponível em: <https://institutopadrereus.net/cursos-padre-reus/>. Acesso em: 04, mar. de 2024.

INTERCULTURAL OPEN UNIVERSITY FOUNDATION. Disponível em: <https://www.ioufoundation.org/about-iou-foundation/> . Acesso em: 18 Abr. 2024.

CAVALCANTE JÚNIOR, Florisvaldo Cunha; QUEIROZ NETO, Herrisson; SANTANA DOS SANTOS, Josaias. ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE OS ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 5, n. 1, 2021.

COSTA JÚNIOR, João Fernando Costa. A importância da educação como ferramenta para enfrentar os desafios da sociedade da informação e do conhecimento. **Convergências: estudos em Humanidades Digitais**, v. 1, n. 01, p. 127-144, 2023.

TOSCANO JÚNIOR, Saulo Araújo; CISNE, José Joaquim Neto. Existe Correlação entre os Gastos Públicos em Educação e os Indicadores Educacionais no Ceará?. **Inovação & Tecnologia Social**, v. 5, n. 12, p. 96-112, 2023.

KENSKI, Vani Moreira. Redes, Comunidades e Educação. In: SALES, Mary Valda Souza, (org.). **Tecnologias digitais, redes e educação: perspectivas contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2020. 157-164.

KIPNIS, Bernardo. Educação superior a distância no Brasil: tendências e perspectivas. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. (Org.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

KLEIN, Danieli Regina et al. Tecnologia na educação: evolução histórica e aplicação nos diferentes níveis de ensino. **Educere-Revista da Educação da UNIPAR**, v. 20, n. 2, 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. **Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade**. Projeto CNE/UNESCO-914BRZ1142. 3-produto

2, Brasília-DF, 2014. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16510-produto-01-estudo-analitico&category_slug=outubro-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 8 mar. 2024.

LOPES, Priscila Rodrigues. **UM ESTUDO DE CASO SOBRE A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL NO POLO DE MAURITI- CEARÁ: ELEMENTOS DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL, IMPLEMENTAÇÃO E RESULTADOS**. 2020. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

LOURENZO, Armando. Qual será o futuro da educação a distância?. **International Journal of Business Marketing**, v. 4, n. 2, p. 08-09, 2019.

MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta (Ed.). **A política pública como campo multidisciplinar**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2018.

MELLO, Lidiane Loureiro de. **Caminhos da integração entre Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) e a educação: um estudo acerca da formação inicial nos cursos de Letras Português e/ou Inglês das Universidades Federais dos estados da região sul**. 2023. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/7242>. Acesso em: 26 mar. 2024.

MILL, Daniel. Educação a Distância: cenários, dilemas e perspectivasDistance Education: scenarios, dilemmas and perspectives. **R. Educ. Públ.Cuiabá**, v. 25n. 59/2p. 432-454maio/ago. 2016

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI). **E-digital Ciclo 2022-2026**. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquiosestrategiadigital/e-digital_ciclo_2022-2026.pdf. Acesso em: 26 mar. 2024.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI). **Estratégia Brasileira para a Transformação Digital**. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/estrategia-digital>. Acesso em: 26 mar. 2024.

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS (MGI). **Inclusão Digital**. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/inclusao-digital>. Acesso em: 26 mar. 2024.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES (MCom). **Programa Banda Larga nas Escolas - PBLE**. Disponível em: <https://www.gov.br/anatel/pt-br/regulado/universalizacao/plano-banda-larga-nas-escolas>. Acesso em: 26 mar. 2024.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES (MCom). **Programa de Conectividade Rural**. Disponível em: <https://www.gov.br/anatel/pt-br/regulado/universalizacao/atendimento-rural>. Acesso em: 26 mar. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Reuni Digital, sobre o projeto. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/reunidigital/sobre-o-projeto>. Acesso em: 4 set. 2024.

MONTEIRO, Carolina Beatriz Lessa. **O QUE AS PAREDES PINTADAS TÊM A NOS DIZER**: ARTE URBANA, 2021. Disponível em: https://revistadesvioblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2021/03/artigo-4_carol-lessa.pdf. Acesso em: 23 mar. 2024.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson, 2007.

MORAES, R. C. C. Educação a Distância e efeitos em cadeia. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.140, p. 547-559, maio/ago. 2010.

MORETTO, Milena. **A educação a distância na contemporaneidade**: Perspectivas e impasses. Paco e Littera, 2022.

MOROSINI, Marília; Marilene Gabriel Dalla, CORTE. **Enciclopédia Brasileira de Educação Superior**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. (Org. 1)

MOTA JÚNIOR, Antônio de. **Políticas Públicas para a educação superior no Brasil**. 2016. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/172614/OK%20-%20102_00367%20-%20OK.pdf?sequence=1. Acesso em: 20, dez, 2023.

NUNES, Ivônio Barros. A história do EAD no mundo. Redes,. In: LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (org.). **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

OLANDA, Fabiano; SHIRASU, Maitê. **Curso Receita Pública com enfoque na arrecadação da UFC**. Universidade Federal do Ceará. 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1o67RoFJI4uGZjQ6tBGaabjAXrf1Fd407/view?usp=shari>. Acesso em: 20, mar, 2024.

OLIVEIRA, Dayane Horwat Imbriani; FARIA, Karina Rodrigues; BURCI, Taissa Vieira Lozano. Educação Superior a Distância no Brasil: Reflexões sobre políticas públicas de implementação e regulação. In: **III Seminário Interinstitucional de Pesquisa em Educação da Região Sul**, Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <https://doity.com.br/anais/sipers-/trabalho/89813>. Acesso em: 11 mar. 2024.

OPEN UNIVERSITIES. Disponível em: <https://www.open.edu.au/>. Acesso em: 18 de abr. 2024.

OPEN UNIVERSITY. Disponível em: <https://www.open.ac.uk/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OECD). Disponível em: <https://gpseducation.oecd.org/CountryProfile?primaryCountry=BRA>. Acesso em: 22 mar.2024.

PACHECO, Wellington et al. Ambiente de acompanhamento e controle de avaliação de aprendizado em plataforma de ensino virtual. In: **Anais do XXXII Simpósio Brasileiro de Informática na Educação**. SBC, 2021. p. 48-57.

PORTAL UFC VIRTUAL – **Instituto Universidade Virtual**. Disponível em: <https://virtual.ufc.br/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

PORTAL UFC Virtual. **Instituto Universidade Virtual**. Disponível em: <https://virtual.ufc.br/>. Acesso em: 3 jul. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Rodrigo Resende. **Sistema de informação de polos e cursos na modalidade semi-presencial, em universidades públicas, no Estado do Rio de Janeiro**: proposta de análise de decisões de localização. 2024. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/12702/1/TD_39310.pdf. Acesso em: 21 abr. 2024

REIS, Márcia. EAD como Instrumento de inclusão social São Paulo – SP. In **Anais do CIEAD**, 2015. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2015/anais/pdf/BD_335.pdf. Acesso em: 25 mar. 2024.

ROCHA, Danielle Cruz. **Panorama econômico do ensino à distância em enfermagem no Brasil e o reflexo na qualidade da formação**. 2024. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/47764>. Acesso em: 25 fev. 2024.

REUNI DIGITAL. **Plano de expansão da EaD nas universidades federais**. Brasília: Ministério da Educação e Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2022. v.4. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/reunidigital/pdf/REUNIDIGITALVol4_Plano_de_expansao_EaD_nas_universidades_federais.pdf. Acesso em: 15 ago, 2024.

SALVINO, Romulo Valle. **Guerras de papel: comunicação escrita, política e comércio na monarquia ultramarina portuguesa**. Paco e Littera, 2021.

SANTAELLA, Lúcia. A educação e o estado da arte das tecnologias digitais. In: SALES, Mary Valda Souza, (org.). **Tecnologias digitais, redes e educação: perspectivas contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2020. 157-164.

SANTOS, Enágio Fernandes dos et al. **Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC's) no ensino de geografia em Uberaba MG**. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/37753/1/Tecnologias%20Digitais%20da%20Informa%c3%a7%c3%a3o%20.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da natureza. In: SILVA, Elisiane; NEVES, Gervásio; MARTINS, Liana. **Milton Santos: O espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. Disponível em:

https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/santos_milton_espaco_da_cidadania_2011.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico- científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico científico e informacional**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território, globalização e fragmentação**. Hucitec. São Paulo, 1994

SCAVAZZA, Beatriz Leonel; SPRENGER, Angela. A EAD na educação não formal de professores. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. (Org.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

SERPA, Ângelo Szaniecki Perret. POLÍTICAS PÚBLICAS E O PAPEL DA GEOGRAFIA. **Revista da Anpege**, v. 07, n. 01, p. 37-47, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5418/ra2011.0701.0004>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SILVANO, Adriano Nogueira. Conceitos e teorias da educação a distância. **Revista Científica do UBM**, p. 1-17, 2023.

SILVEIRA, Nauana Gaivota; BORNIA, Antonio Cezar. Uma revisão de literatura sobre indicadores de desempenho em instituições de ensino superior. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 1, p. 1152-1172, 2024.

SIMÕES, Mara Leite. O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. Universidade Federal da Paraíba. **Revista Temas em Educação**, v. 22, n. 2, p. 136, 2013.

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **SISUAB 2 Login**. Disponível em: <https://sisuab2.capes.gov.br/sisuab2/login.xhtml>. Acesso em: 21 jun. 2023.

SOUSA, José Vieira de. História da Educação Superior In: MOROSINI, Marília. **Enciclopédia Brasileira de Educação Superior–EBES (Volume 2)**. Editora da PUCRS, 2022.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, p. 20-45, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?for> . Acesso em: 20 set. 2023.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Revista Educação e Filosofia, Uberlândia**, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29099>. Acesso em: 12 jul. 2020.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, v. 31, n. 61, p. 21-44, 2017.

TAVARES, Ana Paula Cardoso et al. Análise das publicações nacionais sobre educação a distância em enfermagem: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, p. 214-222, 2018.

THE OPEN UNIVERSITY OF JAPAN. **Início**. Disponível em: <https://www.ouj.ac.jp/en/> . Acesso em: 18 abr. 2024.

THE OPEN UNIVERSITY. **Início**. Disponível em: <https://www.openu.ac.il/en/pages/default.aspx> . Acesso em 18 de Abr. 2024.

THE WORLD BANK. **Despesa governamental com educação**. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/SE.XPD.TOTL.GD.ZS?end=2022&start=2022>. Acesso em: 22 mar. 2024.

TORRES, Regina Maria de Fátima. EAD no ensino profissionalizante. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. (Org.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE EDUCACIÓN A DISTANCIA (UNED). **Início**. Disponível em: <https://www.uned.es/universidad/inicio/> . Acesso em: 18 abr. 2024.

UNIVERSIDADE ABERTA. **Portal**. Disponível em: <https://portal.uab.pt/> . Acesso em: 18 Abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Histórico**. Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://virtual.ufc.br/index.php/historico/>. Acesso em: 24 mar. 2024

VIEGAS, Elis Regina Dos Santos; SANTANA, Cristina Fátima Pires Ávila; NODA, Claudia Marinho Carneiro. O conceito de política pública e suas ramificações: alguns apontamentos. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 43415-43425, 2020.

VILLANUEVA, Luis F. Aguilar (Ed.). **La hechura de las políticas**. Miguel Ángel Porrúa, 1992. Disponível em: <https://www.fundacionhenrydunant.org/images/stories/biblioteca/Politiclas-Publicas/QL-vT7L41Vk.pdf.pdf>. Acessado em: 03 nov.2023

XAVIER, Mariana Fernandes et al. A realidade aumentada e virtual como métodos de ensino. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 12, p. 97362-97370, 2020.

DA SILVA MEYER, Antonia Izabel. Ambientes virtuais de aprendizagem: conceitos e características. **Kiri-Kerê-Pesquisa em Ensino**, v. 1, n. 12, 2022.

NEUENFELDT, Derli Juliano et al. Diferenças entre Ensino Presencial e Virtual: Percepções de Estudantes da Graduação. **EaD Em Foco**, v. 11, n. 2, 2021.